



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TACIANA MARTINS PEREIRA

**PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS: o caso da Universidade Federal de
Pernambuco**

Recife

2021

TACIANA MARTINS PEREIRA

**PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS: o caso da Universidade Federal de
Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros

Recife
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

P436p Pereira, Taciana Martins.
Programa Idiomas sem Fronteiras : o caso da Universidade Federal de Pernambuco / Taciana Martins Pereira. – 2021.
104 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Recife, 2021.
Inclui referências e apêndices.

1. Política pública. 2. Avaliação. 3. Política linguística. 4. Programa Idiomas sem Fronteiras. 5. Universidade Federal de Pernambuco. I. Medeiros, Marcelo de Almeida (Orientador). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-135)

TACIANA MARTINS PEREIRA

**PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS: o caso da Universidade Federal de
Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
Profissional em Políticas Públicas pela Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: 20/07/2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Andrea Quirino Steiner (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Thiago da Camara Figueredo (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir a conclusão deste estudo, contemplando-me com saúde, força e determinação para superar todas as dificuldades.

Ao meu esposo, Jefferson, meu amor, pelo companheirismo e paciência nesses dias tão difíceis.

Aos meus pais, Rosa Maria e Antiógenes, por tudo o que me ensinaram, por sempre acreditarem em mim, pelo apoio em vários momentos de minha vida, todo o meu amor e respeito.

Aos meus irmãos, Cibele e Lucas, pelos momentos especiais que vivemos juntos.

A minha família e amigos, por confiarem no meu potencial.

Ao Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros, pelas suas orientações, que contribuíram substancialmente para a conclusão deste trabalho e pelo respeito ao meu processo de crescimento acadêmico.

À UFPE, pelo incentivo à qualificação de seus servidores.

À coordenação do programa, pela competência e por todo o apoio prestado a nossa turma.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, pela arte de ensinar.

Aos membros das bancas de qualificação, prof. Erinaldo, e à de defesa, Prof. Thiago Camara, e à Prof. Andrea Steiner, que participou das duas bancas, pelas sugestões e contribuições com o propósito de aprimorar a qualidade deste estudo.

À melhor turma do MPPP/UFPE, pelo conhecimento compartilhado e palavras de apoio, em especial à Alba, Jullyana, Luisa e Marcela, sempre presentes nesses momentos.

Aos amigos e colegas de trabalho, em particular à Diretoria de Orçamento da Proplan, pela compreensão das atividades acadêmicas.

À Diretoria de Relações Internacionais, principalmente o NucLi, pela disponibilidade em atender às informações solicitadas para esta pesquisa.

Aos entrevistados, que prontamente se disponibilizaram a participar deste estudo. Muito Obrigada!

RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar o processo de implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), *campus* Recife, no período de 2013 a 2019. Foi realizado um estudo de caso, mediante a obtenção de dados qualitativos, com alguns elementos quantitativos, do tipo de pesquisa descritiva e exploratória, em que o processo de implementação do Idiomas sem Fronteiras (IsF) foi avaliado. Utilizaram-se os dispositivos legais do governo federal e da instituição, comparando-os com a percepção dos atores entrevistados. Com base no referencial teórico, que relaciona pesquisas sobre as políticas públicas, política linguística e a internacionalização no contexto da educação superior brasileira e na UFPE, utilizou-se o modelo de avaliação de processos, desenvolvido por Draibe (2001). Foram realizadas a análise documental e de conteúdo das entrevistas semiestruturadas, feitas com coordenadores gerais, coordenadores pedagógicos e técnicos administrativos do programa na instituição, totalizando 8 entrevistados. Os dados obtidos foram agrupados em categorias temáticas, identificando os seguintes subprocessos: Sistema gerencial e decisório; Processos de divulgação e informação; Processos de seleção; Processos de capacitação; Sistemas logísticos e operacionais; Processos de monitoramento e avaliação internos. Apontaram-se os fatores facilitadores e obstáculos em cada um dos subprocessos e sistemas avaliados. Os pontos fortes foram: a percepção positiva dos entrevistados sobre o programa, a seleção dos beneficiários por meio de edital, as estratégias de divulgação das ofertas de cursos ao público da UFPE, a dotação orçamentária, a infraestrutura e equipamentos e a integração com o planejamento institucional. Os pontos fracos foram: a participação limitada nas decisões e escolhas, por estar atrelada às orientações e preferências do Núcleo Gestor, a transparência dos dados, os procedimentos de avaliações internas e capacitação, e o monitoramento contínuo do programa. O IsF se destacou pela relevância no processo de internacionalização da UFPE, mediante a promoção do desenvolvimento linguístico-cultural de seus alunos. Um indício quanto à continuidade do programa são os ajustes a partir de modificações nos seus processos.

Palavras-chave: políticas públicas; avaliação de processos; implementação; idiomas sem fronteiras na UFPE.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the implementation process of the Languages without Borders Program, at the Federal University of Pernambuco (UFPE), Recife campus, from 2013 to 2019. A case study was conducted by obtaining qualitative data, with some quantitative elements of descriptive and exploratory type research, in which the process of implementing Languages without Borders (IsF) was evaluated. The legal provisions of the federal government and the institution were used, comparing them with the perception of the interviewed actors. Based on the theoretical framework, which relates research on public policies, linguistic policy and internationalization in the context of Brazilian higher education and at UFPE, we used the process evaluation model, developed by Draibe (2001). The documental and content analysis of the semi-structured interviews were performed, conducted with general coordinators, pedagogical coordinators and administrative technicians of the program at the institution, totaling 8 interviewees. The data obtained were grouped into thematic categories, identifying the following sub-processes: Management and decision-making system; Disclosure and information processes; Selection processes; Training processes; Logistics and operational systems; Internal monitoring and evaluation processes. The facilitating factors and obstacles in each of the sub-processes and systems evaluated were pointed out. The strengths were: the positive perception of the interviewees about the program, the selection of beneficiaries through a public notice, the strategies for disseminating the offers of courses to the public of UFPE, the budget allocation, infrastructure and equipment and integration with institutional planning. The weaknesses were: limited participation in decisions and choices, because it is tied to the guidelines and preferences of the Management Nucleus, the data transparency, the procedures of internal evaluations and training, and the continuous monitoring of the program. The IsF stood out for its relevance in UFPE's internationalization process, through the promotion of the linguistic-cultural development of its students. An indication of the continuity of the program are the adjustments based on changes in its processes.

Keywords: public policies; process evaluation; implementation; languages without borders at UFPE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relatório Nacional do Programa Idiomas sem Fronteiras - Exames TOEFL - até novembro de 2018.....	39
Figura 2 - Relatório Nacional do Programa Idiomas sem Fronteiras - IES participantes do IsF por categoria - até novembro de 2018.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases do ciclo de Políticas Públicas.....	19
Quadro 2 - A política de internacionalização no planejamento institucional da UFPE	33
Quadro 3 - Documentos e dispositivos para análise	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Representação dos sujeitos da pesquisa.....	45
Tabela 2 -	IES credenciadas por região - até novembro de 2018.....	50
Tabela 3 -	Relatório Nacional do Programa Idiomas sem Fronteiras: Professores e vagas ofertadas por idioma - até novembro de 2018	50
Tabela 4 -	Quantitativo de turmas, vagas ofertadas e total de inscritos do <i>campus</i> Recife, distribuído por idiomas.....	51
Tabela 5 -	Quantitativo de matriculados e de professores do <i>campus</i> Recife, distribuído por idiomas	51
Tabela 6 -	Quantitativo de exame TOEFL no <i>campus</i> Recife	52
Tabela 7 -	Evolução do idioma inglês no <i>campus</i> Recife	53
Tabela 8 -	Evolução do Idioma espanhol no <i>campus</i> Recife	53
Tabela 9 -	Evolução do idioma francês no <i>campus</i> Recife	54
Tabela 10 -	Evolução do Idioma italiano no <i>campus</i> Recife	54
Tabela 11 -	Evolução do idioma PLE no <i>campus</i> Recife	54
Tabela 12 -	Reprovação por idioma no <i>campus</i> Recife	79
Tabela 13 -	Evolução da reprovação por idioma no <i>campus</i> Recife.....	80

LISTA DE SIGLAS

Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Ascom	Assessoria de Comunicação
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CAC	Centro de Artes e Comunicação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAV	Centro Acadêmico de Vitória
CCI	Coordenação de Cooperação Internacional
CFCH/CCSA	Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CGRIFES	Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Instituições Federais de Ensino Superior
Ciemen	Centro Internacional Escarré para Minorias Étnicas e Nações
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRIA	Comissão de Relações Internacionais
CsF	Programa Ciência sem Fronteiras
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
ETAs	English Teaching Assistants
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
IES	Instituições de Ensino Superior
IsF	Inglês sem Fronteiras/Idiomas sem Fronteiras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MEO	My English Online
Niate	Núcleo Integrado de Atividade de Ensino
NLC	Núcleo de Línguas e Culturas
NucLi	Núcleo de Línguas
OCNem	Orientações Curriculares para o Ensino Médio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organizações Não Governamentais

PAI	Plano Ação Institucional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PLE	Português como Língua Estrangeira
PLI	Plano de Internacionalização
PrInt	Programa Institucional de Internacionalização
Proacad	Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Proplan	Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Sesu	Secretaria de Educação Superior
Sipac	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
TAE	Técnicos Administrativos Educacionais
TOEFL	Test of English as a Foreign Language
TOEFL/ITP	Test of English as a Foreign Language – Institutional Testing Program
TOEIC bridge	Test of English for International Communication
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	POLÍTICAS PÚBLICAS, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO	17
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	17
2.2	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS OU PROJETOS.....	20
2.3	MODELO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS: anatomia do processo geral de implementação.....	22
3	EDUCAÇÃO SUPERIOR, POLÍTICA LINGUÍSTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO.....	25
3.1	A POLÍTICA LINGUÍSTICA E A INTERNACIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....	25
3.2	A POLÍTICA LINGUÍSTICA E A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFPE.....	29
4	O PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	35
4.1	O PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS E A INTERNACIONALIZAÇÃO.....	35
4.2	O PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS NA UFPE	41
5	METODOLOGIA.....	42
6	AVALIANDO OS SUBPROCESSOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS – CAMPUS RECIFE	47
6.1	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	47
6.2	SISTEMA GERENCIAL E DECISÓRIO.....	55
6.3	PROCESSO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO.....	63
6.4	PROCESSOS DE SELEÇÃO.....	66
6.5	PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO	74
6.6	PROCESSOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO INTERNOS.....	76
6.7	SISTEMAS LOGÍSTICOS E OPERACIONAIS	81
6.8	POLÍTICA LINGUÍSTICA X INTERNACIONALIZAÇÃO	86
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS.....	93

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	99
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	100
APÊNDICE C – PRODUTO FINAL	102

1 INTRODUÇÃO

A globalização exerce grande impacto nas relações sociais, na disseminação do conhecimento e no crescimento do contato entre línguas e culturas. Nesse contexto, os idiomas contraíram novas funções e o seu domínio tornou-se um fator primordial no estabelecimento de interações, virtual ou presencial, além das fronteiras.

No Brasil, as políticas linguísticas vigentes confirmam a importância de se ter competência comunicativa em línguas estrangeiras e garantem o seu ensino na educação básica. Ainda que o assegurem, o ensino nem sempre ocorre de maneira eficaz, em razão de uma combinação de fatores, entre eles: carga horária reduzida, pouca exposição ao idioma estrangeiro e ausência de infraestrutura adequada (PEREIRA, 2006).

A sociedade está cada vez mais consciente de que o conhecimento básico ou o domínio de línguas estrangeiras, como inglês, espanhol, francês, alemão, italiano, japonês, entre outras, é de suma importância para os relacionamentos. Por exemplo, o desenvolvimento pessoal, a interação com novas culturas, o entretenimento, negócios e, principalmente, o acesso a cargos e remunerações melhores no atual mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e exigente. Em algumas áreas, sobretudo nas empresas multinacionais, o segundo idioma é um pré-requisito na seleção dos candidatos para cargos específicos.

Nesse cenário, o aprendizado de outros idiomas é um diferencial de grande magnitude, para todos os que desejam estar preparados para enfrentar desafios e encontrar maneiras de promover seu crescimento pessoal e profissional em meio à globalização.

Diante desse contexto, foi criado, em 2012, o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), por meio da Portaria Normativa nº 1.466/2012. Com a inclusão de outros idiomas, o IsF mudou de nome. Em 2014, por meio da Portaria Normativa nº 973/2014, foi instituído o Programa Idiomas sem Fronteiras, para auxiliar estudantes de nível superior a terem acesso aos programas de mobilidade ofertados pelo governo federal.

O programa foi criado na intenção de aumentar o aprendizado das línguas na conjuntura de internacionalização do Programa Ciência sem Fronteiras. Para o Ministério da Educação (MEC), o IsF tem como principal objetivo promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização do Ensino Superior Brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de línguas estrangeiras (BRASIL, 2018).

Considerando a quantidade de instituições envolvidas na implementação do programa, o volume dos recursos investidos e a importância para o fortalecimento da internacionalização, compreende-se a importância da realização de estudos avaliativos que forneçam informações

sobre como vinha sendo realizada a execução do programa. A instituição selecionada, como local da pesquisa, foi a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mais adiante será abordado o motivo para a escolha dessa Instituição de Ensino Superior (IES).

De acordo com Arretche (2001), os programas não são constituídos apenas na fase de formulação, mas também durante o processo de implementação, isto é, a execução do programa igualmente define e caracteriza a política.

Desse modo, considerando que houve mudanças no contexto do programa, desde a sua criação até os dias atuais, chegou-se ao seguinte problema de pesquisa: Como vem ocorrendo o processo de implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras no *campus* Recife da UFPE?

Para isso, traçou-se o seguinte objetivo geral: avaliar o processo de implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras, da Universidade Federal de Pernambuco, *campus* Recife, no período de 2013 a 2019. O primeiro ano condiz com o ano de criação do Núcleo de Línguas da UFPE. O último ano refere-se a um período de restrição orçamentária, com cortes relevantes no programa.

Desse modo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: identificar as características dos Sistemas ou Subprocessos da implementação do Programa IsF na UFPE – *campus* Recife; descrever a percepção dos coordenadores gerais do programa, coordenadores pedagógicos e dos técnicos administrativos educacionais sobre o processo de implementação do IsF na UFPE – *campus* Recife; apontar os fatores facilitadores e os obstáculos no processo de implementação do IsF na UFPE – *campus* Recife.

A partir da questão norteadora do estudo e dos objetivos definidos, foi desenvolvida uma hipótese descritiva de que a gestão de vários processos auxilia na implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras no *campus* Recife da UFPE. Esses processos incluem variáveis ligadas à gerência e decisão, divulgação e informação, seleção, capacitação, logística e operacional, e monitoramento e avaliação internos.

O tema em questão é de caráter atual e fortalece as políticas públicas educacionais, mais especificamente a UFPE, evidenciando a importância da internacionalização da educação superior, a partir de uma política pública voltada ao ensino de línguas por meio de um programa do governo federal para um público específico.

Outro ponto a ser enfatizado é a escassez de estudos e produções científicas com relação à implementação de uma política pública voltada para cursos de idiomas na educação superior.

Na visão da área de Políticas Públicas, abordaremos a fase de implementação, com foco na avaliação de processos proposta pelo modelo de Draibe (2001). Este apresenta uma

metodologia de avaliação, a partir do modelo de subprocessos, denominada Anatomia do Processo Geral de Implementação, utilizada neste estudo.

A avaliação de políticas públicas é um poderoso instrumento no planejamento governamental fundamental para as decisões estratégicas. É uma ferramenta para melhorias dos programas e projetos públicos, elencando elementos para decidir o futuro do programa (continuidade, reformulação ou extinção).

Assim, foi realizado um estudo de caso, mediante a obtenção de dados qualitativos, com alguns elementos quantitativos, do tipo de pesquisa descritiva e exploratória. Foi avaliada a implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras na UFPE, *campus* Recife, utilizando os dispositivos legais instituídos pelo governo federal e da UFPE; comparando com a análise de conteúdo das entrevistas dos coordenadores gerais, coordenadores pedagógicos e técnicos administrativos, e documentos específicos.

Dessa maneira, esta dissertação está dividida em sete capítulos. Este primeiro apresenta a introdução. O segundo caracteriza as políticas públicas e o seu ciclo, com destaque para a implementação e a avaliação de programas. O capítulo seguinte mostra a política linguística e a internacionalização no contexto da educação superior brasileira e na Universidade Federal de Pernambuco. O quarto aborda o programa Idiomas sem Fronteiras, desde sua criação ao seu funcionamento na UFPE. O capítulo posterior consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados no estudo. O sexto expõe e discute os resultados e o último finaliza o trabalho, por meio das considerações finais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

Este capítulo está dividido em três seções: a primeira apresenta o conceito de políticas públicas, abordando as fases do seu ciclo e destacando a etapa da implementação. A segunda traz a classificação dos tipos de avaliação, selecionando o modelo dos subsistemas de avaliação de programas (DRAIBE, 2001) como norteador do instrumento para avaliar o Programa Idiomas sem Fronteiras na UFPE, *campus* Recife. A última seção trata de informações desse modelo de avaliação de políticas e programas, denominado Anatomia do processo geral de implementação.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As Políticas Públicas surgiram nos Estados Unidos, como subárea da Ciência Política, para compreender os motivos pelos quais os governos escolhem determinadas ações. Na área governamental, foram inseridas como ferramenta das decisões do governo a partir da Guerra Fria, como forma de enfrentar suas consequências. As decisões governamentais, com embasamentos em métodos científicos para enfrentar problemas públicos, logo se desenvolveram, até chegar às políticas sociais (SOUZA, 2006).

No Brasil, foi somente a partir da década de 1980 que se tornou mais comum a análise das políticas públicas impulsionada pelo processo de descentralização, redemocratização e transparência, da participação social e da concepção da reforma do Estado e do aparelho de Estado (TREVISAN; BELLEN, 2008).

São inúmeros os autores que tentam definir o conceito da política pública. Alguns são conceitos complementares, outros são divergentes. Não existe um conceito melhor do que o outro, o que há são influências e preferências político-sociais. Souza (2006) reuniu algumas delas focadas no ator estatal.

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p. 24).

Outros autores focam no processo de resolução de um problema. Rodrigues (2015) conceitua a política pública como o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade, com diferentes interesses, valores e objetivos, tomam decisões coletivas, que

direcionam o conjunto desse povo. Secchi (2013) ressalta que ela é uma diretriz para solucionar um problema público.

Heidemann (2009, p. 31) afirma que “a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade pública”.

Por um ponto de vista mais operacional, as políticas públicas são estratégias com o propósito de preservar o equilíbrio social ou modificar determinada realidade. Todavia, para que haja a sua efetivação, são essenciais ações que possibilitem a implementação das decisões tomadas (RUA, 2014).

Segundo Gobert e Müller (1987 *apud* VAZ, 2007), políticas públicas podem ser consideradas como o Estado em ação por meio de programas e atitudes voltadas a atender às demandas sociais, ou seja, o Estado implantando projetos de governo.

Para Martins (2010), a política educacional é uma política pública social, setorial, que se refere ao domínio específico da Educação. Azevedo (2000) diz que ela é associada à intervenção do Estado e representa sua materialidade. Nesse contexto, afirma-se que é o “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p.31).

As políticas públicas educacionais referem-se às ações do governo na área de educação. Desse modo, “dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem” (OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2010, p. 5). Nesse sentido, destinam-se às questões da educação, mais especificamente as escolares.

Para o estudo didático e melhor compreensão ao analisar uma política pública, é importante conhecer cada fase do processo de constituição. O processo para a sua elaboração também é denominado como ciclo de políticas públicas.

Ele pode ser compreendido como o resultado de uma sequência de atividades políticas que, quando agrupadas, constituem o processo político, permitindo, a partir da análise do seu ciclo, identificar e avaliar as decisões tomadas, os processos político-administrativos, as formas e as estratégias definidas para a sua realização e a conduta dos diversos atores envolvidos no processo de sua construção (RUA, 2014).

Salienta-se que toda política pública depende de uma decisão política que, por sua vez, nem sempre se constitui em uma. Dessa forma, elas resultam da atividade política, e esta última se refere à resolução pacífica de conflitos, o que é essencial em uma sociedade. É importante o conhecimento das fases do seu ciclo, consideradas como indispensáveis na sua formulação.

Ainda que existam várias versões sobre as etapas existentes no ciclo de políticas públicas, ela é formada por uma série de fases interligadas. De acordo com Secchi (2013), o ciclo é composto por sete principais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Para Souza (2006), o modelo é composto por cinco: agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação.

Segundo Lima e Medeiros (2012), o ciclo de políticas públicas é formado por etapas nas quais a quantidade e a forma de classificação variam em função do olhar dos pesquisadores. Todavia, percebem-se etapas em comum presente na maior parte das abordagens conceituais, como: formulação, implementação e avaliação.

A seguir, temos um quadro sintetizando alguns conceitos e características das fases do ciclo de políticas públicas (Quadro 1).

Quadro 1 – Fases do ciclo de políticas públicas

FASES	CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS
Problema	O primeiro passo para a construção de uma política pública é reconhecer um problema. É uma etapa importante para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, pois o mau delineamento de um problema gerará uma política pública inadequada.
Agenda	Os problemas entram na agenda política, quando se declara a necessidade de sua solução. A agenda é formada pela ação dos atores governamentais e não governamentais. O poder político dos diferentes setores da sociedade e sua capacidade de articulação são os que realmente determinam as prioridades. Todavia, essas prioridades deveriam ser escolhidas a partir das diversas demandas da sociedade.
Formulação	Para resolver um problema, é necessária a formulação de objetivos e estratégias e a análise das possíveis consequências de cada alternativa de solução. A formulação de alternativas envolve analisar os custos e benefícios que cada alternativa de decisão poderá gerar.
Tomada de decisão	É aquela na qual as opções debatidas são aprovadas como caminho oficial de ação, escolhendo a alternativa mais adequada.
Implementação	Envolve a transformação dos programas de políticas públicas em ações concretas, para solucionar as demandas de interesse público, no qual as estratégias são colocadas em práticas.
Avaliação	Corresponde à análise dos efeitos produzidos na sociedade depois da implementação das políticas, a partir da identificação dos déficits de impacto e os efeitos indesejados para prever ações e programas futuros.
Extinção	A extinção de uma política tem três causas: a primeira é quando o problema é resolvido, a segunda é quando os instrumentos de política são identificados como ineficazes e a terceira quando o problema não é mais percebido como importante e saiu da agenda política.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Saravia (2006); Souza (2006); Rua (2014); Dias; Matos (2012); Secchi (2013)

A pesquisa avaliou a fase da implementação de uma política pública. Essa etapa coloca em prática os meios e as ações pensadas, analisadas, e desenvolvidas para solucionar um

problema. É neste estágio que se verifica um programa, uma ação, ou seja, a política pública implementada na prática, em benefício da sociedade.

De acordo com Rua (2014), a etapa de implementação chega a ser considerada como o elo perdido da análise da ação governamental. Para Perez (2010), apesar de o maior número de estudos estar focado na fase de formulação, a etapa da implementação se mostra como um campo fecundo de pesquisa.

Outros autores abordam a importância de estudar a etapa da implementação. Secchi (2013) destaca que é possível detectar os impedimentos e falhas que marcaram esse período, além de erros acarretados por uma má formulação. Conforme Lima e D'Ascenzi (2013), os estudos desta etapa estão ligados à necessidade de melhorar os processos político-administrativos e com isso aprimorar as atividades implementadoras.

De acordo com Sabatier (1986), para realizar uma análise da implementação, são utilizadas duas abordagens: *top down* e *bottom up*. Segundo Matias-Pereira (2012), na perspectiva *top down*, os *policy makers* possuem o domínio da política, pois são esses atores que têm o poder de controlar a sua formulação. Todavia, quanto à visão *bottom up*, o processo acontece de baixo para cima, visto que ela é influenciada pelos gestores e burocratas, responsáveis pela execução das ações. Essa ideia fundamenta-se na proximidade que esses atores têm com a realidade, e, por este motivo, podem fazer as melhores escolhas para alcançar a efetividade e a eficiência (OLIVEIRA, 2006).

Ambas as abordagens contribuem para o entendimento do processo de implementação e estão relacionadas a possíveis melhorias no desenvolvimento das atividades implementadoras. Devido ao estudo avaliar uma política pública, destacamos a seguir a avaliação de programas ou projetos.

2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS OU PROJETOS

Políticas públicas são um tema multidisciplinar, envolvendo os campos da Sociologia, Ciência Política, Economia, entre outros, ou seja, é um campo holístico. Elas são transformadas em planos, programas, projetos e, quando colocadas em prática, necessitam de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

A avaliação mensura quantitativa e qualitativamente os resultados de ações governamentais. O aspecto qualitativo julga o valor das intervenções do governo a partir de avaliadores internos e externos, como também pelos usuários. Ela pode ser acadêmica,

objetivando o estudo da efetividade das políticas, como pode ser realizada durante a sua implementação e dos programas governamentais (CUNHA, 2006).

A avaliação de políticas e programas governamentais é um instrumento imprescindível para os formuladores e implementadores, pois permite a tomada de decisão com o maior número de informações, gerando maior eficiência dos gastos e identificando os pontos positivos e negativos (CUNHA, 2006).

A avaliação é um exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, que já foi finalizado ou em execução, abrangendo questões como desempenho, implementação e resultados, por meio dos quais será possível definir a sua eficiência, efetividade (impacto) e sustentabilidade. Nessa perspectiva, o objetivo maior é conduzir os tomadores de decisão quanto à continuidade de certo programa ou a sua interrupção (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Segundo Ferreira (2002), a avaliação das políticas é a forma de maximizar os acertos dos gestores e minimizar a possibilidade de se repetirem decisões equivocadas. Para isso, "[...] deve ser feita a partir da discussão mais ampla sobre o significado das políticas públicas no Brasil, na atualidade, no contexto das novas configurações mundiais" (FERREIRA, 2002, p.1).

A fase de avaliação é uma etapa significativa no ciclo das políticas públicas, a fim de melhorar a eficiência do gasto, da qualidade da gestão e do controle social (RAMOS; SCHABBACH, 2012). Do mesmo modo, contribui para a melhoria do processo de formulação de políticas, programas e projetos, tornando mais responsável a definição de metas, e mostrando a capacidade de resposta dos governos às necessidades dos cidadãos (RUA, 2014).

O processo de avaliação envolve um julgamento sobre o que está sendo avaliado. Rua (2014) o define como um processo de julgamento sistemático, fundamentado em indicadores prévios, que recai sobre o conteúdo das políticas, das estratégias, do desenho e da concepção, dos processos e dos efeitos das políticas implementadas, tendo como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento das políticas desenvolvidas, a melhoria do processo de decisão e a ampliação da *accountability*.

De acordo com Draibe (2001), do ponto de vista de programas e projetos específicos, os objetivos da avaliação são: de conhecimento, imediatos e da melhoria da qualidade da implementação e desempenho. Ela se dispõe a verificar meios, resultados e impactos.

O processo de avaliação pode ser realizado ao longo do ciclo de políticas públicas (LIMA; MEDEIROS, 2012). Pode ser antes de ela ser implementada, durante sua implementação e após, analisando seus resultados.

Para Rua (2014), a avaliação *ex ante*, que ocorre antes da implementação, constitui em avaliar o desenho da política, sua consistência lógica e a suficiência das ações propostas. A

avaliação *in itinere* acontece no momento que é implementada, e a *ex post* após a sua implementação, procurando auferir os resultados, comparando-os com os objetivos formulados.

Para Cunha (2006), o avaliador pode ser interno ou externo. O avaliador interno trata das atividades internas executadas dentro da instituição, feitas por pessoas que participam diretamente do programa-projeto. O avaliador externo é o especialista de fora da instituição.

A literatura possui diferentes classificações das avaliações. De acordo com Draibe (2001), a avaliação de um programa pode ser dividida em dois tipos: Avaliações *ex ante* e avaliações *ex post*. As avaliações *ex ante* precedem ao seu início, ocorrendo normalmente nas fases de preparação e formulação, também chamada de avaliações-diagnóstico, com o intuito de apoiar as decisões finais de formulação. As avaliações *ex post* são realizadas concomitantemente ou após a sua realização.

Quanto à natureza, as avaliações diferenciam-se em Avaliação de Resultados e Avaliação de Processos. A primeira procura saber quanto e com que qualidade os objetivos do programa foram cumpridos. A segunda, nosso objeto de estudo, tem foco no desenho, nas características organizacionais e no seu desenvolvimento, procurando identificar os fatores facilitadores e os obstáculos que atuam ao longo da implementação e que influenciam no cumprimento das metas (DRAIBE, 2001).

Entre as teorias de avaliação de políticas públicas, no ponto de vista da implementação, foi selecionado para esta pesquisa o modelo teórico elaborado por Draibe (2001), denominado teoria de avaliação do processo de implementação de políticas e programas, como observaremos a seguir.

2.3 MODELO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS: anatomia do processo geral de implementação

No que tange à avaliação de processos,

[...] é possível identificar, em cada política ou programas, sua estratégia de implementação, constituída primordialmente por decisões acerca de características ou dimensões de processo, tais como a dimensão temporal; os atores estratégicos a serem mobilizados, nos diferentes estágios, para apoiar a implementação do programa; os subprocessos e estágios pelos quais se desenvolverá a implementação etc. Quando completa, a avaliação de processo deve envolver também a avaliação das estratégias que orientaram a implementação, aferindo em que medida tiveram ou não tiveram êxitos, garantiram ou dificultaram o sucesso do programa (DRAIBE, 2001, p. 27).

Draibe (2001) traz um modelo que propõe uma metodologia de avaliação, chamada de Anatomia do Processo Geral de Implementação, que consiste na identificação dos principais sistemas ou subprocessos:

- a) Sistema gerencial e decisório;
- b) Processos de divulgação e informação;
- c) Processos de seleção (de agentes implementadores e ou de beneficiários);
- d) Processos de capacitação (de agentes e ou beneficiários);
- e) Sistemas logísticos e operacionais (atividade-fim);
 - Financiamento e gasto
 - Provisão de recursos materiais
- f) Processos de monitoramento e avaliação internos.

Draibe (2001) relata que o desenvolvimento de um programa se apoia em uma estrutura organizacional com um sistema gerencial e decisório específico, que conduz a implementação.

Para implementar um programa, é necessária a divulgação e circulação de informações, principalmente entre os atores implementadores e os seus beneficiários (DRAIBE, 2001).

Outro aspecto relevante nesse modelo é o processo de seleção, seja ele de agentes que implementarão ou do público-alvo a que se destina, apontando o critério e a seleção utilizada.

De acordo com Draibe (2001), o processo de seleção deve apontar se a divulgação dos processos seletivos foi ampla e atingiu os seus interessados, se a competência e o exame de mérito são utilizados como critérios e se houve alguma adequação entre os tipos de processos seletivos e os objetivos do programa.

O processo de capacitação é outro ponto proposto pela autora, para verificar a capacidade dos agentes em cumprir as tarefas no processo, podendo ser externa ou interna ao programa. Quando interna e específica é indispensável. Se a capacitação dos beneficiários for condição para o seu sucesso, sua avaliação também se torna decisiva.

Nos sistemas internos de monitoramento e avaliação, identifica-se uma espécie de hierarquia dos procedimentos avaliativos. Independente da forma avaliativa, há indicadores que ajudam a entendê-los, são eles: regularidade, conteúdos e métodos, correções de processos e procedimentos, resultados sistematizados e socializados (DRAIBE, 2001).

Os sistemas logísticos e operacionais são as atividades-fim do programa. A autora salienta que os parâmetros de suficiência, os recursos e o tempo, em geral, são decisivos. Independentemente de como são financiados, é de suma importância saber se;

[...] os recursos financeiros são suficientes para os objetivos propostos ou se podem ser maximizados, em benefício dos próprios objetivos e metas. E, tão importante quanto, precisa-se saber se chegam onde devem chegar, e se nos prazos adequados (DRAIBE, 2001, p.34).

Os recursos materiais, equipamentos coletivos, equipamentos de comunicação, serviços de transportes são primordiais para o êxito do programa.

Desse modo, mediante avaliação dos subprocessos envolvidos, os dados adquiridos formarão conhecimento para promover possíveis ajustes na ação pública, convergindo de forma eficaz para os resultados desenhados pelos implementadores na política pública.

Salientamos que, apesar de esses subsistemas estarem expostos de modo segmentado, esta é uma divisão apenas para fins didáticos e para organização das informações. Os sistemas apresentados estão interligados e interdependentes, podendo ter um aspecto em um sistema que interfira nos demais e no desempenho de um programa.

Na avaliação realizada sobre a implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras no *campus* Recife da UFPE, foi utilizado o modelo teórico-metodológico proposto por Draibe (2001), para definir a estratégia e os aspectos a serem avaliados e os parâmetros usados na análise dos dados coletados. A seguir, abordaremos a política linguística e a internacionalização.

3 EDUCAÇÃO SUPERIOR, POLÍTICA LINGUÍSTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO

Este capítulo está dividido em duas seções: a primeira apresenta a política linguística e a internacionalização no contexto da educação superior brasileira, enquanto a segunda aponta a conjuntura da UFPE, por meio de Resoluções internas, Plano e Programa de Internacionalização, Plano Estratégico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional e o Plano de Ação Institucional.

3.1 A POLÍTICA LINGUÍSTICA E A INTERNACIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A pesquisa sobre política linguística nasceu como área de estudos na década de 1960 e preocupa-se com a relação entre o poder e as línguas, ou, mais especialmente, com as decisões políticas sobre as línguas e seus usos na sociedade. Corresponde ao “conjunto de escolhas conscientes efetuadas no domínio das relações entre língua e vida social, e mais particularmente entre língua e vida nacional” (CALVET, 2002, p.145).

As políticas linguísticas podem ser elaboradas por qualquer grupo de pessoas da sociedade, entretanto, para que essas políticas sejam postas em prática, é fundamental a ação do Estado, visto que apenas este tem o poder e os meios para passar ao estágio do planejamento linguístico (CALVET, 2007). Segundo essa informação, esse planejamento pode ser definido como o ato de pôr em prática uma dada política linguística.

O planejamento linguístico é dividido em duas categorias: o planejamento do *corpus* e o planejamento do *status*. O primeiro menciona as intervenções na forma da língua, enquanto o segundo se refere às intervenções nas suas funções, seu *status* social e suas relações com as outras línguas.

Com relação a essa diferenciação entre os planejamentos linguísticos, Savedra e Lagares (2012) ratificam que essa distinção colaborou para a expansão do campo de estudos da política linguística, afastando-se de abordagens mais instrumentais.

No tocante à planificação linguística, Cooper (1997) propõe que não há uma definição única e largamente reconhecida deste termo. Para o autor, a planificação linguística é a atividade de preparar uma ortografia, uma gramática e um dicionário para conduzir a sociedade de uma comunidade heterogênea de falantes.

Ele divide a planificação linguística em duas categorias: a formal e a funcional. A formal refere-se à criação de novas formas e modificação de formas existentes, como, por exemplo, a

reforma ortográfica ou a adoção de um novo sistema de escrita. Enquanto a funcional é a alocação de línguas ou de variedades linguísticas para funções específicas, como, por exemplo, meio de instrução, idioma oficial e veículo de comunicação em massa (COOPER, 1997).

Calvet (2007) salienta que, para que as políticas linguísticas tenham sucesso, é fundamental que elas estejam dialogando com as crenças da população, para que possam ser, de fato, executadas. Além disso, ela é uma prática política que está vinculada à intervenção sobre as situações que demandam decisões políticas e planificação de políticas públicas.

No Brasil, o ensino de línguas estrangeiras é orientado por algumas políticas linguísticas: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNem), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Os PCNs são divididos em dois ciclos, um deles compreende o Ensino Fundamental e o outro o Ensino Médio. De acordo com ele, a aprendizagem de uma língua estrangeira é direito de todo cidadão, como é estabelecido pela LDB e pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, publicada pelo Centro Internacional Escarré para Minorias Étnicas e Nações (Ciemen) e pelo PEN-Club Internacional. De acordo com essas informações, ofertá-las é uma obrigação das instituições de ensino e não faz parte de uma atividade extracurricular (BRASIL, 1998).

De acordo com Calvet (2007), a prática da política linguística como um modo de gerenciar e de intervir em conflitos provenientes de diferentes línguas, ou como uma maneira de determinar relações de poder por meio delas, sempre foi encontrada no decorrer da história.

Programas de mobilidade internacional podem ser resultados de políticas linguísticas quando a sua ação é organizada, planejada e executada segundo interesse de uma coletividade. Para Calvet (2007), dois aspectos devem ser considerados ao falarmos em política linguística: as decisões do poder (a política) e a passagem à ação (o planejamento).

O processo de internacionalização é um conjunto de ações que tem o objetivo de internacionalizar o ensino superior. Entre as ações podemos ressaltar os programas de mobilidade acadêmica de professores e alunos, a oferta de disciplinas ministradas em inglês nos programas de pós-graduação, redes internacionais de associações, projetos, programas, pesquisas, convênios e a importância de aprendizagem de línguas estrangeiras.

A internacionalização está conectada à globalização, que foca no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimento, bens, serviço e tecnologias, à medida que, a primeira, prioriza o relacionamento entre os povos, culturas, instituições e sistema (KNIGHT, 2012).

Conforme Knight (2012), a globalização, ao apontar uma ideia de fluxo mundial que, na maior parte das vezes, é baseado no comércio e na competitividade, influenciou tanto positivamente quanto negativamente a internacionalização do ensino. Knight (2010) relata que vários países estão investindo em campanhas de marketing, com o intuito de atrair os melhores profissionais a trabalharem em suas instituições. Dessa forma, o objetivo original, de apoiar os estudantes pertencentes a países em desenvolvimento a estudarem em outro país para completar um curso e retornar ao seu país, vem desaparecendo e gerando, assim, uma competição entre elas, para reter os recursos humanos necessários.

Por outro lado, Altbach e Knight (2006) afirmam que a globalização proporcionou a integração da pesquisa, o uso da língua inglesa como língua franca para a comunicação científica, o aumento do mercado internacional para cientistas e estudiosos, a expansão das empresas de comunicação e o uso das tecnologias da informação. Para os autores, esses fatores contribuem de forma que facilita a comunicação, a disseminação do conhecimento e permitem que instituições ofereçam programas acadêmicos por meio do *e-learning*.

De acordo com Rudzki (1998), internacionalização das universidades é um processo de mudanças que abrange a análise curricular, a capacitação do corpo acadêmico e da equipe administrativa e o desenvolvimento da mobilidade acadêmica, como uma maneira de conseguir excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades de ensino. Esse conceito é expandido por Laus (2012), ao afirmar que:

[...] a internacionalização de uma universidade corresponde ao processo de diálogo (trabalhos conjuntos, cooperação, intercâmbio, adequação das estruturas institucionais, conflitos e problemas surgidos) com outras universidades ou organizações variadas (empresas, governos, agências internacionais, ONGs) do mundo exterior à fronteira nacional na concepção, desenvolvimento ou implementação de suas funções de ensino, pesquisa e extensão (LAUS, 2012, p. 28).

Knight (2012) declara que a internacionalização é capaz de auxiliar no desenvolvimento do conhecimento, habilidades e valores internacionais e interculturais entre os estudantes, por meio das melhorias no processo de ensino-aprendizado, da mobilidade acadêmica e de um currículo que englobe elementos internacionais e interculturais. A autora salienta que a sua finalidade não é um currículo mais internacionalizado e nem um aumento na mobilidade acadêmica por si, mas, sim, possibilitar que os alunos estejam mais preparados para viver e trabalhar em um mundo mais interconectado.

Portanto, a internacionalização é fundamental para o ensino superior brasileiro. As escolas de nível superior foram criadas com a vinda da família real portuguesa, em 1808, com o intuito de garantir diploma e prestígio para os nobres.

Em relação ao desenvolvimento do sistema educacional, Laus (2012) descreve que a maior influência externa foi a norte-americana, tendo iniciado pelo investimento do país no crescimento do capitalismo, desde o Projeto Truman até o Plano Marshall, fase que durou dos anos 1940 até os 1970. Esse contexto culminou com o sistema político de ditadura militar no Brasil, marcado pela abertura econômica e pela exposição do País para o mundo. Dessa forma, o País sofria muitas influências dos países mais fortes da época em vários setores, como a economia, política, educação, saúde, segurança, etc.

Nessa conjuntura, foram promulgados no Brasil dois documentos que regulamentavam o ensino superior, são eles: Decreto-Lei n. 53, de novembro de 1966, e Decreto-Lei n. 252, de fevereiro de 1967. Por meio desses dispositivos, iniciou-se uma série de ações que culminou em um acontecimento histórico que sedimentou a base da internacionalização do ensino superior brasileiro: a Reforma Universitária de 1968. Essa reforma veio como resposta à necessidade de profissionalização da população, às ambições do governo e às tendências internacionais (LAUS, 2012).

Outro marco histórico é a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL/1988). Com a nova Carta Magna, o processo de internacionalização passa a ser notado como uma estratégia com foco socioinclusivo pelas Instituições de Ensino Superior. As ações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) buscavam reduzir o viés economicista, sustentando que a educação deveria ser trabalhada como uma estratégia de desenvolvimento social, por meio do suporte do Estado (UNESCO, 2009). Entretanto, outros órgãos internacionais persistiram na perspectiva econômica.

O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), assinado por diversos países e proposto pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, facilitou o desenvolvimento da internacionalização do ensino no Brasil, com impactos além da mobilidade. Nessa época, foi demonstrada por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) “a necessidade do estabelecimento de padrões internacionais para a avaliação das atividades de pós-graduação e das pesquisas dela decorrentes desenvolvidas pelas Instituições Públicas” (LAUS, 2012, p. 84).

Desse modo, começou o estímulo das atividades internacionais de docentes e pesquisadores. Com o tempo, programas pequenos e específicos das instituições foram sendo desenvolvidos pelas IES sem um considerável apoio direto do governo. Essa situação promoveu uma autonomia nas instituições, tornando-as responsáveis pelo desenvolvimento de uma gestão universitária sólida e preparada para essa nova realidade. Em destaque, observa-se abaixo a Universidade Federal de Pernambuco, local de estudo desta pesquisa.

3.2 A POLÍTICA LINGUÍSTICA E A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ainda como Universidade do Recife (UR), teve o início de suas atividades datado de 11 de agosto de 1946, tendo sido fundada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.338/1946. Em 1948, começou a construção do *campus* Universitário em um loteamento na Várzea, onde hoje está localizado o *campus* Recife. No ano de 1965, a Universidade do Recife passou a integrar o Sistema Federal de Educação do País, com a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, na condição de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (PDI-UFPE, 2019).

Atualmente, a UFPE engloba uma comunidade de mais de 49 mil pessoas, entre professores, servidores técnico-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação. A Administração Central é formada pela Reitoria, oito Pró-Reitorias, uma Superintendência de Segurança Institucional e uma Superintendência de Infraestrutura (PDI-UFPE, 2019).

Ela está presente em 3 *campi* (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão) comportando 13 Centros Acadêmicos, 109 cursos de graduação presenciais regulares: 92 cursos de graduação no *campus* Recife, 11 em Caruaru e 06 em Vitória de Santo Antão; 05 cursos de graduação a distância; 145 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 75 Mestrados Acadêmicos, 17 Mestrados Profissionais e 53 Doutorados; 56 cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações); contando com 31.235 alunos matriculados nos cursos de graduação; 9.148 alunos de pós-graduação; 430 alunos do Colégio de Aplicação; 2.504 professores; 58 professores do Colégio de Aplicação; 3.843 servidores técnico-administrativos (UFPE, 2019).

No ano de 2017, 118 estudantes da UFPE fizeram intercâmbio no exterior: na Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Espanha, Chile, Finlândia, França, Holanda, Itália e Portugal. Recebeu nesse mesmo ano um total de 49 alunos intercambistas, oriundos da Alemanha, Canadá, Colômbia, Holanda, Chile, Espanha, Bolívia, França, Itália, Argentina, Portugal, Japão, Costa Rica, Peru e Áustria (UFPE, 2019).

A Universidade Federal de Pernambuco aprovou a Resolução nº 03/2018, que institui e regulamenta a Política Linguística na instituição, mediante atividades relacionadas ao ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão do português (para estrangeiros) e de línguas estrangeiras, procurando democratizar o acesso no âmbito da UFPE e incluir a comunidade interna e externa, salientando a importância da extensão universitária, como também estimulando a mobilidade internacional, dentre outras diretrizes.

Quanto aos objetivos da resolução, ela aponta a criação de um ambiente plurilinguístico e multicultural entre a comunidade da UFPE e a comunidade internacional. A sua Política Linguística prevê articulação da oferta de cursos pelo Núcleo de Línguas do Idiomas sem Fronteiras (NucLi-Isf), vinculado à Diretoria de Relações Internacionais (DRI), e o projeto de extensão Núcleo de Línguas e Culturas (NLC), conectado ao Centro de Artes e Comunicação (CAC). Esse núcleo deve ofertar cursos modulares, gratuitos, de vários idiomas para a comunidade acadêmica, aplicar testes de proficiência e capacitar docentes.

A Diretoria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pernambuco é a instância responsável pela cooperação com instituições de ensino superior de inúmeros países.

Esta diretoria orienta os alunos e professores que buscam informações sobre opções e procedimentos necessários para estudar no exterior e na elaboração de acordos internacionais. Na atualidade, a Universidade possui convênios formais com várias instituições estrangeiras, distribuídas por diversos países.

A DRI é responsável por encaminhar os estudantes da UFPE para outras instituições de ensino superior para participarem do intercâmbio. Também recebe os alunos estrangeiros, que chegam para participar de novas experiências acadêmicas e pelos convênios de cooperação firmados com universidades e institutos do exterior.

A Universidade Federal de Pernambuco possui Resoluções que tratam da mobilidade estudantil. São elas: Resolução nº 04/2014 - Regulamenta a mobilidade estudantil nacional e internacional para os estudantes da Graduação no âmbito da UFPE e a Resolução nº 07/2015 - Estabelece as diretrizes gerais para atribuição de Duplo Diploma aos alunos de graduação da UFPE (regulares e/ou intercambistas).

No que diz respeito à mobilidade estudantil, a Resolução nº 04/2014 possibilita aos discentes da graduação desta universidade cursar componentes curriculares em outras Instituições de Ensino Superior (IES), para creditação de carga horária em seu histórico escolar; promove a mobilidade estudantil como forma de integração entre as comunidades nacional e internacional, visando ao compartilhamento e à difusão de conhecimentos que favoreçam a qualificação do estudante; admite o afastamento do estudante da graduação de suas atividades acadêmicas para participação em programas de mobilidade estudantil nacional e internacional, celebrados entre a Universidade Federal de Pernambuco e outras Instituições de Ensino Superior ou Centros de Pesquisa nacionais ou estrangeiros, etc.

A Resolução nº 07/2015 estabelece que os casos de mobilidade estudantil internacional que contemplam a possibilidade de atribuição da Dupla Diplomação em cursos de graduação

pela instituição estrangeira e pela UFPE serão regidos por Termo de Acordo de Cooperação Internacional, previamente aprovado, no âmbito da UFPE.

A Portaria nº 220/2017 instituiu o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil, referido como Programa Capes-PrInt, com o propósito de fortalecimento da política de internacionalização, com foco em Programas de Pós-graduação e consolidação de polos de excelência em termos de produção científica, tecnológica e acadêmica no Brasil.

O Programa de Internacionalização (PrInt) possui como objetivo: estimular a formação de redes de pesquisas internacionais, ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação e aprimorar a qualidade da produção acadêmica. Serão financiadas demandas como auxílio para missões de trabalho no exterior, manutenção de projetos, bolsas no exterior (doutorado sanduíche, professor visitante júnior e sênior e capacitação em cursos de curta duração) e bolsas no Brasil (jovem talento, professor visitante e pós-doutorado).

Fazem parte do PrInt/UFPE 19 programas de pós-graduação: Biologia Animal, Biologia de Fungos, Biologia Vegetal, Ciência da Computação, Ciência Política, Ciências Biológicas, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Física, Genética, Inovação Terapêutica, Matemática, Medicina Tropical, Oceanografia, Química, Serviço Social, Sociologia e Tecnologias Energéticas e Nucleares.

O projeto institucional de internacionalização da UFPE soma mais de R\$ 20,5 milhões, distribuídos em 4 anos de desenvolvimento do plano de internacionalização. Ao todo, a Capes contemplou 36 IES que participaram do processo de seleção iniciado em 2017. Os projetos escolhidos foram implementados em novembro do mesmo ano e têm um prazo de duração de quatro anos. A partir de 2019, a Capes investe, anualmente, no programa, R\$ 300 milhões (UFPE, 2020).

A UFPE apresentou o seu Plano de Internacionalização (PLI) em 2018, referente ao período de 2017/2027, em alinhamento com as tendências mundiais do Ensino Superior sem, entretanto, abrir mão de seus princípios e missões intrínsecas como instituição pública de ensino superior, gratuita e de qualidade e socialmente referenciada.

O PLI foi criado no contexto de expansão e diversificação de instituições, a partir das relações entre ensino público e o ensino privado; na valorização do ensino superior como instrumento de mobilidade social e a sua deselitização, com o crescimento do acesso de estudantes economicamente menos favorecidos, por meio da criação de cotas e do financiamento ao estudo; na valorização social e científica da interdisciplinaridade, do trabalho em rede e do espírito empreendedor como atributos da formação universitária; na formação

com base em competências; no crescimento das restrições no financiamento público e a busca de novas formas de financiamento com o setor privado; no crescimento vertiginoso da mobilidade internacional (PLI-UFPE, 2018).

De forma mais ampla, no ano de 1998 nasceu a Coordenação de Cooperação Internacional (CCI), ligada ao Gabinete do Reitor e responsável pelas relações internacionais da UFPE. Em 2011, segundo o Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Instituições Federais de Ensino Superior (CGRIFES), a UFPE se posicionou dentre as sete Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil, responsáveis pela metade de toda a mobilidade de entrada e saída na graduação do País. Parte significativa dessa mobilidade veio por meio do seu Programa de Mobilidade Institucional e por sua participação em programas da Comunidade Europeia, a exemplo do Erasmus (PLI-UFPE, 2018).

Para o Plano de Internacionalização da UFPE (2018), em 2012 a CCI passou a nomear-se Diretoria de Relações Internacionais (DRI) e ampliou suas funções: i) abrange o ensino de línguas estrangeiras como uma estratégia de internacionalização; ii) passa a divulgar mais intensamente, no âmbito internacional, as qualidades do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação da instituição; iii) participa do programa Ciência sem Fronteiras, com forte ênfase na mobilidade estudantil de graduação e se destaca entre as universidades brasileiras; iv) contempla novas redes de internacionalização da educação superior; e v) expande as relações internacionais da UFPE para outros continentes, como Ásia, África e América Latina. A UFPE mantém hoje cerca de 180 acordos de cooperação válidos com universidades e instituições estrangeiras de países da América do Norte, Canadá, América do Sul e Caribe, África, Ásia e Europa.

O PLI aponta que a internacionalização do ensino superior deve ser vista como um vetor para mudanças e melhorias na formação e na produção do conhecimento, que privilegia o constante diálogo entre o local e o global. Alguns desafios são indicados como a diversificação do corpo acadêmico e técnico e a ampliação das possibilidades de trocas interculturais, acadêmicas e tecnológicas. Ela posta desse modo, e em conexão com esses objetivos,

[...] também aumenta a visibilidade nacional e internacional da instituição, alavanca as áreas de conhecimento através de parcerias estratégicas, mobiliza os ativos intelectuais e profissionais internos, adiciona importantes elementos de aprendizagens contemporâneas e fortalece a comunidade universitária na medida em que contribui para as principais missões universitárias (PLI-UFPE, 2018, p.12).

Nesse plano, são definidas políticas em todas as frentes de atuação da instituição, especificamente a internacionalização do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão. A proposta engloba o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013/2027 e o Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014/2018, e abrange objetivos, estratégias e ações para implementar e expandir a internacionalização da UFPE.

A instituição adota seu planejamento em três níveis: estratégico, tático e operacional. O primeiro nível estabelece a missão e elementos básicos do planejamento estratégico institucional para um ciclo de longo prazo, atualmente de 2013 a 2027. O segundo associa as metas e indicadores de gestão aos objetivos a serem alcançados pelas diversas áreas no médio prazo, e devem constar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é um plano quinquenal. Por último, no planejamento operacional, as unidades acadêmicas e administrativas alinham suas propostas anuais aos fundamentos institucionais e, neste estágio, a UFPE faz uso do Plano de Ação Institucional (PAI) (PEI-UFPE, 2013).

De acordo com o período investigado por esta pesquisa, foram utilizados, além do PEI citado acima, o PDI, referente aos períodos de 2014-2018 e 2019-2023, e o PAI, a partir de 2014 até o ano de 2019, conforme demonstrado no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – A política de internacionalização no planejamento institucional da UFPE (continua)

PEI 2013-2027
Objetivo estratégico 3: > Implantar uma política de internacionalização Ações: > Capacitar professores para lidar no contexto internacional; > Conceber e implantar um modelo para internacionalização, em todos os níveis; > Atualizar as grades curriculares visando à internacionalização de currículos; > Flexibilizar a aceitação dos créditos realizados no exterior; > Instalar a cultura de internacionalização, inserida nas estruturas de decisão e gestão das Universidades; > Integrar as várias unidades para implantação das estratégias de internacionalização.
PDI 2014-2018
Objetivo Estratégico 3: > Implantar uma política de internacionalização Ações: 3.1 Aprimorar a estrutura normativa para possibilitar a equivalência dos créditos resultantes de mobilidade nacional, internacional e interna (intercampi); 3.2. Estruturar e consolidar o Núcleo de Formação em Línguas para todos os cursos de graduação. Incrementar em 50% o ensino de língua estrangeira para a comunidade acadêmica; 3.10 Incentivar a capacitação de professores no exterior (pós doc); 3.11 Ampliar os acordos de cooperação da UFPE com universidades e institutos de pesquisa; 3.12 Intensificar a atuação da UFPE nos sistemas nacionais e internacionais de ciência, tecnologia e inovação, participando de missões internacionais; 3.14 Ampliar a oferta de ensino de português para estrangeiro; 3.16 Apoiar a promoção de eventos internacionais na UFPE (pelo menos um por ano); 3.17 Ampliar em 30% os recursos para publicações em periódicos internacionais da produção científica e tecnológica da UFPE; 3.18 Ampliar o Programa de Mobilidade Internacional da UFPE, participando de editais e parcerias de fomento à mobilidade acadêmica internacional.

Quadro 2 – A política de internacionalização no planejamento institucional da UFPE (conclusão)

PDI 2019-2023	
Objetivo Estratégico 6: > Expandir e consolidar a internacionalização Ações: 6.1 Aprovar e implantar o plano de internacionalização da UFPE 2017/2027; 6.2 Captar recursos em organizações públicas e privadas para execução de atividades de internacionalização (pesquisa e mobilidade acadêmica.); 6.3 Estruturar um núcleo de recepção ao estrangeiro para integrar as atividades de recepção da comunidade internacional da pós e da graduação entre as diferentes unidades (Pró-reitorias, Diretorias etc.); 6.4 Fomentar as publicações em periódicos internacionais da produção científica e tecnológica; 6.5 Engajar estudantes em intercâmbio na UFPE nos programas e projetos de extensão; 6.6 Fortalecer o programa <i>brave-Brazilian virtual exchange</i>, ampliando as disciplinas internacionais ofertadas no sistema acadêmico; 6.7 Ampliar e fortalecer a participação em redes internacionais de educação superior e em conferências que tratem da internacionalização da educação superior; 6.8. Promover a circulação e intercâmbio estudantil entre instituições nacionais e internacionais, com previsão de aproveitamento de estudos;	
PAI 2014 A 2019	
Ações programadas segundo o eixo temático da internacionalização: PAI 2014: 35 ações programadas PAI 2015: 39 ações programadas PAI 2016: 39 ações programadas PAI 2017: 23 ações programadas PAI 2018: 34 ações programadas PAI 2019: 13 ações programadas	

Fonte: PEI-UFPE (2013); PDI-UFPE (2015; 2019); Relatórios de Ações PAI-UFPE (2014-2019)¹

O Plano de Desenvolvimento Institucional do período de 2014-2018 quanto ao objetivo estratégico de implantar uma política de internacionalização é composto por 23 ações. No quadro acima foram mencionadas algumas delas.

Após a explicação da política linguística e da internacionalização, tanto no contexto brasileiro quanto na UFPE, mediante a explanação de resoluções, planos e programa, será abordado a seguir o Programa Idiomas sem Fronteiras, nosso objeto de estudo.

¹ Não foram utilizados o PDI 2009-2013 e o PAI 2013, por apresentarem a política de internacionalização no planejamento institucional de forma diversa dos outros mencionados no Quadro 2.

4 O PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo está dividido em duas seções: a primeira apresenta o contexto da criação do programa, os dispositivos legais, as parcerias, o funcionamento e a conjuntura de internacionalização inserida. A segunda retrata o IsF na UFPE, por meio do seu Núcleo de Línguas.

4.1 O PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS E A INTERNACIONALIZAÇÃO

No quadro de internacionalização das universidades, o Governo brasileiro veio intensificando as ações nos programas de mobilidade acadêmica no exterior, com o propósito de melhorar o ensino e a pesquisa no Brasil, por meio de parcerias com instituições de vários países. Dentre esses, destaca-se o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), voltado para estudantes de graduação de áreas consideradas prioritárias pelo governo (LUNA; SEHNEM, 2013).

O Ciência sem Fronteiras foi lançado durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, mediante decreto nº 7.642/2011, por meio de suas respectivas instituições de fomento, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Capes, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico. O programa busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

Ele promoveu intercâmbios acadêmicos de alunos, professores e pesquisadores, com o propósito de qualificar capital humano como estratégia para o avanço da pesquisa e da economia nacional, visando enviá-los às instituições de excelência no exterior, além de receber jovens talentos no Brasil (BRASIL, 2015).

As vagas eram distribuídas por meio de editais, priorizando os alunos da graduação com bom desempenho acadêmico, à medida que os discentes das pós-graduações necessitavam previamente ser aceitos nas universidades estrangeiras, para depois concorrer às bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras. Segundo Borges e Garcia-Filice (2016), o CsF foi o programa que mais enviou alunos de graduação ao exterior.

O Programa do governo federal Inglês sem Fronteiras (IsF), criado em 2012, surgiu no contexto de internacionalização proposta pelo Programa Ciências sem Fronteiras. Os alunos brasileiros elegíveis ao CsF deveriam comprovar o nível de proficiência exigível para concorrer

às bolsas de intercâmbio. De início, os destinos de língua portuguesa e espanhola foram os mais requisitados, dada a proximidade linguística.

Nesse cenário, com o objetivo de privilegiar as universidades anglófonas, consideradas como uma das melhores do mundo, o Governo brasileiro redirecionou os estudantes a esses países, trazendo como consequência o baixo desempenho dos candidatos no tocante à proficiência em língua inglesa. Desse modo, a falta de alunos com habilidades no inglês foi um desafio.

De acordo com esse contexto, Abreu-e-Lima *et al.* (2016) relatam que a Comissão de Relações Internacionais (CRIA), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), entrou em contato com a Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de encontrar uma alternativa para suprir a carência de estudo da língua inglesa por parte desses alunos.

A Portaria nº 105/2012 criou o Grupo de trabalho Inglês sem Fronteiras. No mesmo ano é publicada a Portaria nº 1.466/2012, na qual o institui. O Núcleo Gestor IsF foi estabelecido por meio da Portaria nº 246/2013. Ele foi escolhido para ser o responsável por intermediar a relação entre a Sesu, Capes e CNPq e a rede de gestores das universidades federais.

Conforme Silva (2018), O IsF propôs três ações distintas: a aplicação de testes de proficiência, um curso de inglês on-line e cursos presenciais, com a finalidade de mapear os níveis de proficiência dos alunos brasileiros, ajudar no aperfeiçoamento da língua inglesa e contribuir no processo de internacionalização das universidades.

A portaria destinou funções à Sesu, ao MEC e à Capes. As funções relativas ao incentivo, implementação e gerenciamento dos cursos referem-se à secretaria e ao MEC, ao passo que a Capes auxiliaria na promoção dos cursos e se responsabilizaria pelo curso virtual, o *My English Online* (MEO). Percebe-se uma abordagem diferente entre o curso presencial e o on-line.

Desse modo, a Capes procurou um teste de proficiência que conseguisse ser custeado pelo governo federal e que servisse para diagnosticar a proficiência da comunidade acadêmica, além de ser aceito nas universidades parceiras. O teste selecionado foi o TOEFL/ITP².

Em princípio, foram comprados 500 mil testes para aplicação gratuita a todos os alunos das instituições parceiras. Os testes foram realizados por meio dos centros aplicadores (IES, federais e estaduais) e pretendiam mensurar a compreensão leitora e oral, o conhecimento gramatical e de vocabulário de língua inglesa. De acordo com Abreu-e-Lima *et al.* (2016, p.

2 TOEFL/ITP - *Test of English as a Foreign Language* (TOEFL) ou Teste de Inglês como Língua Estrangeira. A sigla ITP significa "*Institutional Testing Program*", na tradução livre Programa de Teste Institucional.

36), entre “janeiro de 2013 e o final do primeiro semestre de 2016 foram aplicados mais de 360 mil testes”. A decisão permitiu que as universidades conhecessem o nível de proficiência da língua inglesa dos seus discentes e os possibilitou verificar o seu conhecimento quanto ao idioma.

O MEO era a versão virtual do programa, destinado ao mesmo público e aos outros alunos de cursos superiores reconhecidos pelo MEC. As atividades eram dirigidas para a compreensão escrita, oral, vocabulário e gramática, a partir de exercícios de múltipla escolha e preenchimento de lacunas. Após a conclusão dos cinco níveis, o discente tornava-se elegível a frequentar o curso presencial.

O curso presencial, pensado e executado pela parceria do MEC com a Capes, funcionava por meio de Núcleos de Línguas (NucLi) nas universidades. Foi ofertado a discentes e servidores, e era coordenado por um professor da universidade na qual o núcleo estava inserido. Cada instituição credenciada possuía seu próprio Núcleo de Línguas. O governo federal financiava o programa, pagava uma bolsa ao coordenador responsável, ao(s) coordenador(es) pedagógico(s) de inglês e aos alunos professores em exercício.

Os cursos deveriam seguir os objetivos e diretrizes determinados pelo Núcleo Gestor do IsF. Porém, dispunha de autonomia para desenvolver suas propostas de execução, conforme as necessidades dos alunos beneficiados. A diferença entre o curso desse programa em relação a outras escolas de idiomas era que o Inglês sem Fronteiras era voltado ao preparo para o intercâmbio acadêmico, como também recepcionava os estrangeiros na instituição.

O Programa Inglês sem Fronteiras tinha como objetivo preparar o aluno para intercâmbio em universidades no exterior. A sua proposta era que cada IES ofertasse um conjunto de cursos, que deveria incluir diferentes faixas de níveis de proficiência, no qual um Núcleo de Línguas poderia oferecer turmas de vários níveis de um só curso ao mesmo tempo.

O corpo docente era constituído por alunos de graduação da licenciatura em Letras e/ou da pós-graduação em Letras/inglês das universidades credenciadas. Destarte, o programa proporcionava o ensino de língua inglesa e possibilitava estágios docentes aos acadêmicos e futuros professores de língua.

De acordo com Sarmiento *et al.* (2016), a prioridade durante o processo de inscrições nacionais parte dos alunos mais proficientes aos menos proficientes, com cursos que variam de cargas horárias de 16, 32, 48 e 64 horas, possibilitando maior rapidez no atendimento das necessidades de intercâmbio dos estudantes:

Os professores que atuam nos cursos são alunos de graduação e pós-graduação com licenciatura na língua inglesa, em andamento ou concluída. A exigência visa fortalecer

a formação docente na área e auxiliar na conscientização da comunidade que não basta ser proficiente na língua para poder ensiná-la, é preciso ter conhecimento pedagógico para auxiliar os aprendizes a atingir o nível de proficiência adequado (ONO, 2016, p.107).

O Programa Inglês Sem Fronteiras (IsF) é um exemplo de política linguística atrelada a um projeto de desenvolvimento da competitividade do País no cenário internacional, com potencial impacto tanto na formação de professores quanto na Educação Básica (PASSONI; GIMENEZ, 2016).

Um estudo dos editais do programa, de acordo com a oferta e seleção dos candidatos, evidenciou como ele surgiu em função do CsF. Na análise dos editais de janeiro de 2014 a janeiro de 2015, foram notadas poucas alterações no seu escopo, porém, houve uma abrangência maior ao incluir técnicos e docentes ativos das universidades, expondo a intenção do IsF em ser uma ação mais ampla e não exclusivamente dirigida para o ensino superior (DORIGON, 2015).

O Governo brasileiro, por intermédio da Sesu, decidiu incluir outros idiomas no programa, fortalecendo a internacionalização das universidades, devido aos resultados expressivos do Inglês sem Fronteiras e pelo aumento da demanda de alunos do CsF, que se dirigiam a países nos quais a língua exigida não era o inglês. Foram incluídas outras línguas: o francês, o japonês, o italiano, o alemão, o espanhol e o português para estrangeiros (PLE).

A Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014, institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e a Portaria nº 30, de 26 de janeiro de 2016, o ampliou. Este tem a finalidade de propiciar a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico administrativo das Instituições de Educação Superior (IES) Públicas e Privadas e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o País.

Desse modo, aulas presenciais de inglês, que antes se limitavam às universidades federais, se expandiram e passaram a abranger as universidades estaduais, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e demais IES públicas cadastradas no sistema e-MEC³. O programa, inicialmente, contemplou alunos de graduação, expandindo-se para os de pós-graduação e servidores técnico-administrativos.

³ Sistema e-MEC - O e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o reconhecimento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/e-mec-sp-257584288>. Acesso em: 22 set. 2020.

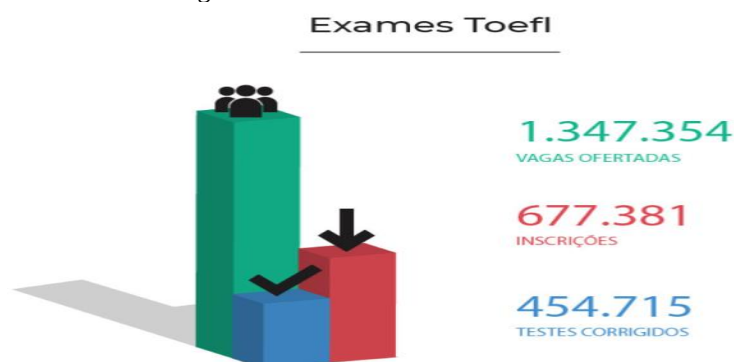
Para a sua execução, poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e com entidades privadas. Poderão, também, ser utilizadas parcerias, firmadas pelo MEC e pela Capes, para realização das ações previstas no âmbito do Programa.

O IsF é regulamentado por portarias normativas emitidas pelo Ministério da Educação. As suas ações são divulgadas por meio de editais emitidos pela Secretaria de Educação Superior (SESu). Em 2013, lançou o 1ª Edital de Credenciamento das Universidades Federais para Centros Aplicadores e Núcleo de Línguas, através de chamadas públicas.

O inglês foi a língua que mais se destacou no programa, conforme iremos abordar mais adiante. Ela possui dois testes de proficiência no IsF. O TOEFL ITP e o TOEIC Bridge⁴. O primeiro foi utilizado como teste diagnóstico de proficiência da comunidade acadêmica das universidades brasileiras até o ano de 2016. A partir de 2017, os testes passaram a ser utilizados como teste de proficiência, preferencialmente para a comunidade acadêmica que demonstrasse estar no nível B2 ou para auxiliar programas de mobilidade na certificação e seleção de seus candidatos. O segundo teste de proficiência foi ofertado para estudantes da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil e para públicos específicos não acadêmicos, como os servidores técnico-administrativos e os professores de idiomas da Rede Pública.

Assim sendo, a Figura 1 a seguir ilustra o quantitativo de exames TOEFL no Programa IsF.

Figura 1 - Relatório Nacional do Programa Idiomas sem Fronteiras - Exames TOEFL - até novembro de 2018



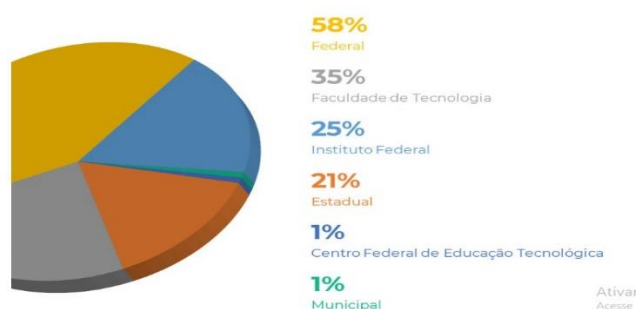
Fonte: Brasil (2017)

⁴ TOEIC bridge - *Test of English for International Communication* (Teste de Inglês para Comunicação Internacional).

Esses valores referem-se ao quantitativo de exames TOEFL até novembro de 2018. Verifica-se que o número de inscritos é 50,28% do número de vagas ofertadas. Já os testes corrigidos em relação ao número de inscritos correspondem a 67,13%. Dessa forma, comparando efetivamente o número de vagas ofertadas com os testes corrigidos, temos o percentual de 33,75%. Compreende-se que a demanda de candidatos ao teste é bem inferior à oferta de vagas.

A Figura 2 apresenta o percentual de participantes do IsF por categoria de Instituição de Ensino Superior.

Figura 2 - Relatório Nacional do Programa Idiomas sem Fronteiras - IES participantes do IsF por categoria - até novembro de 2018
IES participantes do IsF por categoria



Fonte: Brasil (2017)

Observa-se que a maioria das Instituições de Ensino Superior que fizeram parte do programa Idiomas sem Fronteiras até novembro 2018 era composta por Instituições Federais (58%) e Faculdades de Tecnologia (35%). Em seguida, destacam-se os Institutos federais (25%) e as Estaduais (21%). As duas últimas, com apenas 1% cada, são o Centro Federal de Educação Tecnológica e o Municipal.

De acordo com Ribeiro e Brito (2018), o programa IsF passou a ganhar projeção pela importância que lhe é atribuída como um grande promotor de conhecimento linguístico acadêmico, voltado exclusivamente às necessidades da comunidade universitária.

O Programa Idiomas sem Fronteiras, é presente em quase todas as universidades federais, em várias estaduais, além dos institutos técnicos. É considerado um dos pilares no desenvolvimento de uma política linguística, com propósito de contribuir para a internacionalização do ensino superior.

4.2 O PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS NA UFPE

O Núcleo de Línguas (NucLi), das instituições credenciadas, fazia parte das ações do programa para contribuir com o processo de internacionalização das instituições de ensino federais brasileiras, por meio da promoção do desenvolvimento linguístico-cultural de seus alunos.

O NucLi da UFPE surgiu em 2013, é um membro externo da Diretoria de Relações Internacionais, localizada no Gabinete do Reitor e o seu espaço físico é situado no Centro de Artes e Comunicação.

Esse Núcleo foi composto inicialmente por uma coordenadora geral (docente de inglês da universidade), uma coordenadora pedagógica (aluna doutoranda) e dez professores (pesquisadores bolsistas, graduandos em Letras, Licenciatura em Língua Inglesa ou alunos graduados que mantivessem vínculo com a instituição de ensino).

Em princípio, era formado por turmas de inglês e com a função, também, de ser um campo de pesquisa e formação de docentes bolsistas, que passam a ser reconhecidos como os agentes de novas propostas linguísticas para o País.

As aulas dos cursos presenciais, abertas aos alunos elegíveis da UFPE, tiveram início em Janeiro de 2014. Com a expansão do programa, foram incluídos outros idiomas, como o italiano, em 2016, e o espanhol, o francês e o português como língua estrangeira em 2017. Nesse mesmo ano, foi lançado o Edital de Chamada Pública, com o objetivo de recredenciar universidades federais para atuação como Núcleo de Línguas do Idiomas sem Fronteiras, por um período de 4 anos.

O foco dos cursos presenciais do IsF é trabalhar aspectos linguísticos que viabilizem a internacionalização e a vivência acadêmica no exterior (BRASIL, 2016).

Atualmente, as vagas presenciais do Núcleo de Línguas do IsF são ofertadas nos *campi* Recife e Caruaru, porém já foram oferecidas também no *campus* Vitória.

Dessa maneira, apresentamos as linhas gerais da contextualização das políticas públicas, políticas linguistas, internacionalização e a descrição do IsF em um contexto geral e na UFPE. Assim, todos esses conceitos embasam a intencionalidade de avaliar o processo de implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras da Universidade Federal de Pernambuco, *campus* Recife, no período de 2013 a 2019. Nessa conjuntura, abordaremos a seguir a metodologia aplicada.

5 METODOLOGIA

Esta capítulo aborda o percurso metodológico envolvido na presente pesquisa. Em princípio, descreve o desenho, a abordagem, a tipologia e as características de uma pesquisa qualitativa, com algumas técnicas de estatística descritiva. Em seguida, foram apresentados o local do estudo, o recorte temporal, a representação dos atores, a amostra e os critérios de inclusão e exclusão. São elencados também os instrumentos e técnicas de coleta dos dados. Por último, os procedimentos e modelos de análise dos dados, destacando os documentos e dispositivos legais utilizados.

Este estudo teve como foco principal avaliar o processo de implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE no *campus* Recife. Optou-se pelo método de abordagem qualitativa predominantemente, sem, todavia, desprezar os procedimentos para a obtenção de dados quantitativos.

Segundo Creswell (2010), trata-se de uma abordagem que privilegia o caráter interpretativo, no qual as interpretações não podem ser afastadas do contexto de suas origens e expõe relatos holísticos da questão de pesquisa, a partir da identificação de diversos fatores envolvidos. Para sua execução, são empregadas múltiplas fontes de dados, tais como documentos e entrevistas.

Para King, Keohane e Verba (1994), a pesquisa qualitativa abrange ampla variedade de abordagens, mas, por definição, nenhuma dessas abordagens baseia-se em medições numéricas.

No tocante aos elementos quantitativos, foram utilizadas técnicas de mensurações numéricas, como índice e percentual na análise dos resultados encontrados, a partir de estatística descritiva.

Quanto ao tipo de pesquisa, foi utilizada a de caráter descritivo e exploratório. Descritivo porque buscou descrever o processo de implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras na Universidade Federal de Pernambuco. Exploratório, porque ainda que a instituição seja objeto constante de diversos pesquisadores, não foram encontrados estudos sobre o IsF na UFPE.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo a familiarização com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Para Richardson (2012), são aqueles realizados quando o pesquisador não tem informações sobre determinado assunto. Desse modo, realiza o estudo para se aprofundar neste tema.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se o estudo de caso, por propiciar maior detalhamento do processo de implementação. De acordo com Vergara (2010, p. 44), “estudo de

caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento”. Ele representa uma análise profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de maneira que se permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2008).

No Brasil, existem 119 instituições de ensino superior credenciadas ao Programa Idiomas sem Fronteiras, mediante informações fornecidas no site do IsF. A UFPE foi a selecionada entre as demais IES que desenvolvem o programa. O estudo foca nessa instituição, no *campus* Recife, mais especificamente o Núcleo de Línguas.

O NucLi da UFPE surgiu em 2013, sendo parte das ações do Programa Inglês sem Fronteiras, para contribuir com o processo de internacionalização das instituições de ensino federais brasileiras. Ele é um membro externo da Diretoria de Relações Internacionais, situada no Gabinete do Reitor, e o seu espaço físico é estabelecido no Centro de Artes e Comunicação.

Trata-se de um programa com início determinado por lei, a partir das primeiras chamadas públicas, por meio de Edital de credenciamento. A pesquisa foi realizada com os atores diretamente envolvidos no processo de implementação e gestão do Programa IsF na UFPE – *campus* Recife, ou seja, todos os sujeitos envolvidos durante o período de 2013 a 2019, exercendo funções decisórias, executoras e acadêmicas.

O primeiro ano corresponde à criação do Núcleo de Línguas da UFPE, o último representa o início da primeira gestão presidencial, em que existiu uma restrição orçamentária com cortes relevantes no programa.

Os entrevistados foram divididos em três grupos: G1 – Coordenadores gerais, G2 – Coordenadores pedagógicos e G3 – Técnicos administrativos educacionais.

Os professores e os alunos do programa não constam como sujeitos da pesquisa, utilizando o critério de o agente ser um ator implementador. O professor ministra aulas seguindo as orientações do coordenador pedagógico e dos conteúdos planejados, enquanto que os alunos têm um papel de usuários das ações implementadas, não atuando na execução.

A população do G1 é constituída por três coordenadores gerais do programa, no recorte temporal estudado.

O G2 é composto por oito coordenadores pedagógicos. Foi excluído o do curso de Italiano, pois é um coordenador pedagógico nacional, não faz parte da universidade e é responsável por todos os professores de italiano do Brasil. Portanto, não tem uma relação direta com a UFPE e não agrega informações sobre as avaliações de processos da instituição. Também foram suprimidos dois coordenadores do curso de inglês, um por acumular a função de

coordenador geral do programa, concomitantemente, e o outro por acumular em período distinto. Os dois integram o G1.

O G3 é formado pelos técnicos administrativos educacionais (TAE). A população é composta por quatro pessoas, dentre elas três ainda permanecem no quadro de servidores do Núcleo de Línguas da UFPE, o outro servidor está lotado na Diretoria de Relações Internacionais.

Foram excluídos os atores que se recusaram a participar ou que não retornaram o contato, totalizando 4 pessoas: 1 relativo ao G1, 2 correspondentes ao G2 e 1 ao G3.

De acordo com Oliveira (2008), para o levantamento dos dados, é preciso selecionar instrumentos adequados que preencham os requisitos de validade, confiabilidade e precisão. Os mais utilizados são as entrevistas, os questionários e a observação.

Desse modo, foi realizada uma sondagem no setor, utilizando a observação direta do coordenador geral e dos técnicos administrativos presentes no NucLi, com o intuito de identificar processos e ações relacionadas ao programa. A coleta de dados secundários foi obtida por meio do site institucional da UFPE⁵, do Programa nacional Idiomas sem Fronteiras⁶, e da plataforma do governo federal⁷.

Após a definição dos documentos a serem utilizados, os atores foram convidados a participar da pesquisa a partir do encaminhamento de e-mails, com o propósito de explicar os objetivos do estudo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que estabeleceram uma relação direta entre o pesquisador e o entrevistado, com a utilização do registro das respostas em gravadores e anotações manuais. O roteiro foi único, porém distinto, de acordo com o grupo ao qual pertencia, não impedindo outros questionamentos realizados pertinentes ao tema.

Pelo atual cenário da pandemia da COVID-19, as entrevistas ocorreram totalmente de forma remota, através da plataforma *Google Meet*, que possibilitou gravar as reuniões com a autorização de gravação do conteúdo para transcrição e catalogação. Elas aconteceram no período de 31/08/2020 a 11/09/2020, de acordo com o dia e horário compatível para todos, após a concordância dos entrevistados e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A Tabela 1 abaixo indica os 3 grupos envolvidos na pesquisa, o número de entrevistados por grupo e sua identificação.

⁵ UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://www.ufpe.br/>.

⁶ Programa nacional Idiomas sem Fronteiras. Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/>.

⁷ Plataforma do governo federal – Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>.

Tabela 1 - Representação dos sujeitos da pesquisa

GRUPOS	Nº DE ENTREVISTADOS	IDENTIFICAÇÃO
G1 - Coordenadores Gerais	2	G1 - A G1 - B
G2 - Coordenadores Pedagógicos	3	G2 - A G2 - B G2 - C
G3 - Técnicos Administrativos Educacionais	3	G3 - A G3 - B G3 - C

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Foi realizada uma análise dos documentos das portarias, resoluções, editais, planos, planejamentos e relatórios, para caracterizar o contexto em que o processo de implantação do programa foi realizado.

Os documentos, utilizados nesta pesquisa, constam no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Documentos e dispositivos para análise (continua)

DOCUMENTO	CONTEÚDO	REFERÊNCIA
PORTARIA NORMATIVA Nº 1.466/2012 - MEC	Instituiu o programa Inglês sem Fronteiras	18/12/2012
PORTARIA NORMATIVA Nº 973/2014 - MEC	Instituiu o Programa Idiomas sem Fronteiras	14/11/2014
PORTARIA Nº 30/2016 – MEC	Ampliou o Programa IsF	26/01/2016
RESOLUÇÃO Nº 03/2018 – CONSUNI	Instituiu e regulamentou a Política Linguística da UFPE	27/09/2018
EDITAIS DE CREDENCIAMENTO E RECDENCIAMENTO	Atuação como Núcleo de Línguas (NucLi-IsF) no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)	2013 a 2019
EDITAIS DE SELEÇÃO	Processo Seletivo para a Realização do Curso Online de Língua Inglesa <i>My English Online</i> (MEO) do Programa Idiomas Sem Fronteiras – Inglês;	2013 a 2019
EDITAIS DE SELEÇÃO	Processo Seletivo Simplificado para Professor Bolsista do Núcleo de Línguas (NucLi-IsF) do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)	2013 a 2019
EDITAIS DE SELEÇÃO	Processo Seletivo para Ocupação de Vagas dos Cursos Presenciais de Línguas Estrangeiras Ofertados pelos Núcleos de Línguas, no Âmbito do Programa Idiomas Sem Fronteiras	2014 a 2019
PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFPE	São definidas políticas em todas as frentes de atuação da instituição, nomeadamente a internacionalização do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão.	2017-2027
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	Identifica a Visão e Missão e propõe tópicos estratégicos alinhados a sua missão a serem observados pelos gestores da UFPE por um período de 15 anos - Plano de longo prazo (estratégico)	PEI Nº 01 2003-2013
		PEI Nº 02 2013-2027
PLANEJAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Planejamento estratégico das instituições de ensino superior para um horizonte de atuação de 5 anos - Plano de médio prazo (tático)	PDI Nº 01 2009-2013
		PDI Nº 02 2014-2018
		PDI Nº 03 2019-2023

Quadro 3 – Documentos e dispositivos para análise (conclusão)

DOCUMENTO	CONTEÚDO	REFERÊNCIA
PLANO DE AÇÃO INSTITUCIONAL	Resumo das atividades de monitoramento realizadas no ano, bem como a descrição da execução das ações planejadas – Plano de curto prazo (operacional)	PAI 2013 a 2019
RELATÓRIOS	Fornecidos pela Diretoria de Relações Internacionais, por meio de processo administrativo	2013 a 2019

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Após a análise documental e para examinar os dados primários coletados, com vistas a responder os objetivos da pesquisa, os dados obtidos foram agrupados em categorias temáticas correspondentes ao modelo de avaliação de processos proposto por Draibe (2001). Identificaram-se os seguintes subprocessos: a) Sistema gerencial e decisório; b) Processos de divulgação e informação; c) Processos de seleção; d) Processos de capacitação; e) Sistemas logísticos e operacionais; f) Processos de monitoramento e avaliação internos.

Na análise dos dados qualitativos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo inspirada no método de Bardin (2011), que consiste no conjunto de instrumentos de cunho metodológico que se aplicam a discursos, valendo-se da categorização por caixas, isto é, compartilhando os elementos encontrados em função da teoria. Ela divide-se em três fases: i) pré-análise; ii) exploração do material; e iii) tratamento dos resultados com as inferências e a interpretação.

Para analisar as entrevistas, inicialmente na fase de pré-análise, as respostas foram transcritas e agrupadas. Na segunda fase, de exploração do material, foram criados três grupos (coordenadores gerais do programa, coordenadores pedagógicos e técnicos administrativos), e em cada um deles foi relatada pergunta por pergunta, com a fala, na íntegra, de cada participante. Em seguida, foi realizada uma leitura flutuante, na qual partes das respostas foram recortadas e agrupadas, de acordo com o tema e os objetivos da pesquisa. Isto é, as situações que auxiliaram a responder as perguntas do estudo foram reunidas em categorias próprias. Cada grupo teve categorias correspondentes aos sistemas ou subprocessos da implementação proposto por Draibe (2001).

Por último, com as categorias de análise definidas, iniciou-se a terceira e última fase, na qual os resultados foram interpretados e discutidos, procurando valorizá-los e dar sentido às informações obtidas. O sentido da interpretação aparece a partir da relação entre os resultados e o referencial teórico. Na análise realizada, buscou-se compreender os traços presentes nas respostas dos entrevistados, extraindo as categorias da metodologia a ser aplicada.

6 AVALIANDO OS SUBPROCESSOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS – CAMPUS RECIFE

Este capítulo apresenta a análise dos dados obtidos, por meio da pesquisa documental e das entrevistas realizadas com os coordenadores gerais, coordenadores pedagógicos e técnicos administrativos que participaram do processo de implementação do Programa IsF no *campus* Recife da UFPE, durante os anos de 2013 a 2019.

Primeiramente, iremos apresentar informações sobre a estratégia de implementação do programa a partir do percurso histórico, do desenvolvimento dos idiomas ofertados e da evolução dos cursos. Em seguida, abordaremos sobre cada um dos subprocessos e sistemas do modelo proposto por Draibe (2001), destacando as potencialidades e/ou fragilidades de cada perspectiva avaliada.

6.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa Inglês sem Fronteiras, instituído pela Portaria nº 1.466/2012, como vimos anteriormente, nasceu para cobrir uma falha do Programa Ciência sem Fronteiras, aumentando o conhecimento das línguas no contexto de internacionalização, beneficiando os alunos e professores das instituições credenciadas.

[...] esse programa nasceu de uma demanda... na verdade de uma falha verificada... no Programa Ciência sem Fronteiras [...] Muitos alunos viajaram e tiveram problemas com relação a comunicação fora do Brasil. E aí o programa nasceu com fomento, pra que os alunos tivessem acesso a uma formação linguística... das línguas estrangeiras dentro da universidade durante a época que eles passam lá... a graduação e a pós. [G2 – B]

[...] a princípio, o programa ele tava [sic] ligado ao Ciência sem Fronteiras. E aí, o propósito era justamente mandar esse pessoal pra o exterior. [G3 – B]

Conforme relatado, o Núcleo de Línguas iniciou suas atividades em 2013, como parte das ações do programa, para ajudar a internacionalizar as instituições, por meio da promoção do desenvolvimento linguístico-cultural de seus alunos.

A UFPE recebeu um convite, feito pelo Núcleo Gestor do programa (constituído por professores e profissionais de diversas universidades do Brasil). Na época, era um projeto-piloto, com apenas 10 instituições federais selecionadas no País. O I Encontro de Representantes do Idiomas sem Fronteiras, das 59 universidades federais, ocorreu na capital do País, em 18 de dezembro de 2012, e o II Encontro de coordenadores IsF, em 17 de abril de 2013.

A UFPE foi convidada a participar de um projeto piloto, junto com outras... universidades [...] Então, o Núcleo Gestor decidiu por estas... universidades e a UFPE aceitou o convite [...] Foi a partir desse projeto piloto, que depois... outras universidades... se juntaram também... O programa deixou de ser piloto, pra ser... efetivado mesmo. [G1 – B]

Eu acredito que houve um contato do Núcleo Gestor[...] pelo o que eu me lembro [...] com o departamento de inglês, falando sobre... essa proposta de criar um curso gratuito... o IsF pra os alunos da universidade. [G2 – A]

O 1º Edital de Credenciamento das universidades federais para Centros Aplicadores e Núcleo de Línguas aconteceu em 10 de julho de 2013. O início dos trabalhos dos coordenadores com as equipes dos NucLis foi em 1º de agosto do mesmo ano, após a etapa de processo seletivo dos professores bolsistas que integrariam o núcleo. Nesses encontros, estavam presentes outros alunos de Letras – inglês, que poderiam vir a integrar o grupo no futuro. Esse processo ocorreu semanalmente, no período de agosto a dezembro de 2013, era composto pela coordenadora geral, a coordenadora pedagógica e os docentes.

O III Encontro de Coordenadores IsF realizou-se em 24 e 25 de setembro de 2013. Todos os anos passaram a ter dois encontros, uma vez por semestre. Em 9 de dezembro do mesmo ano, foi divulgada a primeira oferta do programa de cursos presenciais das universidades credenciadas. As aulas presenciais começaram em janeiro de 2014, mas desde 2013 já existia a aplicação de provas TOEFL.

A gente já começou a trabalhar imediatamente depois dos resultados da prova do TOEFL [...] fazendo as reuniões... pra organizar as coisas. As aulas presenciais mesmo, começaram em 20 de janeiro de 2014. [G2 – A]

A princípio... o que foi feito em termos de ação do programa, então Inglês sem Fronteiras foi a aplicação de provas de TOEFL... foi em 2013... Logo em 2014 que começaram a incorporar os cursos presenciais. [G3 – B]

Para participar do IsF, era necessário o teste de nivelamento do MEO (*My English Online*) ou por meio do Test TOEFL ITP, ofertado gratuitamente. O primeiro é um curso online, cuja inscrição deve ser feita diretamente pela plataforma do programa. O segundo é aplicado nas instituições credenciadas. O NucLi UFPE é responsável apenas pela gestão dos cursos presenciais na instituição e pela aplicação do Test TOEFL ITP.

[...] o governo federal pagava os testes e a gente aplicava por demanda [...] São cursos gratuitos e o interesse era melhorar a formação linguística em língua estrangeira, especialmente... pra experiências internacionais. [G2 – B]

Tinha um curso online na própria plataforma, mas... era pelo sistema... a gente não tinha gestão desse curso online não [...]. [G3 – C]

As inscrições e as estruturas dos cursos presenciais eram organizadas pelo Núcleo Gestor, por meio de um site independente da universidade. O programa é ligado ao MEC e usa apenas o espaço físico da UFPE.

Existiam várias ofertas no decorrer do ano, com uma variedade de cursos com base no catálogo fornecido pelo programa nacional. Cada módulo era independente, com focos específicos. Era comum um aluno se inscrever em vários módulos ou em mais de um idioma.

Tanto eles fazerem diversos módulos, quanto fazerem diversos idiomas. Era bem comum. Geralmente era aquele aluno mais... empenhado com o ensino de línguas mesmo [...] [G1 – B]

O Núcleo Gestor organizava a estrutura dos cursos e a oferta de cursos... alunos se escreviam lá naquele site. Que é um site separado da universidade. Então a gente funcionava ali na UFPE, usando as dependências [...] Mas, nós estávamos diretamente ligados ao MEC. Não respondíamos exatamente a UFPE...Tinha uma estrutura que era preparada por meio do Núcleo Gestor, em conjunto com os coordenadores de cursos de todas as universidades e os cursos eles... eram meio que padrão. Eles eram ofertados... Obviamente cada universidade vai adaptando a sua realidade. [G3 – B]

As aulas [...] elas eram modulares... o curso funcionava por meio de módulos, e não era uma aula linear no sentido de... uma aula tá conectada a outra e aí depois quando você termina aquele curso você vai pra o nível 2 e depois você vai pra o nível 3. Não, ele funcionava por módulo... as aulas elas eram diferentes, porque elas precisavam atender.... aquele objetivo do módulo. Não necessariamente isso ia lhe levar pra um outro nível de proficiência do inglês. Ia lhe levar, pra aquele nível de proficiência proposto no módulo.... [G1 – B]

Muitos alunos faziam mais de um curso... Os cursos... eles eram em módulos independentes, então não eram cursos regulares que você fazia básico 1, básico 2... eram cursos por exemplo: compreensão oral de língua inglesa... ou tópicos acadêmicos... preparatório pra a prova de TOEFL... Eram módulos com foco específico. Obviamente, nesses módulos os professores trabalhavam habilidades da língua de forma geral... eles trabalhavam as habilidades da língua dentro daquele foco. Os alunos, eles podiam fazer quantos cursos quisessem e muitos alunos tavam lá [sic] direto fazendo curso... Muitos alunos inclusive foram depois pra o exterior e... tiveram... uma ajuda muito grande do NucLi, porque conseguiam se preparar pra fazer intercâmbios sem ter que ficar pagando curso... fazia de graça. Era muito interessante pra quem quer sair do Brasil. Pós graduação sempre tem que saber um idioma... então, eles usavam muito o Idiomas sem Fronteiras. [G3 – B]

A partir da introdução de outros idiomas, de acordo com a Portaria Normativa nº 973/2014, passou a ser denominado Programa Idiomas sem Fronteiras. Ele foi ampliado, por meio da Portaria nº 30, de 26 de janeiro de 2016, passando a abranger universidades estaduais, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e demais IES públicas cadastradas no sistema e-MEC. Em 13 de abril de 2017, foi publicado o Edital de credenciamento ao IsF.

A seguir, mostraremos em números, o Programa Idiomas sem Fronteiras em um contexto nacional e na UFPE.

Observa-se a Tabela 2, com as IES credenciadas por região.

Tabela 2 - IES credenciadas por região - até novembro de 2018

REGIÃO	CREDENCIAMENTOS	%
Norte	10	8,40%
Nordeste	31	26,05%
Centro-Oeste	8	6,72%
Sudeste	49	41,18%
Sul	21	17,65%
Total	119	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Brasil (2017)

Com base nos dados das instituições parceiras relacionadas no site do IsF, a tabela acima indica que são credenciadas 119 Instituições de Ensino Superior no programa, sendo 49 delas instaladas na região Sudeste, 31 no Nordeste, 21 no Sul, e apenas 10 no Norte e 8 no Centro-Oeste.

Os estados que se destacam com o maior número de instituições são: São Paulo, com 29, e Minas Gerais, com 14. Outros 7 estados se sobressaem negativamente, com apenas 1 credenciamento cada, 5 deles na região Norte, 1 no Nordeste e 1 no Distrito Federal. Outro aspecto relevante é a quantidade de idiomas por instituição. O programa prevê até 6. Porém, 45% dessas instituições cadastradas dispõem apenas como língua o inglês, quase metade delas no estado de São Paulo (BRASIL, 2017).

Na Tabela 3 a seguir, podemos verificar o quantitativo de professores e vagas ofertadas por idioma, no período de 2014 a novembro 2018. O inglês se destaca com o maior número de vagas ofertadas, correspondendo a 92,54% do total. Também é a língua que retém o maior número de professores, 76,20% do total.

Tabela 3 - Relatório Nacional do Programa Idiomas sem Fronteiras: Professores e vagas ofertadas por idioma - até novembro de 2018

IDIOMA	PERÍODO	PROFESSORES	VAGAS OFERTADAS
Inglês	2014 a 2018	1.140	337.317
Espanhol	2016 a 2018	88	6.240
Francês	2016 a 2018	72	5.400
Italiano	2016 a 2018	24	2.810
Japonês	2016 a 2018	32	2.110
Alemão	2016 a 2018	40	2.388
PLE	2017 a 2018	100	8.254
TOTAL		1.496	364.519

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Brasil (2017)

O Núcleo de Línguas na UFPE *campus* Recife é formado por cinco idiomas, conforme a Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Quantitativo de turmas, vagas ofertadas e total de inscritos do *campus* Recife, distribuído por idiomas

IDIOMA	ANOS	QUANTIDADE DE TURMAS	VAGAS OFERTADAS	TOTAL DE INSCRITOS
Inglês	2014 - 2019	375	9.375	8.411
Espanhol	2017 - 2019	29	725	2.273
Francês	2017 - 2019	19	475	2.207
Italiano	2016 - 2019	49	1.225	4.005
PLE	2017 - 2019	11	275	108
TOTAL		483	12.075	17.004

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo NuLi do IsF⁸

De acordo com as informações acima, o *campus* Recife foi responsável pela formação de 483 turmas no período de 2014 a 2019, com 12.075 vagas ofertadas e 17.004 inscritos. O curso mais antigo, o de inglês, se destaca totalizando 375 turmas, com 9.375 vagas ofertadas e 8.411 inscritos. Em seguida, salientamos o idioma italiano, que no período de 2016 a 2019 foi responsável por 49 turmas, com 1.225 vagas ofertas e 4.005 inscritos.

Na Tabela 5, indicamos os números de matriculados e professores distribuídos por idiomas.

Tabela 5 - Quantitativo de matriculados e de professores do *campus* Recife, distribuído por idiomas

IDIOMA	ANOS	TOTAL DE MATRICULADOS	PROFESSORES
Inglês	2014 - 2019	6.100	29
Espanhol	2017 - 2019	608	4
Francês	2017 - 2019	448	2
Italiano	2016 - 2019	964	1
PLE	2017 - 2019	104	2
TOTAL		8.224	38

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo NuLi do IsF⁹

Observa-se que 8.224 pessoas se matricularam no programa no *campus* Recife, com ênfase para os idiomas de inglês e italiano, com, respectivamente, 6.100 e 964 matriculados. O total de professores, no período de 2014 a 2019, soma 38: 29 do curso de inglês, 4 de espanhol, 2 de francês e 2 de português como língua estrangeira, e 1 de italiano.

A Tabela 6 demonstra o quantitativo de vagas ofertadas e provas aplicadas de exame TOEFL no *campus* Recife no período de 2013 a 2019.

⁸ Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, por meio do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51.

⁹ Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, por meio do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51.

Tabela 6 - Quantitativo de exame TOEFL no *campus* Recife

ANO	VAGAS OFERTADAS	PROVAS APLICADAS
2013	1.001	1.001
2014	6.900	2.226
2015	3.810	1.588
2016	3.369	2.313
2017	888	642
2018	1.293	1.066
2019	378	377
TOTAL	17.639	9.213

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo NuLi do IsF¹⁰

A partir desses dados, verificamos que apenas 52,23% das vagas ofertadas foram de fato efetivadas. Podemos perceber que 2016 foi o ano com o maior número de provas aplicadas, No ano seguinte caiu drasticamente, tendendo a subir um pouco em 2018. No ano de 2019 chegou ao patamar mais inferior em relação ao número de aplicações.

Uma justificativa plausível para essa queda foi o encerramento das atividades de graduação do Programa Ciência sem Fronteiras, apesar de estar funcionando integralmente na internacionalização para pós-graduação. Outro aspecto relevante foram os cortes do IsF em 2019.

Iremos observar nas tabelas a seguir a evolução dos idiomas no *campus* Recife. Em todos os anos o total de matriculados é inferior ao número de inscritos, devido a algumas turmas terem matrículas excedentes e outras com poucos alunos matriculados. Houve turmas não formadas por não terem o quantitativo mínimo de inscritos.

Considerando o número de alunos beneficiados, o valor é inferior em relação ao total de matriculados, pois muitos alunos participaram de vários módulos dos cursos. A Tabela 7 aponta em números o idioma inglês.

¹⁰ Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, por meio do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51.

Tabela 7 - Evolução do idioma inglês no *campus* Recife

ANO	QUANTIDADE DE TURMAS	VAGAS OFERTADAS	TOTAL DE INSCRITOS	TOTAL DE MATRICULADOS
2014	70	1.750	1.915	1.075
2015	67	1.675	966	888
2016	45	1.125	908	701
2017	45	1.125	1.230	865
2018	94	2.350	2.068	1.620
2019	54	1.350	1.324	951
TOTAL	375	9.375	8.411	6.100

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo NucLi do IsF¹¹

Os anos de 2014 (primeiro ano de aulas presenciais do programa na UFPE) e o ano de 2018 destacam-se nos quatro requisitos: maior quantidade de turmas, vagas ofertadas, total de inscritos e total de matriculados. Os anos de 2016 e 2017 tiveram a mesma quantidade de turmas, porém, o segundo apresenta maior número de inscritos e matriculados. O ano de 2019, em comparação a 2018, foi observada uma queda de matriculados de 41,30%.

Outro idioma relevante em números para o programa é o espanhol, conforme demonstrado na Tabela 8 abaixo.

Tabela 8 - Evolução do Idioma espanhol no *campus* Recife

ANO	QUANTIDADE DE TURMAS	VAGAS OFERTADAS	TOTAL DE INSCRITOS	TOTAL DE MATRICULADOS
2017	2	50	373	48
2018	7	175	747	137
2019	20	500	1.153	423
TOTAL	29	725	2.273	608

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo NucLi do IsF¹²

A partir das informações acima, percebemos que a língua espanhola foi bem aceita na instituição, com números expressivos nos três anos e com tendência de grande crescimento. A Tabela 9 representa os números do idioma francês.

¹¹ Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, por meio do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51.

¹² Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, por meio do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51.

Tabela 9 - Evolução do idioma francês no *campus* Recife

ANO	QUANTIDADE DE TURMAS	VAGAS OFERTADAS	TOTAL DE INSCRITOS	TOTAL DE MATRICULADOS
2017	3	75	312	65
2018	4	100	348	99
2019	12	300	1.547	284
TOTAL	19	475	2.207	448

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo NucLi do IsF¹³

O curso de francês é outro em que a demanda é bem superior à oferta e quase todas as vagas são ocupadas, apesar de ter triplicado a número de vagas de 2018 em relação a 2019. Abaixo (Tabela 10), temos a evolução da língua italiana.

Tabela 10 - Evolução do Idioma italiano no *campus* Recife

ANO	QUANTIDADE DE TURMAS	VAGAS OFERTADAS	TOTAL DE INSCRITOS	TOTAL DE MATRICULADOS
2016	3	75	764	60
2017	6	150	926	130
2018	14	350	937	255
2019	26	650	1.378	519
TOTAL	49	1.225	4.005	964

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo NucLi do IsF¹⁴

O curso de italiano tem tendência a subir todos os anos com o incremento de turmas, oferta de vagas e demanda de alunos. Por último, temos a evolução do português como língua estrangeira (Tabela 11).

Tabela 11 - Evolução do idioma PLE no *campus* Recife

ANO	QUANTIDADE DE TURMAS	VAGAS OFERTADAS	TOTAL DE INSCRITOS	TOTAL DE MATRICULADOS
2017	1	25	3	3
2018	4	100	30	29
2019	6	150	75	72
TOTAL	11	275	108	104

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo NucLi do IsF¹⁵

Percebeu-se, que o curso deu um salto em número de matriculados na evolução dos anos. Porém, o número de vagas ofertadas continua bem superior.

¹³ Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, por meio do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51.

¹⁴ Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, por meio do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51.

¹⁵ Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, por meio do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51.

Dessa forma, verificamos que apenas o idioma inglês teve tendência de queda nos últimos anos, justificável pela diminuição do número de turmas e por consequência de vagas. O programa sofreu cortes no seu orçamento, diminuição do número de bolsistas professores e perda da função gratificada de coordenador pedagógico da língua inglesa por dois momentos nesse período. O primeiro em maio de 2016 a julho de 2017 e o segundo a partir de maio de 2019.

O IsF possui turmas no *campus* Caruaru desde 2017. Inicialmente, com turmas de inglês. No ano de 2019 o número de vagas ofertadas para essa língua diminuiu e a demanda pelos cursos caiu consideravelmente. O espanhol atende desde 2018 e, ao contrário do inglês, o curso aumentou o número de turmas e vagas ofertadas, o total de inscritos e matriculados.

No *campus* de Vitória o IsF não obteve tanto êxito, com turmas apenas em 2018 no idioma inglês. As aulas presenciais nesses dois *campi* são geridas no NucLi Recife, eles sediam apenas o espaço físico.

Por meio dos dados expostos sobre o programa, mostramos a percepção dos atores envolvidos, associada à parte documental, contexto histórico e recorte temporal. A seguir, abordaremos os subprocessos para avaliação do Idiomas sem Fronteiras, no processo de implementação.

6.2 SISTEMA GERENCIAL E DECISÓRIO

Nesta seção, explana-se o sistema gerencial e decisório. De acordo com Draibe (2001), são relatados aspectos da estrutura hierárquica, seus graus de centralização e descentralização, de autonomia ou dependência das partes, assim como as características da gestão do tempo e a capacidade de implementar decisões, a natureza e atributos dos gerentes, a liderança e legitimidade.

Avaliaremos o sistema gerencial e decisório do IsF no *campus* Recife, analisando os documentos disponibilizados no site do programa e pelo NucLi e as entrevistas realizadas. Verificou-se que a estrutura organizacional é formada pelo Núcleo Gestor, e cada universidade credenciada tem seu coordenador geral. Ele é o responsável por coordenar cada coordenador pedagógico do idioma presente na instituição. Também conta com três Técnicos Administrativos Educacionais (TAE), que fazem parte do quadro da UFPE e são lotados na DRI, mas realizam as atividades administrativas no Núcleo de Línguas. Ainda conta com um bolsista, para apoiar as atividades.

[...] Núcleo Gestor. Tem uma presidente e dois vice-presidentes [...] Cada universidade tem um coordenador geral, esse coordenador geral ele coordena todos os idiomas e cada idiomas tem um coordenador do idioma, que é o coordenador pedagógico. Então eu coordenava os idiomas de: inglês, francês, italiano, espanhol e português como língua estrangeira que é o PLE. Cada idioma desses, tinham um coordenador pedagógico que cuidava da parte da formação dos professores [...] Então, cada idioma.... tinha um coordenador pedagógico que estava atrelado a mim... Também contava com três secretárias... e um bolsista. [G1 – B]

[...]... tinha a presidente do programa e cada universidade opera... por meio do Núcleo de Línguas... Na universidade nós temos normalmente primeiro o coordenador geral [...] e nós tínhamos... o coordenador pedagógico de cada idioma [...] A secretaria que é composta por servidores da universidade, [...]secretária executiva e duas assistentes de administração [...] É uma coisa um pouco confusa, porque nós respondemos como servidoras à DRI. Nós somos todas lotadas na DRI. O programa tá dentro da DRI [sic] mas, ao mesmo tempo tem o coordenador geral. [G3 – B]

Constatou-se que em 2015 a nova coordenadora geral do programa, a terceira a assumir a função, acumulou o cargo de Diretora Adjunta de Relações Internacionais entre os anos de 2017 e 2019.

[...] em 2017 quando do credenciamento. Quando (coordenadora geral) assumiu a Diretoria Adjunta na Diretoria de Relações Internacionais, as coisas meio que ficaram um pouco mais claras. Porque agora ela era não só a coordenadora geral do programa Idiomas sem Fronteiras, como também coordenadora adjunta da DRI. Portanto, nossa chefe imediata. Então essas duas funções se confundiram...[G3 – C]

O coordenador pedagógico apoia as atividades pedagógicas dos seus alunos bolsistas, por meio de encontros semanais, acompanhamento de aulas, entre outros.

Meu trabalho era basicamente... treiná-los... fazer a seleção, o treinamento e a elaboração do material didático... instruções gerais das aulas, o acompanhamento das aulas deles, eu supervisionava as aulas, eu dava um feedback nesse sentido. Além disso, tinha uma questão de formação... que a gente chama de residência pedagógica. Ele está cursando a graduação então eu precisava... trazer elementos da sala de aula pra a vivência dele. [G2 – B]

A coordenação geral existe desde o início do programa, ocupada por professores de Letras, mediante indicação da universidade. Os coordenadores pedagógicos também são indicados, exceto o que não faz parte do quadro da UFPE, conforme explicado anteriormente. O único que tem bolsa é o de inglês, por meio do financiamento da Capes, os outros idiomas possuem coordenações voluntárias.

Eu não tenho redução horário... não tenho nenhuma bolsa... Por amor à arte.[G2 – C]

Conforme relatado, o programa ficou sem bolsa de coordenador pedagógico de inglês por dois períodos. Em ambos, a coordenadora geral assumiu as duas funções após a saída dos coordenadores.

O NucLi contou com o apoio de um TAE a partir de 2014, porém não em período integral, pois ele também exercia atividades na DRI. Em 2015 teve um servidor exclusivamente para exercer as atividades relacionadas ao programa. No ano de 2016, com o seu crescimento e

a inclusão de outros idiomas, o Núcleo de Línguas passou a ter dois servidores no quadro. Em 2018 ganhou mais um servidor, totalizando três Técnicos Administrativos Educacionais.

A quantidade de professores bolsistas oscilou no decorrer dos anos. Em princípio, o então Inglês sem Fronteiras começou com dez docentes da graduação. No decorrer dos anos, o próprio NucLi observou que o quantitativo era superior à demanda do programa, ocasionando carga horária ociosa.

A gente observou que a quantidade de professores que... tinha... não era adequada, no sentido de... excesso de professores. Frequentemente... tinha turmas que não fechavam, cada professores tinham que ter 3 turmas [...] o professor ficava com... hora... vaga [...] então ele tinha que usar essa carga horária pra... fazer atendimento na secretaria, antes da gente ter..... uma servidora ou... ofertar cursos abertos... pra... a universidade, nesses aulões... [G2 – A]

No início do ano de 2016, professores bolsistas começaram a sair do programa, a maioria por completar o tempo máximo de permanência, 2 anos. Aproveitou-se a oportunidade para readequar o quantitativo de docentes de inglês.

A gente aproveitou essa saída deles... ficou eu acho que com 2 ou 3 professores [...] 5 que... queria, que... considerava como sendo adequado pra a universidade. Então... isso daí foi antes de haver cortes de fato... já tinha... dado essa eliminada na quantidade de professores que... tinha. Porque é algo que a gente observava que ficava [...] mais fácil de lidar com as demandas dos professores também e dos alunos [...] Então, ficou um número adequado... Quando... passou a ter 5 professores ficou... bem mais fácil fechar turma... Ficou sendo raro... não fechar uma turma [...] A ideia era que... tivesse sempre turmas mais cheias e que alunos ficassem na lista de espera mesmo... [G2 – A]

Em maio do mesmo ano houve um corte geral da Capes, em relação aos professores bolsistas, passando a ter apenas cinco bolsas e perdendo a de coordenador pedagógico. No credenciamento ao programa, em 2017, conseguiu mais uma, passando a contar com seis e voltando a dispor da bolsa de coordenação.

Foram cortes do MEC geral assim, não teve uma justificativa específica. Também foi analisado que muitas universidades tinham uma quantidade de professores e você tinha muito tempo de aula vaga. Por exemplo, tinham professores que não conseguiam fechar todas as turmas [...] Eles enxugaram... a quantidade de professores. E de fato pra gente era mais adequado ter 5 professores pelo menos naquela época.... [G2 – A]

A gente tinha 10 professores passamos a ter 5... esse número foi por pouco tempo... [G1 – B]

Houve um corte de pessoal do IsF em maio de 2016... a gente tinha 5 professores nessa época e todos os NucLi com 5 professores ou menos tiveram seu coordenador pedagógico cortado do programa [...] Acho que quase todas as universidades tiveram cortes... então foi um corte de verba que veio de cima e que [...] ocasionou nesse.... corte de coordenador pedagógico. [G2 – A]

Com a inclusão de outros idiomas, a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Proacad¹⁶) () passou a financiar os professores bolsistas das línguas que não tinham o apoio da Capes, cedendo também uma bolsa institucional para o inglês.

A gente ganhou um bolsista institucional [...] A Proacad... quando ela assumiu uma parte do controle financeiro... do IsF, ela cedeu uma... das bolsas pro inglês. [G1 – B]

Desse modo, o NucLi contou até maio de 2019 com sete bolsas de inglês, seis financiadas pela Capes e uma bolsa institucional. Nessa data, todas as bolsas da fundação foram cortadas e após reuniões com a gestão da instituição, o IsF passou a ter apenas dois bolsistas professores de inglês financiados pela UFPE.

[...] a partir de maio a gente diminuiu muito a quantidade de bolsistas... A quantidade de turmas oferecidas... [G3 – C]

A gente não tem como oferecer o que... oferecia antes, porque... precisaria de um subsídio da CAPES pra isso... [G2 – B]

O segundo idioma implementado ao programa foi o italiano, em 2016, arcado por uma parceria com a embaixada italiana. Caso similar a uma leitora francesa, que iniciou suas atividades em 2017 e é mantida por meio de uma cooperação com a embaixada francesa.

No ano de 2017 o espanhol e o português como língua estrangeira foram inseridos e as bolsas arcadas pela universidade, por meio da unidade gestora Proacad. A língua espanhola começou com uma bolsa em 2017 e, a partir do ano seguinte, expandiu para três bolsas. Todavia, o PLE iniciou com uma bolsa e continuou durante todo o período estudado.

[...] quando se falou em ampliar os idiomas a PROACAD foi a financiadora [...]. [G1 – B]

De acordo com o Edital nº 29/2017 de credenciamento de universidades federais para atuação como NucLi-IsF no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras, o coordenador geral deverá, entre outros requisitos e atribuições, ser indicado pelo Reitor mediante nomeação por meio de portaria, conforme modelo disponível no endereço eletrônico do programa. Deverá, ainda: ser docente mestre ou doutor, professor ativo da universidade proponente, preferencialmente da área de língua inglesa, com experiência em ensino de língua e em formação de docentes em língua estrangeira, comprovada no Currículo Lattes; promover e coordenar reuniões administrativas; divulgar as ações no âmbito da instituição e de sua região; acessar o Sistema de Gestão IsF (IsF-Gestão) e atualizar, mensalmente, os dados referentes a sua função; e se responsabilizar pelo preenchimento de relatório mensal, conforme modelo e

¹⁶ A Portaria Normativa nº 16, de 01 de julho de 2020, da Universidade Federal de Pernambuco, altera a nomenclatura da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (Proacad), que passa a ser denominada de Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).

prazos definidos pelo Núcleo Gestor, como requisito para o recebimento de cada parcela da bolsa Capes.

No tocante aos requisitos e atribuições do coordenador pedagógico proposto por esse edital, ele deverá ser nomeado oficialmente pela Reitoria, mediante portaria, de acordo com o modelo disponível no endereço eletrônico do programa. Para além disso, deverá: ser docente especialista em inglês, com experiência de atuação na área de ensino-aprendizagem de língua inglesa ou formação de professores em língua inglesa comprovada no Currículo Lattes; ser docente especialista no idioma que irá coordenar, no caso dos outros idiomas que não o inglês; ser responsável pelo planejamento pedagógico, acompanhamento dos professores, assessoria à coordenação IsF e acompanhamento acadêmico-administrativo dos alunos por intermédio da sua plataforma de gestão; promover e coordenar reuniões acadêmicas e administrativas de planejamento e de estudos, visando ao bom andamento do NucLi; conduzir a seleção de docentes, avaliá-los e propiciar condições para sua capacitação permanente e, quando necessário, providenciar sua substituição; e acessar o sistema de Gestão IsF (IsF-Gestão) e atualizar, mensalmente, os dados referentes a sua função.

O Edital nº 29/2017 afirma que a universidade deve disponibilizar apoio administrativo ao NucLi de, no mínimo, um auxiliar administrativo, que pode ser: servidor e/ou funcionário da instituição, estagiário administrativo, bolsista institucional, terceirizado e/ou colaborador. Havendo coordenador bolsista Capes no Núcleo de Línguas, o número deve ser condizente com o seu tamanho, na proporção de um auxiliar para cada coordenação com bolsa patrocinada pela fundação.

Desse modo, os requisitos e atribuições são encontrados no Edital de credenciamento das universidades para os coordenadores gerais e pedagógicos, todavia, não relata as atribuições do apoio administrativo. Os coordenadores assinam um termo de compromisso ao iniciar as atividades no programa, enquanto os técnicos administrativos educacionais são apenas cedidos para atuar na administração e suas atribuições foram estabelecidas internamente pelo próprio NucLi, após alguns anos de atividades.

A gente assinava um termo de compromisso. Então tem um termo de compromisso do coordenador geral, do coordenador pedagógico... do professor bolsista... Os servidores eles eram cedidos, então esse formato que eu to [sic] lhe passando ele era um formato da UFPE. Se você for perguntar a um coordenador como é que era o IsF.... em outra universidade.... provavelmente é completamente diferente [...] A nossa realidade é uma realidade muito boa... porque... tinha um espaço físico disponível... três secretárias... e um bolsista. É uma realidade boa em comparação com outras universidades. [G1 – B]

Uma lista de tarefas de cada pessoa e isso era discutido em reunião, a gente chegou... a um consenso sobre o que que ia pra quem. [G3 – B]

A gente montou... internamente quem era responsável pelo que lá no NucLi. Não é que o programa tem funções específicas não... A universidade da contrapartida... a colocação de técnicos... pra gerir esse programa. [G3 – C]

Os atores que mais se destacaram na implementação do programa foram o Núcleo Gestor do IsF, o CAC, o Departamento de Letras, a DRI, o Gabinete do Reitor e a Proacad. O Centro de Artes e Comunicação é o local onde está instalado fisicamente o Núcleo de Línguas, contando principalmente com o auxílio do Departamento de Letras. O NucLi faz parte da Diretoria de Relações Internacionais, que conseguiu disponibilizar a estrutura necessária para seu funcionamento adequado, contando com o apoio do Gabinete do Reitor. A Proacad forneceu auxílio, conforme relatado anteriormente, arcando com bolsas institucionais para os professores bolsistas.

O Núcleo Gestor [...] chegava a por exemplo visitar a gente, a ver como é que... tava em termos de dependências na universidade, como é que tava a nossa secretaria [sic] e tudo mais [...] Basicamente... a presidente do IsF fez uma visita por semestre... Eu acho que aproximadamente isso. E aí quando ela chegava, ela sempre ia visitar o reitor... e as coisas andavam. Então, eles cobravam também das reitorias que... fossem fornecido material adequado, que fosse fornecido espaço adequado pra as aulas e pra... ter a secretaria apropriada, mas demorou na UFPE pelo menos. [G2 – A]

[...] o apoio do departamento de Letras foi fundamental... através do chefe do departamento... e os colegas... com apoio da DRI... o diretor do centro, secretárias, o pessoal... do CAC... [G1 – A]

O NucLi... era um centro de treinamento pra o departamento de Letras... os nossos professores eram advindos... normalmente do curso de Letras, para eles poderem darem aulas, ganharem expertise, experiência... Assim como o departamento de Letras era importante em prover salas para o NucLi. O NucLi é importante pra o departamento de Letras, porque era um local onde [...] os alunos podiam... trabalhar e exercitar a licenciatura deles... e ganhar relativamente bem [...] Se... precisa de material a gente contacta nosso administrativo financeiro da DRI que ele contacta o gabinete. [G3 – C]

[...] a Diretoria de Relações internacionais, que é um braço da... Reitoria... e a PROACAD... foram os grandes parceiros que ancoraram o programa. A DRI... ela foi a responsável por dar... estrutura... pra o programa pudesse prosperar... Então, toda parte de estrutura e recursos humanos que a gente pode dispor, foi em função do que a DRI conseguiu disponibilizar... A PROACAD ela entrou depois, mas como uma importância fundamental... Então foi uma grande parceira financiadora da ampliação do programa. [G1 – B]

A Reitoria sempre nos deu aval total... desde o início... A PROACAD [...] e o reitor... Eles deram muito incentivo a questão da internacionalização. Eles enxergavam o idiomas uma oportunidade ímpar... [G2 – B]

O Centro de Artes e Comunicação como espaço físico pro NucLi ele é importante e o Departamento de Letras [...] a gente usava muito salas tanto da diretoria do CAC, que eram duas apenas. Mas, como existia meio que essa parceria entre o NucLi e o departamento de Letras que a diretoria era de lá, a gente conseguia boa parte das nossas aulas... serem marcadas nas salas de aula do departamento de Letras. [G3 – C]

Por outro lado, foi relatado por um entrevistado que, em princípio, a DRI não se envolvia tanto no programa, passando a se interessar mais no decorrer dos anos.

Até certo ponto.... tinha apoio [...] A DRI não participava muito do que acontecia no programa. A DRI não tava ciente de muita coisa [sic] então a DRI ficava meio distante... era como se fosse outro setor. A DRI começou a se envolver mais depois... [G3 – B]

Verificou-se que para a maioria não era empecilho a distância entre a DRI, localizada na Reitoria, e o NucLi, situado no CAC, apenas um entrevistado relatou problemas.

A gente acha melhor que... esteja no local onde... aplica nossas aulas... porque ai é onde... tem um contato com o estudante, tem o contato com a sala de aula, do que ta na DRI distante... do espaço físico, das aulas... A gente sempre ta conversando [sic] com a diretoria... é como se fosse uma... extensão da DRI... [G3 – C]

Tem o coordenador geral que não fica lá. Quem fica no NucLi são as secretárias e os professores dos idiomas que usam... estrutura da secretaria... Muitas vezes a pessoa se reportava a mim, como se eu fosse a chefe... sem ser, sem ter função gratificada [...] A gente não tem uma supervisão sabe. Não tem uma pessoa a quem responder ali na hora. Tem a DRI, mas a DRI tá lá na Reitoria.[G3 – B]

O núcleo pensante do Idiomas sem Fronteiras era o Núcleo Gestor, que elaborava as ações e repassava para a coordenação do programa. Um catálogo de cursos era enviado pelo MEC e o NucLi escolhia os cursos a serem ofertados com base nele. Os servidores eram responsáveis por executar as atividades, a maioria no próprio sistema do IsF.

Os servidores que a gente dispunha [...] designados pela Diretoria de Relações Internacionais... empenhavam e desenvolviam as ações solicitadas, mas... a parte de execução do que era pensado e como é que ia ser executado a gente recebia treinamento pelo Núcleo Gestor. Então, eram eles que pensavam e faziam... a organização mesmo... pro funcionamento do programa [...] O sistema que... usava pra implementar as turmas e fazer tudo era um sistema do Núcleo Gestor. Era um sistema nacional [...] A gente tinha autonomia pra propor cursos... fora do catálogo não [...] autonomia pra propor os cursos e eles serem aprovados, postos no catálogo e então... poderia ofertar. [G1 – B]

[...] tudo era submetido a Brasília para a aprovação... tudo era feito de plataformas... nós tínhamos que cadastrar... era através da plataforma [...]

[G1 – A]

Foi relatado por um dos entrevistados que, no início do programa, o NucLi criava os cursos a partir das necessidades do seu público-alvo, o que perdurou por pouco tempo com a chegada do catálogo de cursos.

Inicialmente... criava o curso a partir das necessidades que a gente ia observando que os alunos precisavam. Posteriormente... acredito que no começo de 2014, chegou um leque de cursos... do Núcleo Gestor, porque muitos NucLis estavam trabalhando cursos de inglês geral pra a comunidade acadêmica [...] Mandaram um leque de cursos com títulos de... cursos... umas pequenas ementas sobre o que aquele curso deveria... tratar... A gente... não teve problema com a adequação [...] até queria ter um curso de inglês geral, mas uma orientação que foi dada por eles é que causaria um choque entre NucLi IsF... do Inglês sem Fronteiras, ainda na época e o NLC, Núcleo de Línguas e Cultura da UFPE, que tem essa proposta de inglês geral... [G2 – A]

Observou-se que era comum a solicitação para o Núcleo Gestor da autorização para utilizar o curso para outro nível de proficiência que não constava na relação de cursos ofertados.

O que a gente [...] fazia... era existia esse curso aqui e eu quero oferecer pra A1, não tá escrito aqui, ele só tá escrito [sic] pra ser ofertado pra A2 ou B2 e isso a gente mandava... um ofício pra lá e (presidente do IsF) autorizava rapidamente. Mas, criar um novo curso... nunca pensou porque... tinha um catálogo enorme, inclusive que nem todos os cursos eram utilizados. Então... não sentia necessidade disso... [G2 – B]

Relatou-se a dificuldade de utilizar apenas o que era proposto pelo Núcleo Gestor, que estava ofertado no sistema.

[...] a gente queria propor novos cursos, quando... via que até mesmo a palavra que não tava legal [sic] pra chamar aluno... chegou a enviar... pra o MEC ementas de novos cursos, mas era muito engessado essa parte. Até o título do curso era o que tinha no sistema... As vezes não era atrativo pra os alunos e aí... tinha poucos inscritos a depender do título do curso [...] você propor, tudo dependia do MEC. Porque tudo tava dentro do sistema... [sic] tinha que oferecer cursos daquela grade lá do sistema. [G3 – C]

Vários participantes mencionaram que os professores também eram consultados pelos coordenadores pedagógicos sobre as escolhas dos cursos e poderiam propor novas ideias acerca de outras questões. Normalmente, os que possuíam maior demanda de alunos eram repetidos em nova oferta.

Eu sempre dava liberdade pra os meus professores quando eles apresentavam ideias que eu considerava muito bacanas, muito relevantes...

[G2 - B]

A gente tem um... programa de cursos... Depois... teve uma reunião geral que pensou em mudar o catálogo de cursos, mas nunca foi implementado, que foi no momento de ruptura com a CAPES... Temos um catálogo de cursos... com as ementas delas, mas você pode mudar... aqui normalmente... repete os mesmos cursos, o mesmo estilo de cursos porque é o mais procurado... A gente tem uma conversa cada vez que tem uma nova... oferta... [G2 – C]

A gente escutava muito... os professores dos cursos... eu acho que é interessante... propor esses cursos aqui. O que vocês acham na gestão? Aí a coordenadora pedagógica junto com a coordenadora geral elas avaliavam... Ficava muito a cargo dos professores... que tavam mais junto [sic] dos alunos... Eles propunham os cursos... o coordenador aceitava ou não... [G3 – C]

A elaboração do horário dos cursos é organizada pelos coordenadores, com consulta aos professores bolsistas, para encaixar os melhores horários, tanto para eles quanto para os alunos.

As aulas elas eram no horário... de funcionamento da universidade e o horário era decidido entre o coordenador... e os professores bolsistas. A cada oferta a gente determinava os novos horários [...]. [G1 – B]

Conforme mencionado anteriormente, os técnicos têm a função de executar as decisões da gestão. Existiram relatos de técnicos administrativos educacionais que tiveram dificuldade na execução dessas ações.

Era fácil lidar com as pessoas... a minha dificuldade era dessa organização mesmo, de como.... eu me organizava no meio dessas decisões que era tomadas... só... executar [...] O que eu sentia da coordenação, sendo bem sincero, é que eram professoras maravilhosas, mas que não tinham a experiência administrativa.... Então, elas queriam as coisas feitas e não tinham muita ideia do trabalho que dava pra aquilo tá tudo construído [sic].

[G3 – A]

Valeria a pena ter pessoas mais qualificadas... a minha praia não é gestão, não é planejamento, não é organização de secretaria. [G3 – B]

Eram organizados eventos abertos ao público nos quais se trabalhava a parte didática.

[...] fazia festa de Halloween com os alunos, que tinha a parte didática ali... nossos grandes eventos... abertos pra qualquer aluno que quisesse entrar. Ele não precisava entrar na plataforma do MEC... do Idiomas sem Fronteiras pra ele se matricular. Era uma coisa bem de boca a boca... Cada aula tinha um tema diferente, as vezes assistir séries em inglês... tinha uma atividade baseada na série... Esses aí eram eventos especiais, assim mais voltados pra temas diferentes fugindo um pouco da parte acadêmica. [G2 – A]

Em linhas gerais, a coordenadora geral era responsável pela gestão do Núcleo de Línguas na instituição, conforme relatado nas entrevistas. Todavia, tem autonomia limitada de acordo com o proporcionado pelo Núcleo Gestor do MEC. Era a responsável por representar o NucLi da UFPE nas reuniões semestrais, por coordenar o programa, com auxílio dos coordenadores pedagógicos das línguas e com o suporte dos técnicos administrativos.

6.3 PROCESSO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO

Nesse processo são abordados assuntos referentes às ações de divulgação do programa, circulação de informações e à transparência ao público.

Para Draibe (2001), parte do sucesso de um programa depende da adequação dos meios de divulgação, juntos aos seus públicos internos e externos, bem como de informação qualificada (clara e suficiente) entre agentes implementadores e beneficiários.

Em princípio, a divulgação era realizada de modo precário na UFPE, utilizando principalmente a propaganda boca a boca e mediante explicações do funcionamento do programa ao público-alvo.

No primeiro ano, a divulgação era dificultada pela escassez de recursos e muitas vezes utilizava-se orçamento pessoal para arcar com despesas do programa. Depois, a situação melhorou e a divulgação foi ampliada, com a produção de panfletos, pôsteres, cartazes e malas diretas.

Primeiro ano a gente tirou muita coisa... do bolso, material... por essa razão a divulgação era precária [...] não tinha dinheiro pra imprimir um pôster [...] queria ter muito um cartaz na... entrada da UFPE [...] não tinha grana pra isso... Depois melhorou, em 2015 melhorou muito, final de 2014... [G2 – A]

Boca a boca, sala de aula, íamos em todos os departamentos, todos os centros [...] procuravam os chefes e os coordenadores, costumavam falar sobre o programa, o que era o programa, íamos nas salas. Mas, o lugar onde íamos muito era no CAC... que era ali o nosso centro... todos os cursos do CAC... Depois nós começamos a produzir... panfletos... com figurinhas [...] [G1 – A]

A gente também já fez... uma divulgação em loco... os nossos bolsistas iam pra o centro, instalavam lá o banner, uma mesa com um computador pra fazer a inscrição dos alunos que tivessem interesse. E ainda assim a divulgação ela era muito precária. [G1 – B]

Por e-mail, eu fazia mala direta, de mandar e-mail pra os alunos [...] Um problema constante era que o número de candidatos era muito aquém do número de vagas. [G3 – A]

No decorrer do tempo, as redes sociais passaram a ser grandes parceiras na divulgação, aumentando sua utilização com o passar dos anos. A Diretoria de Relações Internacionais e a Assessoria de Comunicação (Ascom) da UFPE passaram a promover mais o programa.

[...] quando eu entrei não tinha divulgação... tinha a plataforma... Uma página no Facebook... Não era muito utilizada, não era muito ativo... Quando eu vi que sem divulgação o programa não ia andar, eu comecei a mexer meus pauzinhos... tentava acionar a Ascom... A DRI começou a ajudar um pouco mais, começaram a fazer folhetos informativos... com a explicação sobre como era o programa... porque o funcionamento... é muito diferente. Então as pessoas passavam por um pequeno aprendizado, pra poder usar a plataforma [...] Depois... começou a sistematicamente enviar textos, notícias pra a DRI... e em nome da DRI repassava pra a Ascom... e aí... divulgava... normalmente na página de notícias... da UFPE... a DRI às vezes postava as coisas na página... Mas, a gente usava muito a rede social... [G3 – B]

No começo ela era menos intensa nas redes sociais, aí com o passar do tempo passaram a dar um gás muito grande... Facebook, Instagram [...] tinha uma listagem de e-mails de onde mandava... Saiu meio que aprimorando ao longo do tempo... Sempre... via o quanto... tinha de inscrições a partir das postagens... Mais gente do NucLi ficou envolvida... se antes só era a parte administrativa, na época de inscrição os bolsistas também entravam pra responder... Começou a meio que dividir e essa divisão foi boa... porque aí não ficava tudo... no pessoal do administrativo e... a gente conseguia ser mais eficiente nas redes sociais... [G3 – C]

A divulgação também ocorria por meio do próprio MEC, a partir de e-mails encaminhados para os servidores da instituição e para a comunidade acadêmica.

Os cursos eram divulgados por meio de redes sociais e mídias nacionais de uma maneira geral [...] E havia também uma... divulgação do próprio MEC... eles encaminhavam os e-mails pra todos os... alunos e... servidores da universidade, pra comunidade acadêmica de uma maneira geral. O MEC enviava, então você recebia na sua própria caixa de e-mail [...] [G1 – B]

Um empecilho na divulgação do IsF, verificado na entrevista, foi a falta de linha telefônica no início, que auxiliaria, por exemplo, a tirar dúvidas da comunidade acadêmica sobre o programa. Desse modo, a comunicação com as pessoas era executada apenas por e-mail, rede social ou de modo presencial.

O site também tinha muita coisa a ser melhorada. Tinha uns problemas, então as pessoas tinham muita dificuldade as vezes. Como a gente não tinha telefone, as vezes a pessoa não sabia onde era o NucLi e aí não conseguia chegar até a gente pra... poder ajudar a pessoa. [G3 – B]

Verificou-se que nenhum entrevistado citou a divulgação por meio do recente sistema eletrônico da universidade, o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (Sipac). Ele é utilizado por toda a instituição, inclusive pela Diretora de Relações

Internacionais, que já fez uso dessa ferramenta para informar ações do programa, como a abertura de ofertas de cursos.

Apesar da evolução das ferramentas de divulgação do Idiomas sem Fronteiras no *campus* Recife, o objetivo de atingir o público-alvo nunca foi alcançado como o NucLi gostaria. Ainda que possua alguns anos de existência, muitas pessoas ainda não conhecem o programa.

[...] eu não vou saber porque. A gente nunca conseguiu atingir o público como... queria. O programa ele teve muitos anos de duração e a verdade é que... no final muita gente não sabia da existência dele. Então eu realmente não sei explicar... [G1 – B]

No tocante à divulgação dos dados, resultados ou desempenho do programa, os relatos apontam que os dados quantitativos se encontram registrados na plataforma nacional e podem ser acessados pelo NucLi, inclusive gerando relatórios. Porém, essas informações permaneciam na unidade e eram mais trabalhadas nas reuniões semestrais, que ocorriam normalmente em Brasília.

[...] como era tudo feito na plataforma nacional, eles que divulgavam pra gente... Tinha reuniões semestrais, presenciais e nessas reuniões eles distribuíam... a planilha de como é que tava sendo feita as inscrições, [sic] a evasão, o remanejamento. A gente tinha acesso a isso, mas eles tabulavam tudo, diziam onde é que tava mais ou menos, [sic] fazem diagnóstico da situação de cada universidade. [G1 – B]

Até onde eu sei, esses números ficam mais aqui entre a universidade e o MEC[...] não é algo aberto ao público... [G3 – B]

[...] já divulgou... pra reunião de chefia... Só internamente mesmo, pra ver... que direcionamentos a gente tomaria. [G3 – C]

Os editais de seleções das ofertas de cursos eram anunciados por meio da Ascom, na página da UFPE e nas redes sociais, havendo transparência na divulgação. Na próxima seção iremos detalhar como eles eram realizados.

O programa é democrático na disseminação das informações sobre as novas ofertas de cursos, porém poderia ser mais transparente, ao tonar públicos na página da UFPE os resultados da seleção e o seu desempenho.

Apesar de haver outras formas de divulgação e abertura dos dados à comunidade, esta limitação não foi citada pela gestão.

[...] tinha um modelo que vinha do programa do Núcleo Gestor e a gente adaptava a nossa situação... e lançava o edital... divulgava pela Ascom... ou na nossa página do programa nas redes sociais... [G3 – B]

Os relatórios de gestão da UFPE no período estudado abordam a internacionalização referente aos planos anuais, sem detalhar cada ação. Não especificam o IsF, apenas citam, apesar de os créditos empenhados pela instituição referente à Lei Orçamentária Anual (LOA) possuírem parte destinada para esse programa.

O Edital nº 29/2017 de credenciamento de universidades federais para atuação como NucLi-IsF no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras possui algumas atribuições referentes à divulgação: divulgar amplamente as ações em todos os meios de comunicação disponíveis na universidade, promovendo e incentivando a participação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo e propagar a sinalização de acesso ao Núcleo de Línguas, tanto física como digitalmente, nos sites e redes sociais da instituição.

Destaca-se a necessidade de uma estratégia de divulgação do IsF, que atingisse em maior amplitude o público-alvo do programa por meio da acessibilidade das informações. Draibe (2001) afirma que, para o cumprimento dos objetivos do programa, é necessário o fornecimento das informações de forma adequada para o entendimento do público.

A seguir, iremos abordar o processo de seleção do Programa Idiomas sem Fronteiras na Universidade Federal de Pernambuco.

6.4 PROCESSOS DE SELEÇÃO

A implementação de uma política pública pode envolver a seleção de agentes implementadores e o público-alvo ao qual se dirige (DRAIBE, 2001).

Este processo se refere à seleção dos coordenadores gerais, coordenadores pedagógicos e os beneficiários do programa (professores e alunos), considerando os sistemas e critérios utilizados.

De acordo com o Edital nº 29/2017 de credenciamento de universidades federais para atuação como NucLi-IsF no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras, o processo de seleção do coordenador geral da instituição é apenas por indicação pelo Reitor, mediante nomeação por meio de portaria.

A partir das entrevistas verificou-se que os coordenadores gerais, exceto a primeira, receberam convites da então coordenação do programa para assumir a função no seu lugar.

Eu entrei no programa por... convite feito pela coordenadora do programa e estava deixando a coordenação... Nessa transição... ela indica alguns nomes e esses nomes vão para a... presidente [...] quem... determina e faz a solicitação ao reitor. [G1 – B]

No tocante à seleção dos coordenadores pedagógicos, eles deverão ser nomeados também pela Reitoria por meio de portaria, de acordo com requisitos e atribuições dispostos do Edital nº 29/2017.

Constatou-se que os integrantes desse grupo são convidados pela coordenação geral da instituição para compor a coordenação pedagógica. Conforme relato a seguir.

Eu comecei como coordenadora... pedagógica [...] ela perguntou se eu gostaria de ser [...] porque ela precisava de uma pessoa com experiência... ela escreveu pra Brasília... mandou meu currículo... na mesma hora Brasília disse OK. [G1 – A]

Destacamos que os requisitos e atribuições do coordenador geral e de coordenador pedagógico foram relatados no sistema gerencial e decisório.

O quadro administrativo disponibilizado pela UFPE não tem um critério específico para alocação de pessoal no Núcleo de Línguas. O Edital nº 29/2017 apenas cita que a instituição deverá disponibilizar no mínimo um auxiliar administrativo ou na proporção de um auxiliar para cada Coordenador bolsista Capes.

Foi o critério de seleção dedômetro. Vai lá e trabalha entendeu? E ninguém nunca me perguntou onde eu queria trabalhar... [G3 – B]

No início do programa, antes de começar as aulas presenciais, foram selecionados alguns alunos para participar da seletiva e compor o quadro de professores bolsistas. Na época, o idioma a ser ofertado era apenas o inglês.

Em... 2013 [...] A professora escolheu... alunos que eram da confiança dela, alunos pro ativos, protagonistas nas aulas dela. Esse foi o critério... inicial pra colocar o pessoal pra fazer... a prova que selecionou aqueles que integrariam... o primeiro grupo de 10 professores... no programa na UFPE [...] fez a prova do TOEFL ITP e a partir do resultado... foram escolhidos [...] [G2 – A]

As próximas seletivas ocorreram de forma diversa, mediante divulgação por meio de edital, que dispunha os critérios de seleção para professor bolsista. Era uma espécie de concurso.

[...] você queria se candidatar pra ser uma professora do Idiomas sem Fronteiras... mas você tinha que fazer o teste do TOEFL pra a gente ver o seu nível de inglês... [G1 – A]

Os editais eram elaborados pelo NucLi, mediante modelo do Núcleo Gestor, e divulgados pelos meios de comunicação. A seleção era composta por provas didáticas e currículos, além de exigir a comprovação de proficiência.

No caso da seleção de professores a gente faz uma espécie de mini concurso, eles têm as exigências... que vem [...] do Núcleo Gestor [...] exige que... tenha comprovação de proficiência... então todos os professores de inglês, e dos idiomas é um pouco mais flexível, mas o de inglês eles tem que apresentar uma prova de proficiência, que no caso é o TOEFL. A gente aplicava o TOEFL, então era fácil fazer essas exigências e... eles se inscreviam no concurso. A gente abria o edital [...] tinha um período de inscrição pra os candidatos, eles se inscrevem... faz uma prova didática... que... tem 3 pessoas, entre eles normalmente (coordenador geral) ... e o coordenador pedagógico e... algum professor que... convidava... E ai fazia uma seleção [...] por meio de edital, tanto pra inglês quanto para os outros idiomas [...] tinha um modelo que vinha do programa, do Núcleo Gestor e... adaptava a nossa situação... e lançava o edital... divulgava pela Ascom... ou na nossa página do programa nas redes sociais... [G3 – B]

O Edital nº 01, de 16 de janeiro de 2019 - Processo Seletivo Simplificado para Professor Bolsista do Núcleo de Línguas (NucLi-IsF) do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), com

bolsas financiadas pela Capes, menciona que estão aptos a concorrer, por prioridade, nesta ordem:

- Alunos da UFPE, matriculados nos cursos de Licenciatura em Letras-inglês ou Letras português/inglês;
- Alunos de outras instituições, matriculados nos cursos de Licenciatura em Letras – inglês ou Letras – português/inglês, que possam atuar presencialmente nas atividades semanais do NucLi;
- Alunos da UFPE, matriculados em Programa de Pós-graduação em Letras, Linguística ou Linguística Aplicada, desde que apresentem graduação em Letras – inglês ou Letras – português/inglês;
- Alunos de outras instituições, matriculados em Programa de Pós-graduação em Letras, Linguística ou Linguística Aplicada, desde que apresentem graduação em Letras – inglês ou Letras – português/inglês; e
- Profissionais licenciados em Letras – inglês ou Letras – português/inglês.

A prioridade era contratar alunos graduandos da UFPE. Todavia, também tinham bolsistas professores da pós-graduação e de outras instituições.

Os professores bolsistas eram selecionados pela seleção simplificada que era um mini... concurso... lançado por meio de edital [...] Prova didática e currículo. Pra entrar... você tinha que ser graduando ou graduado em Letras-inglês ou... do idioma por exemplo Letras-espanhol, Letras-francês. Eles são da UFPE, mas por exemplo alguns já eram formados... Mas tinha também os que já eram formados, que [...] não tinham vínculo com a UFPE... Já graduados. [G1 – B]

Com os professores... fazia um edital de seleção, eles se inscreviam... colocavam o currículo, a gente elaborava um questionário... com pontos e eles davam uma aula. Tinha a prova didática e tinha uma prova de título. E a partir daí... fazia um ranking e eles eram convocados à medida que as vagas surgiam... por vacância... A gente que fazia... isso era particular de cada instituição. Agora existia um intercâmbio, alguns professores já tinham dado aula pelo idiomas [sic] em outra universidade... Não existia uma obrigatoriedade... poderia ser aluno de Letras inglês de outra instituição e ele podia ser também egresso, alguém já formado... [G2 – B]

[...] nossa prioridade era que fosse aluno de Letras... da UFPE... Quando... não tinha... candidatos suficientes [...] acabava contratando pessoas de fora ou... de outras instituições [...] ou pessoas já formadas... graduação ou mestrado... tinha alunos do mestrado também, mas a maioria era graduação. Porque a bolsa... CAPES é a mesma ... do mestrado, mesmo valor então... o aluno de mestrado que não conseguia bolsa... entrava no programa e aí conseguia se financiar... [G3 – B]

Um entrevistado relatou que estavam com problemas para pagar um professor de fora da universidade, principalmente quando a UFPE passou a arcar com todas as bolsas do programa, no primeiro semestre de 2019. Por isso, preferiram selecionar apenas bolsistas da instituição.

A gente só pega da UFPE, por conta justamente da forma de pagamento que... tem dificuldade, não tem como pagar via rubrica [...] Teve época que... pegou professor

de fora, aí tava [sic] dando problema em pagamento, como justificar [...] Ai... teve que parar. Na realidade... esse pagamento como tá vindo pela UFPE... tem que ter um vínculo [...] de aluno. Então quando eles se formam... não tem mais como ficar pagando esses professores... Aí a gente... faz novos concursos pra colocar pessoas no lugar... [G3 – C]

De acordo com o Edital nº 06, de 28 de julho de 2017, que trata do Processo Seletivo Simplificado para Professor Bolsista do Núcleo de Línguas (NucLi-IsF) do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), com bolsas para Língua Portuguesa e Língua Estrangeira pagas pela UFPE, se o número de candidatos aprovados que atendam aos requisitos dispostos no edital for inferior ao de vagas disponibilizadas, poderão participar candidatos que apresentem nível B2, desde que, em um prazo de seis meses, apresentem pontuação superior à inicial e, ao final de um ano, nível mínimo C1. Eles somente poderão ministrar cursos em níveis de proficiência inferiores a B2.

Outro Edital mais recente, Edital nº 01, de 16 de janeiro de 2019, tem o mesmo objetivo de selecionar professores bolsistas para a instituição, porém com bolsas financiadas pela Capes. Aponta que, caso não haja candidatos com no mínimo C1, poderão ser aceitos candidatos com alto nível B2, uma vez que se comprometam a apresentar nível de proficiência C1 no prazo de um ano após o início das atividades no NucLi-IsF, sendo condição apresentar resultado superior ao inicial em até seis meses após o ingresso.

O Núcleo Gestor cobrava que os professores bolsistas de inglês obtivessem o nível C1 exigido no Edital. Porém, alguns deles não conseguiam obter, mesmo tentando algumas vezes. A penalidade para quem não alcançar seria a eliminação no programa, mas ninguém foi expulso por este motivo.

Tinha o núcleo gestor, eles cobravam dos professores que todos obtivessem o nível C1 [...] alguns deles, não obtinham... mesmo fazendo a prova... pela segunda vez ou até a terceira vez [...] era sempre uma prova inédita. Havia sempre um, vamos dizer assim, um tom de ameaça [...] não obteve o C1 então vai ter que sair, se preparem pra estudar e fazer a prova mais uma vez porque quem não obter... dessa vez vai ser eliminado do programa. Existia isso [...] Ao mesmo tempo que cobrava-se o nível C1, era muito difícil que alguém obtivesse [...] Então não adiantava querer tirar o professor [...] porque a gente não ia conseguir repor ele [...] Na prática não saía. [G2 – A]

Os alunos se inscreviam por meio da plataforma nacional do IsF. Ela foi sendo incrementada no decorrer dos anos, passando a controlar as inscrições e os resultados dos cursos de idiomas ofertados e da prova TOEFL. Também era possível emitir certificados, entre outras funções. A UFPE apenas divulgava que as ofertas estavam abertas e o beneficiário ia direto ao site.

O Edital nº 04/2019 – MEC - Processo Seletivo para Ocupação de Vagas dos Cursos Presenciais de Línguas Estrangeiras Ofertados pelos Núcleos de Línguas no Âmbito do Programa Idiomas Sem Fronteiras – Oferta 2019, diz que os critérios de prioridade serão

informados em cada oferta, juntamente com o número de vagas de cada instituição no site oficial do IsF.

A prioridade nas ofertas de cursos presenciais na UFPE é a ordem de inscrição, estar apto e atender aos pré-requisitos da instituição, tais como ser aluno ou servidor. Era necessário ter os certificados exigidos. Toda essa seleção era processada pelo sistema.

O Núcleo Gestor abria o período de inscrição. O aluno ia lá no site se inscrevia. E no final a inscrição já vinha processada pra gente. As listas de presença de cada curso já vinham [sic] processada pelo sistema. [G3 – B]

Os alunos do programa eram selecionados por meio da plataforma, eles faziam uma espécie de cadastro na plataforma IsF e lá.... eles controlam, controlavam inscrição em cursos [...] em prova de TOEFL, resultado da prova de TOEFL, tiravam certificados por meio do sistema... essas funções foram sendo adicionadas com o tempo... No final de 2018 a gente já tava [sic] com o sistema funcionando muito bem... atendendo a muita coisa e inclusive emissão de certificados, facilitava muito nosso trabalho... a inscrição... do aluno [...] Era uma espécie de seleção também... acontecia ali eletronicamente pelo site [...] se inscrevia dentro daquele período, independente de ter vaga ou não. E aí tinha um período de processamento das inscrições ... e dava o resultado. Dizia pra o aluno se ele tava selecionado [sic] ou não... a partir de uma série de critérios que eram especificados em editais, que eram lançados pelo Núcleo Gestor no site oficial... [G3 – B]

Quem primeiro se inscreve e tiver apto... com todos os pré-requisitos da instituição... ser aluno, se o curso não for pra iniciante, ter os certificados [...] O aluno se inscrevia pelo sistema, a compilação era pelo sistema, a gente olhava via quem era o primeiro, segundo e terceiro [...] não tinha esse trabalho de tá checando se uma pessoa é aluno, ou funcionário ou professor da UFPE a cada inscrição... [G3 – C]

Um ator da pesquisa informou que seria interessante, se o certificado do IsF contasse como carga horária extra de atividade para os cursos da instituição. Isso seria uma forma de atrativo para os alunos se engajarem no programa.

[...] o curso ele precisa valer alguma coisa pra o aluno [...] um retorno institucional pra ele [...] O certificado MEC [...] ele é válido, mas se o aluno tem aquilo contado como uma carga horária extra de atividade, atividade complementar por exemplo, isso é um atrativo e eu acredito que a universidade ela precisa se empenhar em fornecer esse atrativos pra que os alunos se engajem. [G1 – B]

No site do IsF encontram-se os editais e portarias do programa, o calendário das ofertas presenciais previstas para o ano de acordo com o idioma pretendido e o cronograma TOEFL. Os alunos podiam inscrever um curso por oferta, com o intuito de dar oportunidade a um universo maior de pessoas.

A gente só deixa se inscrever em um curso por oferta... justamente pra dar oportunidades a outros [...] Você só poder tá fazendo um... por vez... pode fazer quantos cursos quiser [...] tinha muita gente que fazia um, depois se inscrevia novamente e fazia o outro. [G3 – C]

Destacamos que o gerenciamento do processo de inscrição foi realizado pela plataforma do MEC até o ano de 2019. A partir de 2020, a UFPE passou a ser a responsável e os cursos passaram a ser lançados via Google Forms.

[...] eles pararam... de enviar recursos financeiros para pagar professores via CAPES em maio... Mas a plataforma on-line continuou e a gente continuou usando ela até o final do ano passado [...] Descontinuaram... a plataforma... pra novos cursos. Continua lá a plataforma pra... acessar quando quer, mas pra... inserir novos cursos e alunos eles descontinuaram. [G3 – C]

Conforme explicado anteriormente, uma das formas de acesso ao programa era por meio do teste de proficiência TOEFL, custeado pelo governo federal. A UFPE era apenas um local de aplicação. A inscrição era gerenciada pela plataforma do IsF. As provas chegavam e um servidor do NucLi organizava o material para, posteriormente, serem aplicadas. Em seguida, eram devolvidas para correção.

Aplicávamos a prova e enviava... a gente não corrigia. [G1 – A]

O teste de proficiência, a inscrição era completamente fora do nosso controle. Era uma inscrição on-line e o que a gente fazia era aplicar. No dia os alunos teriam que comparecer na sala tal determinada e havia os aplicadores pra... aplicar a prova [...] [G1 – B]

A aplicação dos testes ocorria de acordo com a demanda. Um entrevistado relatou que no início do programa a aplicação era desorganizada, porque o material com as provas não chegava em tempo hábil para organizar adequadamente.

A aplicação de testes era um pouco desorganizada. Eu sofri muito... O pessoal... mandava caixas e caixas de provas... papel, uns CDs pra aplicação das provas... Já chegava no CAC... eu tinha que ir lá contabilizar tudo, organizar tudo [...] Então, imagine você ter que organizar tudo na véspera e muitas vezes esse e-mail chegava depois do meu horário de trabalho, chegava a noite pra um teste que ia ser aplicado de manhã. Então houve... alguns mal entendidos... [G3 – A]

[...] às vezes tinha 2 vezes na semana... Às vezes eu ficava um tempo sem fazer e depois tinham vários... De acordo com a demanda que não era organizada por nós, era uma coisa que vinha de cima, de Brasília [...] geralmente, nos auditórios do CAC... [G3 – A]

O apoio da Capes acabou no primeiro semestre de 2019, mais precisamente no mês de maio. As provas que tinham sobrado e ainda estavam na instituição puderam ser utilizadas para demandas urgentes e específicas. Por isso, a UFPE fez uma parceria com a empresa aplicadora de testes para proporcionar um desconto no seu valor.

Como essa parceria parou... eles não pagaram mais. A única parceria que a gente tinha com esse aplicador de teste era que ele... propôs pra que as universidades divulgassem que teria novo teste e a pessoa que fosse aluno [...] teria 30% de desconto... Antes era de graça... pelo programa... O MEC deixou de mandar provas eu acho... em maio do ano passado... tinha algumas provas ainda que sobraram, aí... podia aplicar. Eu acho que a gente chegou a aplicar pra algumas pessoas de pós até final do ano passado [...] [G3 – C]

O MEO é uma das formas de acesso à modalidade presencial. De acordo com o Edital nº 96/2017 que trata do Processo Seletivo para a realização do curso on-line de língua inglesa My English Online (MEO) do Programa Idiomas Sem Fronteiras – inglês, ele oferece um pacote

de atividades interativas direcionadas ao desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão oral e gramática do idioma.

O curso MEO é dividido em cinco níveis de aprendizado. Inicialmente, é necessário realizar o Teste de Nivelamento, disponível na sua plataforma, que direcionará o participante para o nível mais adequado.

A partir da nota que o aluno obtivesse no ensino on-line, ele poderia se inscrever no curso presencial quando houvesse novas ofertas. Eram disponibilizados apenas aqueles compatíveis com o seu nível de proficiência.

O MEO encerrou suas atividades. Até o dia 31 de dezembro de 2019, a plataforma continuou disponível para os alunos ativos. Os estudantes também tiveram até o fim de janeiro de 2020 para fazer o download de seus certificados.

Pra você pleitear ser aluno do idiomas [...] tinha que fazer uma prova numa plataforma chamada my english online... É uma prova de proficiência mais objetiva e bastante simples e lá você era ranqueado [...] Aí a nota ia dizer que tipo de curso você ia fazer, porque quando a gente abria a seleção... os... mais procurados eram o que... mais ofertava. Mas, a gente também ouvia muito os professores [...] A nota que... colocasse a plataforma fazia uma espécie de filtro, então se a tua nota foi B2 e eu coloquei um curso... B1, você não vai conseguir matricular... nem aparece pra você visualizar. Então a gente tinha que escolher o curso e... a nota desse catálogo... [G2 – B]

[...] primeiro o aluno tinha que se inscrever num curso on-line e tinha que ta num determinado nível, seja por meio de nivelamento ou se o aluno ficasse abaixo daquele nível, ele fazia as aulas do... on-line e chegava naquele nível. E aí então ele podia fazer o... presencial. O site do curso on-line ele era gerenciado a princípio, pela CAPES. Depois ele passou a ser gerenciado pelo... Núcleo Gestor e depois ele acabou... logo em 2019... início de 2019 ele acabou. [G3 – B]

Um entrevistado apontou problemas nos níveis reais de proficiência dos alunos. Existiam estudantes com o mesmo nível, porém com conhecimento da língua bem distinto. Outro ponto relevante mencionado é que a maior demanda do inglês era do nível A2. Dessa forma, a procura por cursos de níveis mais elevados era menor.

A grande parte da demanda era do nível A2, só que dentro do A2 tinha esse problema. O A2 inicial era alguém que falava um inglês extremamente básico, que basicamente não falava inglês [...] e tinha um A2 que era um cara que era intermediário no inglês e que ele só simplesmente não saiu muito bem na prova [...] mas na verdade ele era do nível B1, B2... tinha essas diferenças as vezes grandes de níveis... reais dos alunos, entre uma turma A2, algo que a gente sempre discutia, por exemplo como adaptar as aulas com os materiais que... criou pra os alunos mais básicos... Era uma preocupação grande que a gente tinha. [G2 – A]

O problema... é que um dos objetivos do Idiomas sem Fronteiras seria começar a partir do B1... a gente não consegue alunos para o B2 por exemplo... então... chega a iniciar A1, A2, B1... mas não conseguimos ir além disso. [G2 – C]

O Programa Idiomas sem Fronteiras possui vários parceiros oficiais. Os que trouxeram benefícios para a UFPE foram as parcerias com as Embaixadas Francesa e Italiana e com a Fulbright/Capes.

Por meio das parcerias com as embaixadas, o Núcleo de Línguas da UFPE recebeu leitoras francesa e italiana. Eram as professoras dos idiomas francês e italiano no *campus* Recife.

A parceria... ela se dava por meio do Núcleo Gestor. Então houve parceria com a embaixada italiana [...] conseguiu que a gente recebesse uma leitora de italiano [...] E também uma parceria com a embaixada da França [...] nos foi enviado... uma leitora de francês... E o programa nacionalmente falando ele tem diversos parceiros. [G1 – B]

No tocante à parceria com a Fulbright/Capes, os NucLis do IsF-inglês passaram a receber os *English Teaching Assistants* (ETAs), ¹⁷ recém-graduados estadunidenses que davam suporte às atividades culturais e linguísticas promovidas pelo programa nas universidades parceiras.

A UFPE contou com os primeiros ETAs em 2014, concomitantemente ao início das aulas presenciais. A maioria dos anos tinha a disposição dois assistentes, porém em 2015 teve quatro assistentes e no ano de 2017 não houve nenhum.

Ele não é do idiomas ele se vinculou ao idiomas..... Antes do... Idiomas Sem Fronteiras já existia o programa dos ETAs [...] Eram 2 alunos americanos que vinham ajudar... no momento das aulas, eles não vinham dar aula, até porque eles não tinham formação pra isso... Eles... ajudavam as aulas, eles atuavam como monitores das aulas... A seleção, tudo isso, era feito por meio do edital... que não tem nada a ver com a UFPE... A gente só recebia os ETAs [...] Era uma concorrência tá... acho que teve 1 ano que a UFPE ficou de fora.[G1 – B]

A função do ETAs é de certa forma ser embaixador da cultura norte americana. Então eles faziam apresentações sobre a cultura norte americana, sobre como era viver na universidade, faziam slides mostrando como era a vida deles lá, temas interessantes falando sobre festas, cultura em geral [...] Isso é parte do programa da Fulbright, eles cobram isso dos ETAs, que eles sejam embaixadores da cultura americana via o IsF... A gente aprendia muito com eles e eles aprendiam muito com a gente também e os alunos saíam enriquecidos mais ainda [...] Então em 2014... teve 2 ETAs, mas tinha 10 professores então a demanda... era muito grande. Já em 2015... tinha ainda os 10... e 4 ETAs, aí ficou bem mais fácil ter... o ETA na sua aula... As vezes tinham algumas diferenças culturais que causavam certas situações até engraçadas... 2016... recebeu 2 ETAs... aí já tinham 5 professores... Agora em 2017... não teve ETAs... [G2 – A]

Quando questionada a existência de plano de atividades, foi relatado que eles tinham relação com o lançamento de editais e ofertas de turmas. Não existia um planejamento de cursos para atender ao longo do ano.

[...] esse plano de atividades ele sempre em função de manter os professores com turmas pra novas ofertas. Como é uma coisa muito cíclica, o que fazer, oferta turma, inicia curso, termina [...] monta certificado [...] pagamento [...] as atividades são muito cíclicas [...] A gente faz mais... esse planejamento na parte de que novos cursos oferecer [sic] e quando. O professor vai terminar pra gente já lançar inscrições, antes do término da turma... Porque se... termina hoje e... só lança inscrição amanhã, então... fica ocioso [...] Então... tenta lançar... antes do término da turma [...] Eu acho que se... tiver um planejamento de cursos que queremos atender ao longo do ano e não só oferta a oferta seria legal [...] Olha a gente tá pensando em abrir agora x turmas pra técnicos,

¹⁷ *English Teaching Assistants* são os Assistentes de Ensino de Inglês.

x turmas pra alunos de pós [...] Se... tivesse um planejamento... semestral ou anual ia ser muito bom... de crescimento do NucLi [...] [G3 – C]

Verificou-se que não existem cotas para os técnicos administrativos educacionais ou alunos nos editais divulgados. O que começou a existir foram ofertas de turmas específicas para os servidores da instituição. Todavia, os editais não mencionam se o TAE estará liberado do trabalho para participar dos cursos presenciais do programa.

[...] não tem... esse diferencial [...] O que tá acontecendo atualmente é que estamos começando a abrir por exemplo, turmas específicas pra servidor [...] aí é só servidor que se inscreve, mas não tem cota não. Quando a gente abre pra o grande público pra servidor, professor ou aluno... não faz essa diferenciação de cota... [G3 – C]

Na próxima seção, as questões relacionadas à capacitação do programa serão abordadas detalhadamente.

6.5 PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO

Draibe (2001, p. 33) diz que “é imprescindível verificar a capacidade dos agentes para cumprir as tarefas que lhe cabem na implementação”. De acordo com os dados coletados nas entrevistas e nos documentos analisados, o Programa Idiomas sem Fronteiras, *campus* Recife apresenta características que indica a existência de capacitação limitada para os agentes implementadores.

Em princípio, a UFPE dispunha de informações referente aos dispositivos legais do programa e a partir das primeiras reuniões gerais do IsF, na qual o coordenador geral participava. Em seguida, a coordenação geral e a coordenação pedagógica de inglês passaram a ter encontros semestrais com o Núcleo Gestor, que aconteciam em Brasília ou São Paulo. Os entrevistados consideram uma espécie de instrução ou treinamento sobre o programa e não uma capacitação.

O que a gente tinha eu não considero capacitação... tinha um encontro semestral com o Núcleo Gestor, quando... tinha todo o processo de instrução sobre... o funcionamento do... programa [...] [G1 – B]

Nós coordenadores pedagógicos viajavamos 2 vezes por ano também para sermos treinados... Nacionalmente a gente trocava muita ideia [...] não só de formação dos professores, mas... como fazer pra que eles... permanecessem ativos no programa [...] O encontro de junho geralmente era em Brasília e o do final do ano que era em novembro geralmente era em São Paulo. E aí todos os coordenadores gerais e pedagógicos de inglês... do Brasil... [G2 – B]

Houve relatos de que não existia uma capacitação inicial antes de assumir uma função de coordenação pedagógica no programa. Apenas eram informados o conceito e os objetivos do curso. O aprendizado muitas vezes era na teoria, na prática e nos fóruns dos professores e coordenadores pedagógicos.

Eu fui aprendendo por observação lendo sobre a função [...] por conta própria. Posteriormente, acho que em 2015... foi criado esses fóruns... pra acesso dos professores e coordenadores pedagógicos que a gente usava pra discutir... ações... metodologias e o que é que tava dando certo [sic] o que é que não... falava muito da... experiência própria... de diferentes universidades. Ai sim começou [...] uma formação continuada [...] Mas, uma capacitação inicial antes do início do programa ou pouco antes de você assumir coordenação pedagógica não existia.[G2 – A]

[...] simplesmente quando eu entrei fui informada os objetivos do curso... que não era um cursinho de línguas... o conceito, a filosofia do programa, mas curso de treinamento não. [G2 – C]

Os coordenadores pedagógicos estudavam os objetivos e ações do programa. Com sua experiência, ofereciam a formação continuada aos professores, por meio de treinamentos semanais. Apesar do trabalho, a remuneração era apenas para o profissional do idioma inglês.

Eu fico preocupado quando não há um tipo de incentivo... as demais línguas [...] Eu era remunerado para isso, mas os outros coordenadores pedagógicos não eram, das outras línguas... Mesmo assim, eles tinham um trabalho [...] seja de 1 ou 6 ele existe e ele precisa ser... olhado um pouco com carinho, com atenção [...] O trabalho do profissional, a formação do professor dar trabalho e ela merece... um olhar especial. [G2 – B]

[...] eu tinha que me encontrar toda semana com eles [...] Eu já fazia uma agenda no início de cada semestre... com o dia, o horário do treinamento... Eu precisava me adequar ao horário dos meus... professores... A gente se fechava na sala de reuniões lá do idiomas... Se for uma época antes das turmas começarem eu precisava passar com eles a ementa de cada curso, o que iria ser trabalhado, especialmente se fosse a primeira vez que eles fossem dar aquele curso. Eu precisava checar com eles material, precisaria de um plano pra cada uma das aulas [...] Eles tinham que dar aula pra mim e pra os colegas pra eu fazer alguns... ajustes... Isso antes do módulo começar [...] É quem forma os professores, não adianta você pegar alunos dá uma bolsa pra eles e jogá-los numa sala de aula. Eles precisavam de uma assistência, porque muitos deles... tinham zero experiência... [G2 – B]

Os técnicos não tinham capacitação para atuar no programa. A plataforma utilizada por eles possuía apenas algumas instruções. Muitas das atividades realizadas no NucLi foram aprendidas na prática, sem que houvesse uma orientação.

Nunca me deram, nunca me ensinaram nada, absolutamente nada e o programa foi ficando cada vez mais complexo e eu fui acompanhando isso... Sempre quis resolver as coisas, fazer... funcionar da melhor forma possível... eu acabei aprendendo muita coisa, mas por conta própria.[G3 – B]

[...] eu não tive... Apesar da gente as vezes dizer que é importante pra ver se... fazia. Mas, não foi dada nenhuma capacitação... [G3 – C]

De outro modo, o fato de não haver um processo de capacitação formal se deve, também, ao corpo de implementadores ser, na maioria, professores (coordenadores gerais e pedagógicos) e servidores técnicos da instituição, que passaram a ter, no decorrer dos anos, experiência no programa.

Ao analisar os relatos dos entrevistados, verificou-se um processo de capacitação limitado, mas, foi suficiente para que os cursos fossem implementados de forma satisfatória, mesmo apresentando adequações no decorrer dos anos.

6.6 PROCESSOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO INTERNOS

Este sistema aborda os subprocessos envolvidos nas avaliações e nos monitoramentos do Programa Idiomas sem Fronteiras na UFPE.

Draibe (2001) afirma que o programa tende a ser monitorado pelos seus gerentes, principalmente nos estágios iniciais. Todavia, as avaliações internas com registros administrativos e opiniões dos atores da implementação são raras de ocorrer. As auditorias e avaliações externas são mais excepcionais ainda.

No NucLi, a avaliação interna era realizada com muita informalidade, principalmente no início. Uma das explicações seria por ser um programa novo e no decorrer do tempo passou por alguns ajustes. A seguir, temos relatos de alguns atores:

Não existia um tipo de avaliação interna [...] Tinha informal [...] a gente tinha conversas pra saber como é que tavam sendo as aulas, observavam as aulas dos professores, pra saber como e que tavam indo [sic] A gente fazia comentários a respeito disso na reunião pedagógica. [G2 – A]

Normalmente... tem essas reuniões que... a gente se encontra e faz uma análise de como está indo... uma língua determinada... com a coordenadora geral [...] para ver como está funcionando, como está indo... [G2 – C]

[...] a parte dos técnicos não tinha muito essa avaliação [...] só a... da própria UFPE mesmo [...] Fora isso... não tinha... da nossa chefia com a gente não... Eu sei que os professores eram meio que avaliados porque, assim se a turma fechava quando não fechada... eles meio que perguntavam o que é que tava [sic] acontecendo... era [...] informal. [G3 – C]

Depois, um coordenador pedagógico incentivou seus professores bolsistas a fazer questionários com seus alunos no final de cada módulo, porém foram aplicados em poucas turmas. Essa nova estratégia ajudou nas decisões da gestão do programa. De acordo com um relato, ele precisava ser melhorado.

Constatou-se que não existia um documento formal de avaliação dos cursos, as informações mais importantes vinham das reuniões, das conversas com a equipe e dos diálogos informais com os beneficiários do programa.

Tinha um questionário [...] perguntava sobre os materiais [...] a assiduidade do professor, a pontualidade... o uso da língua na sala de aula, os objetivos. [G2 – B]

Final de módulo.... Os professores de inglês faziam avaliações com os alunos [...] A gente tinha reuniões com eles e com (coordenadora geral) inclusive pra ver quais foram os acertos e os erros [...] As melhores indicações... vinham em conversas... não vinham nesses questionários. Era eu e (coordenadora geral) saindo nos corredores e perguntando pra um aluno se ele fez algum curso e perguntando o que que ele achava [...] respondiam esse questionário, me parece com muita pressa pra concluir... E a gente também precisava melhorar esses questionários. De qualquer forma eles nos davam um reflexo do que estava acontecendo... nos davam um espelho, respondiam a uma questão, a alguma inquietação. Por causa desses questionários... acabou não oferecendo mais algum curso, oferecendo mais outro, trocando um professor pra um

horário... vendo quem se adequava mais a determinada demanda. Então esses questionários sempre no último dia de aula os alunos preenchiam. [G2 – B]

Os professores... bolsistas chegaram a fazer... acho que ... uma vez... a pedido do coordenador pedagógico... a avaliação dos cursos. No final... eles... pediam pra os alunos avaliarem... o que acharam do curso. Mas isso foi assim uma vez... não era uma coisa que acontecia sistematicamente. Não havia avaliação de nenhum tipo... Foi um momento. [G3 – B]

Portanto, a gestão valoriza as avaliações a partir das percepções dos alunos, principalmente após o encerramento dos cursos, quando eles informam o seu nível de satisfação por meio dos depoimentos espontâneos.

A execução dos cursos foi monitorada pelos coordenadores gerais e pedagógicos por meio de visitas periódicas às aulas, para entender mais de perto a necessidade dos alunos.

[...] Assistir a aula, observar a aula, encaminhava o que tava [sic] se passando, a necessidade dos alunos que estava ali, conversava [...] [G1 – A]

Uma vez ou outra o coordenador pedagógico ou (coordenador geral) chegava a acompanhar uma aula... mais de perto, o que os professores estavam fazendo em aula. Mas... era muito difícil porque... estão sempre muito ocupados... [G3 – B]

Existia monitoramento e acompanhamento dos cursos por parte do NucLi e do Núcleo Gestor. Havia reuniões constantes com as coordenações do programa da UFPE, para tratar de diversos assuntos, como, por exemplo, da área administrativa.

[...] a coordenação geral... a gente se reunia também quinzenalmente, mas semanalmente havia a reunião pedagógica [...] a reunião com [...] a coordenação geral era... tipo um administrativo pra passar as informações burocráticas pra os professores bolsistas. Esse acompanhamento ele era sistemático. [G1 – B]

Na verdade, nós éramos acompanhados... pelos coordenadores... pelo monitoramento do programa todo. A gente tinha metas a atingir... feedbacks de pesquisas que... realizava... [G2 – B]

[...] tinha um acompanhamento... tinha tudo planilhado... a partir dali que a gente via... quantos cursos... tinha dado, quantos alunos tinham passado pelo NucLi, qual é a taxa de evasão, quais eram os cursos que tinham dado de inglês, espanhol, então era esse acompanhamento... fazia pesquisas a partir dali... a gente pegava aquela planilha... avaliando... a partir dali que... tinha os dados. [G3 – C]

Um dos atores da pesquisa afirmou que o NucLi tem um propósito de internacionalizar, mas não tem metas específicas a serem executadas. Eram responsáveis por elaborar relatórios com informações sobre o dia a dia e em relação ao quantitativo de cada turma ofertada.

A gente quer preparar o alunado pra internacionalização [...] metas específicas isso nunca foi estabelecido [...] A gente tenta levantar os números [...] organizar [...] pra no final do ano... saber... aconteceu isso. Agora meta pra o ano seguinte... não tem. [G3 – B]

Fazíamos um relatório semestral e anual se eu não engano do que tinha acontecido. Lá no treinamento de Brasília a gente tinha que dar um feedback do que aconteceu. Tinha um... grande anual que tomava muito nosso tempo [...] tinha informação do ano inteiro, quantas turmas, quantos alunos, quantos entraram, quantos terminaram, quantos professores passaram pelo programa, quantas horas de treinamentos, quantas horas de reunião [...] Tinham algumas perguntas... que eram perguntas... sobre o dia a dia e a gente respondia... com base no que tava [sic] realmente acontecendo... Isso

era inclusive, usado como espelho pra a administração geral... que eles chamavam de Núcleo Gestor, pra por exemplo fazer [...] um determinado NucLi encolher e dar essa bolsa pra um outro crescer... [G2 – B]

No final do ano passado a gente gerou vários relatórios de gestão, que a própria gestão pediu... então... fez essa prestação de contas... gerou quantos alunos, quantos... inscritos, quantos... ficaram, quantas turmas abertas, quantas não conseguiram [...] gerou uma apresentação [...] [G3 – C]

Às vezes faltava... o MEC prover... relatórios de gestão no sistema deles. Então a gente tinha [...] que compilar por fora e construir... nossos próprios relatórios... Tinha alguma coisa de gestão... lá sim... até tinha como fazer, eles botavam lá as planilhas. Mas, eu acho que o sistema dele [...] não era tão amigável [...] faltava mais ferramentas de gestão... [G3 – C]

Houve um relato de que o relatório interno não era sempre realizado, mas as informações no sistema eram alimentadas frequentemente. Nas reuniões semestrais com o Núcleo Gestor, eles forneciam uma avaliação geral do programa, com base nas informações inseridas nele.

[...] comecei a sentir que a gente precisava de um relatório [...] resumir o que foi feito... naquele ano... ver o que tá bom e o que não tá bom e enfim, traçar estratégias para o futuro [...] quando eu fiz aquele relatório eu fiz... dos anos anteriores porque... não tinha o hábito de fazer isso anualmente, se organizar... ninguém na verdade nunca me pediu, eu fiz isso porque eu achava que era importante. [G3 – B]

A gente tinha avaliação geral que nos era fornecida a cada semestre pelo Núcleo Gestor com base nos dados [...] O sistema era alimentado semanalmente, ele era bem correto, bem alimentado. [G1 – B]

A partir do monitoramento do programa nacional em todas as instituições credenciadas do País, o Núcleo Gestor fez algumas readequações no quantitativo de professores. Na UFPE, houve uma redução do montante de docentes da língua inglesa.

Quando o programa foi lançado entre 2012 e 2013 não se sabia a demanda exata de cada universidade. Então, o que o Núcleo Gestor fez foi uma tentativa de acerto em relação ao volume [...] do que era ofertado e do que de fato era necessário [...] Com o passar dos anos, verificou-se que a demanda... na UFPE era menor [...] Havia muitas turmas ociosas. Isso foi feito pro país inteiro, essa redistribuição [...] eles cortaram... os professores bolsistas pra readaptar o número... a uma realidade mais próxima da demanda que a universidade pedia. [G1 – B]

Um problema argumentado por todos os entrevistados foi o alto índice de evasão do IsF. O fato é que não houve um estudo para explicar essa situação. Mas, por meio de conversas informais, foi detectado que as prováveis causas seriam a gratuidade do programa, o abandono por motivo de trabalho e a metodologia das aulas serem diferentes de outros cursos tradicionais de idiomas.

Era um problema nacional [...] Houve muita controvérsia sobre isso... e nunca foi batido um martelo. Vamos dizer assim, sobre um diagnóstico efetivo, que justificasse isso. Um dos motivos que eram muito elencados com base em alguns questionários simples que foram feitos com os alunos, é que tinha muito haver com o fato de ser gratuito. Mas, não estou dizendo que essa era a causa, estou dizendo que em algum momento... um número muito pequeno de alunos se submeteu a um questionário e um... dos motivos apontados foi essa questão da gratuidade. Em que sentido? No sentido de que eu me matriculo... tenho intensão de cursar, mas se acontecer algum problema com os meus estudos, semana de prova, ou então... algum problema familiar

ou qualquer outra razão, a primeira coisa que eu vou evadir é aquele curso gratuito que depois eu possa me matricular novamente e fazer em um outro momento mais oportuno da minha vida. [G1 – B]

Quando a gente procurava saber dos alunos era [...] que aumentou a... demanda... do curso de graduação deles, eles tinham que estudar pra prova, tinham provas muito difíceis, várias provas em sequência acontecendo e eles tinham que sair pra forçar em estudos de graduação ou porque ele começou a trabalhar, estagiar e é bem no horário... do curso... do IsF, então ele tinha que sair... [G2 – A]

Essa taxa de evasão alta era no Brasil inteiro [...] conversava com professores... do NLC que é uma proposta diferente voltada pra comunidade, é pago e... eles também têm evasão, mas eles não têm tanta evasão quanto a gente [...] é mais uma questão... de descompromisso com o que não pesa no meu bolso. [G2 – B]

[...] um aluno de determinado curso não gostar ou possa não entender a metodologia... porque temos que ver que o modelo de estudante do Brasil ele é muito... estruturalista. [G2 – C]

[...] o que acontece... é que o aluno desiste... porque que ele desiste a gente não sabe muito bem... porque nunca foi feito... uma avaliação pra entender exatamente [...] [G3 – B]

Quando questionado se os alunos sofriam alguma penalidade por evadir o programa, um entrevistado relatou que:

Essa era uma grande questão, a gente pediu muito isso ao Núcleo Gestor. Bem no final do programa isso foi... regulamentado, mas a gente nem pode ver o resultado disso. Eu diria [...] que foi tão pouco tempo que não... surtiu o efeito desejado... A verdade é que eles não tinham nenhuma sanção. [G1 – B]

A reprovação acontece por evasão ou pelo não aproveitamento dos estudos. Porém, constatou-se que a taxa de reprovação ocorre principalmente pelos alunos que não frequentam o curso ou o frequentam parcialmente. Desse modo, foram analisados os relatórios encaminhados pelo NucLi e formuladas algumas taxas de reprovação.

Abaixo, segue a Tabela 12, com a reprovação por idioma no *campus* Recife.

Tabela 12 - Reprovação por idioma no *campus* Recife

IDIOMA	ANOS	TOTAL DE MATRICULADOS	APROVADOS	REPROVADOS	NÃO DISPONÍVEL	PERCENTUAL DE REPROVAÇÃO
Inglês	2014-2019	6.100	2.731	3.332	37	54,62
Espanhol	2017-2019	608	259	349	0	57,40
Francês	2017-2019	448	206	242	0	54,02
Italiano	2016-2019	964	433	471	60	48,86
PLE	2017-2019	104	70	34	0	32,69
TOTAL		8.224	3.699	4.428	97	53,84

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados fornecidos pelo NucLi do IsF¹⁸

Verificamos que os idiomas que mais reprovam são os de espanhol, inglês e francês com, respectivamente, 57,40%, 54,62% e 54,02%. O português como língua estrangeira, além

¹⁸ Elaborada pela autora com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, através do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51.

de ser o curso com o menor número de matriculados, também é o que possui a menor taxa, com 32,69%. Em um contexto geral, o programa tem alto percentual de reprovação com média de 53,84%.

A seguir, podemos observar a evolução da reprovação dos idiomas presentes no *campus* Recife (Tabela 13).

Tabela 13 - Evolução da reprovação por idioma no *campus* Recife

IDIOMA	ANO	TOTAL DE MATRICULADOS	APROVADOS	REPROVADOS	NÃO DISPONÍVEL	PERCENTUAL DE REPROVAÇÃO
Inglês	2014	1.075	835	240		22,33
Inglês	2015	888	539	349		39,30
Inglês	2016	701	329	372		53,07
Inglês	2017	865	184	644	37	74,45
Inglês	2018	1.620	527	1.093		67,47
Inglês	2019	951	317	634		66,67
Francês	2017	65	27	38		58,46
Francês	2018	99	27	72		72,73
Francês	2019	284	152	132		46,48
Espanhol	2017	48	15	33		68,75
Espanhol	2018	137	69	68		49,64
Espanhol	2019	423	175	248		58,63
PLE	2017	3	1	2		66,67
PLE	2018	29	14	15		51,72
PLE	2019	72	55	17		23,61
Italiano	2016	60	37	23		38,33
italiano	2017	130	67	63		48,46
italiano	2018	255	131	124		48,63
italiano	2019	519	198	261	60	50,29
TOTAL		8.224	3.699	4.428	97	53,84

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados fornecidos pelo Nucli do IsF¹⁹

Percebemos que o percentual de reprovação do inglês aumentou até o ano de 2017 e nos dois anos seguintes teve uma redução. O PLE se destacou pela recorrente diminuição de reprovados e o italiano pelo constante aumento. Comparando os dois últimos anos (2019 e 2018), apenas os idiomas inglês, francês e PLE tiveram suas taxas atenuadas.

Um entrevistado sugeriu que seria interessante, para diminuir a evasão do programa, uma campanha de conscientização com relação ao recurso público, o retorno dos impostos sob forma de política pública de formação linguística.

Uma campanha de conscientização com relação ao recurso público [...] As pessoas como... que elas não pagam? [...] elas pagam impostos. Elas estão tendo retorno... da governança federal, sobre a forma de estudo [...] o idiomas tinha que ser bastante valorizado [...] como política pública [...] Talvez a gestão principal... se preocupasse mais em criar estratégias de conscientização... sobre a... formação linguística...

¹⁹ Elaborada pela autora, com base nos relatórios fornecidos pelo Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, por meio do processo administrativo nº 23076.061229/2019-51. As últimas três turmas de italiano referentes ao segundo semestre de 2019 não disponibilizaram o número de aprovados e reprovados.

subsidiada por um órgão de fomento... patrocinado [...] A gente chama isso de consciência social... sobre... o fomento público [...] Eu acho que o que pode ser feito o Núcleo Gestor fez, a CAPES fez... todo mundo era muito envolvido, muito engajado... pra o programa dar certo [...] deu certo pra o que ele se propunha. [G2 – B]

A seguir, abordaremos a importância da política linguística e da internacionalização na UFPE, do ponto de vista dos atores da pesquisa.

6.7 SISTEMAS LOGÍSTICOS E OPERACIONAIS

Os sistemas logísticos e operacionais reúnem assuntos sobre o funcionamento do programa, a infraestrutura, o financiamento, o tempo, quantidade e qualidade dos recursos no processo de implementação (DRAIBE, 2001).

Todos os procedimentos de administração do IsF na UFPE eram organizados pela equipe do NucLi. A coordenação geral era responsável pela gestão do programa e os técnicos administrativos cedidos pela instituição tinham a função de executar as decisões. Os coordenadores pedagógicos eram incumbidos da área pedagógica do idioma que coordenava.

Eu... apoio... fico com eles ajudando, guiando e vendo como está o programa, as aulas... os professores que trabalham no NucLi... Faço essa mediação entre eles e a aula... Eu ajudo... a construir um pouco a disciplina. [G2 – C]

Quando eu entrei eu vi que tinha muita coisa que precisava ser organizada e eu fui logo... mexendo e tentando fazer o que fosse possível pra concentrar as tarefas administrativas de fato na secretaria, como deveria ser [...] coordenador pedagógico não tava [sic] dando conta de por exemplo mandar certificado para aluno. O que não é uma tarefa de coordenação pedagógica. [G3 – B]

A gente tinha que fazer uma reserva de salas de aula antes do começo de cada semestre [...] isso era feito... pelos servidores. [G2 – A]

O repasse dos recursos orçamentários para o Programa Idiomas sem Fronteiras era descentralizado até o ano de 2014, ou seja, não constava na Lei Orçamentária Anual da UFPE. A partir de 2015, os recursos foram alocados na LOA da instituição.

O programa recebia orçamento de custeio e capital. Nos primeiros anos, o valor repassado foi maior pelo fato de a instituição não ter uma estrutura adequada para atendê-lo.

Todo ano o programa recebia ajuda de custeio e... de capital [...] Esse valor foi um pouco maior nos primeiros anos, em função da necessidade de implementar... nas universidades. Então [...] era preciso comprar computadores... livros, impressoras, estantes, enfim, todo o material pra se montar uma secretaria [...] com o passar dos anos [...] já estavam... relativamente montados... esse valor foi diminuindo bastante. Mas, até o final... até ser cortado a gente tinha recebido o valor pelo menos de custeio. E conseguir com isso manter... de forma satisfatória com recursos federais [...] 2019... recebeu uma parcela de custeio ainda, não recebeu de capital [...] recebia o valor de custeio anualmente e todo esse valor era prestado conta anualmente também. [G1 – B]

Houve vários relatos que no início do programa era comum alguns materiais serem custeados por meio de recursos pessoais, devido à demora de eles chegarem ao NucLi.

Dificuldade de conseguir dinheiro... muitas vezes saía do próprio bolso [...] a gente não tinha paciência pra esperar... um dos alunos professores ia num desses atacadão pra ver marcador, papel, borracha, lápis, pasta. Chegava e... dividia entre a gente, até levar uma bronca de (presidente do Programa Nacional). [G1 – A]

A coordenação administrativa do Gabinete do Reitor era a responsável por gerenciar os recursos destinados ao Idiomas sem Fronteiras.

A parte do dinheiro quem lida é.... DRI juntamente com a coordenação administrativa do Gabinete do Reitor [...] que gerencia os recursos... financeiros. O que eles fazem é... falar: o que vocês tão [sic] precisando de comprar? aí a gente passa uma lista e diz... eles comprem na medida do possível... [G3 – B]

A Proacad apoiou a ampliação do programa na instituição. Por meio dela, foram concedidas bolsas para todos os idiomas, exceto as línguas italiana e francesa, pois os professores eram pagos por meio de parcerias com suas respectivas embaixadas.

A gente tinha um recurso destinado... pela embaixada [...] e também da Proacad [...] A bolsa dos professores... dos outros idiomas e... pro inglês. [G1 – B]

[...] os professores de inglês... tinham bolsas Capes... e os outros idiomas... começaram a surgir justamente por conta do apoio da Proacad [...] queria ampliar o programa junto com a DRI [...] ofereceu recursos... pra bancar [...] [G3 – B]

A carga horária semanal do professor NucLi IsF UFPE é equivalente à prevista no item 3.4.2.1 do Edital 29/2017 – SESu/MEC. Para um professor com 1 bolsa institucional: 4 horas de formação pedagógica; 4 horas de residência docente em sala de aula (1 turma) e 2 horas para tutoria; para o professor com 2 bolsas institucionais: 4 horas de formação pedagógica; 8 horas de residência docente em sala de aula (2 turmas) e 2 horas de tutoria; para o professor com 3 bolsas institucionais: 4 horas de formação pedagógica; 12 horas de residência docente em sala de aula (3 turmas), 3 horas de tutoria e 1 hora em atividades complementares. Cada bolsa institucional possui valor de R\$ 500,00, possuindo como referência o valor relativo à bolsa Capes.

De acordo com o Edital 29/2017 - SESu/MEC, as propostas de credenciamento aprovadas serão financiadas com recursos de custeio provenientes do orçamento da SESu/MEC, no valor mínimo de R\$ 12.000,00 e máximo de R\$ 180.000,00 por universidade federal, a cada período de doze meses, para auxílio na execução da sua proposta, desde que confirmado o número de bolsistas e o número de turmas. Quanto maior o número de bolsista maior será o valor de custeio. No tocante aos recursos de capital, o valor mínimo é de R\$ 1.200,00 e máximo de R\$ 54.000,00, variando entre 10% e 30% do valor do custeio e depende do tipo de NucLi-IsF.

No último credenciamento das universidades federais para atuação como NucLi-IsF, foi aprovado pelo Comitê Julgador que o Núcleo de Línguas da UFPE teria um recurso anual de custeio no valor de R\$ 72.000,00 e de capital R\$ 21.600,00, com 6 bolsas Capes para professores e 2 coordenações.

Um dos entrevistados afirmou que aconteciam atrasos nas bolsas institucionais destinadas aos professores bolsistas.

A pressão de vir a bolsa ou não vir... Então, eu sinto essa pressão... pelos meninos... Muitos meses eles não receberam ou receberam dois meses juntos porque não chegou ou chega atrasado... dá uma atenção para eles, porque muitos deles dependem desse dinheiro também para se manter. [G2 – C]

[...] eu não posso negar que a bolsa era um grande incentivo pra eles. Então a gente tinha esse fator motivador [...] [G2 – B]

Em maio de 2019, a Capes parou de financiar o Programa Idiomas sem Fronteiras e todas as bolsas arcadas por ela foram cortadas. A instituição perdeu o subsídio de coordenador geral, coordenador pedagógico de inglês e dos seis professores bolsistas dessa língua.

[...] a Capes cortou a bolsa [...] do coordenador geral, do coordenador pedagógico e de todos os professores. O programa [...] ele ficou 100% custeado pela universidade, pela própria UFPE [...] Ele não tinha mais nenhum custeio da Capes. [G1 – B]

Eu sai da coordenação... porque [...] eu não teria condições de ficar no programa sem um auxílio [...] porque eu valorizo muito meu trabalho. [G2 – B]

Não tem como a gente manter a estrutura que... tinha sem o subsídio, sem o patrocínio... do governo pra essa formação dos professores, pra os alunos da universidade [...] Eu lamento demais o que aconteceu. [G2 – B]

Com isso, a UFPE passou a pagar a bolsa do coordenador geral e adicionou mais uma de inglês, passando a contar com 2 professores bolsistas dessa língua. Porém, nenhuma coordenação pedagógica contou com auxílios institucionais.

A universidade arcava com as diárias dos professores bolsistas, que se locomoviam para dar aula em Caruaru e Vitória.

O professor que ia... recebia diária [...] a diária era paga pela PROPLAN... diárias geral da universidade... Não era paga exatamente pelo programa. [G3 – B]

O Edital nº 29/2017 aponta algumas atribuições das universidades federais referentes a aspectos operacionais, orçamentários, logísticos e de infraestrutura. Algumas delas estão listadas abaixo:

- Disponibilizar apoio financeiro e logístico para o NucLi-IsF, para o seu funcionamento e manutenção de suas ações, bem como apoiá-lo na articulação política interna, quando necessário;
- Garantir o pagamento de bolsas institucionais aos professores que atuarem nas ações do NucLi-IsF e não forem contemplados com bolsas Capes, podendo utilizar para

este fim recursos enviados à universidade, destinados ao fomento da internacionalização, conforme os subitens III.3.3 deste Regulamento e 3.4.2 da Chamada Pública para credenciamento 2017-2020;

- Garantir o pagamento dos estagiários administrativos, servidores e funcionários que atuarem nas ações do NucLi-IsF;
- Garantir a infraestrutura para execução das atividades do NucLi-IsF em sua gestão administrativa e pedagógica, tanto para oferta de cursos como para a aplicação de exames de proficiência nos idiomas previstos na proposta de credenciamento da universidade, em conformidade com o disposto no subitem III.4.2 deste Regulamento;
- Possibilitar o acesso às salas de aula e aos laboratórios em horários disponíveis para o atendimento às ofertas de cursos e para a aplicação de exames pelo NucLi-IsF;
- Confirmar o compromisso e as responsabilidades relativas à aplicação de testes e exames, bem como se responsabilizar pelos custos operacionais decorrentes dessa ação; e
- Garantir a participação dos representantes de idiomas nas reuniões e eventos promovidos pelo Núcleo Gestor do Programa IsF, responsabilizando-se pelo custeio de diárias e passagens da equipe da universidade.

O programa começou com uma infraestrutura bem decadente. Em princípio, o NucLi não tinha uma sala, utilizava a da coordenadora geral. Depois, conseguiu uma sala emprestada, porém muito pequena, que, além de não comportar a equipe, não tinha uma estrutura adequada.

[...] tinha NucLi com prédio próprio que foi construído pra ele. Tinha NucLi que... tinha salas... específicas pro uso dele, quando eles não tinham um prédio próprio [...] a gente usava a sala... da professora... coordenadora geral [...] não cabia mais do que 4 pessoas lá dentro e... usava o computador dela... pra... elaborar provas por exemplo [...] aquilo era o NucLi e foi durante todo 2013 e boa parte de 2014 [...] Então a gente se reunia em salas de... aula de Letras que tivessem disponíveis pra fazer reuniões... não tinha um espaço específico pra usar [...] Acho que foi em meados de 2014 [...] que... passou pra aquela salinha emprestada [...] que... levou o computador dela... a impressora dela... tinha um armário [...] que era... onde... estocava provas do TOEFL [...] [G2 – A]

Era horrível. Foi tudo doado de outras salas que não queriam mais aquilo. [G3 – A]

Conseguir uma sala... estruturar... foi muito difícil [...] No mundo ideal devia ter sido feito antes, mas infelizmente não... aconteceu. [G3 – A]

O programa ele tinha uma infraestrutura bem ruim. A sala que foi destinada foi uma... bem pequena, não comportava todos os professores pra ter por exemplo uma reunião pedagógica... pra guardar livros. Era um espaço realmente muito pequeno com uma mesa, uma cadeira [...] [G1 – B]

Depois, houve grandes mudanças no espaço físico do Núcleo de Línguas. Ele mudou de localização, mas continuou no CAC. Passou a contar com as salas da secretaria, recepção e reunião. Uma estrutura adequada com móveis, computadores, impressora, etc.

Outro ganho significativo do NucLi foi o Laboratório de Línguas. Existia um antigo e bastante desatualizado, que foi transformado por meio do Grupo Mais Unidos.

Em meados de 2015 [...] no período de férias [...] começou-se a construção do laboratório específico pra o IsF [...] Existia ali antes, um... super desatualizado [...] Então... começou por essa transformação... desse laboratório e compra de material novo... [G2 – A]

[...] esse espaço ele foi transformado com recursos do programa, da DRI e foi ampliado substancialmente. A gente ganhou um laboratório... pra computadores... ele foi fornecido pelo... Grupo mais Unidos [...] que é uma união das empresas americanas em solo brasileiro... junto desse laboratório a gente conseguiu ampliar [...] a sala da secretaria... da recepção e a... das reuniões e de estudo, onde os professores bolsistas poderiam preparar as aulas... e também... ficar mais tempo pra estudar [...] Eu não consigo nem descrever pra você a diferença que era... pra o que ficou, o espaço de trabalho... realmente foi transformado. E isso foi muito significativo. [G1 – B]

Esse grupo reformou o laboratório. Todavia, a universidade foi responsável pela compra de vários equipamentos e softwares. Um ator da pesquisa informou que seriam necessárias mais aquisições.

[...] a gente tinha [...] a secretaria, uma sala de reuniões e o laboratório de línguas doado por uma instituição parceira do idiomas, que veio... mandou as máquinas, o resto foi organizado pela universidade [...] Ele é um laboratório com 20 máquinas... e recursos audiovisuais, uma lousa eletrônica, câmera, head fone e alguns softwares [...] Ele tá colocado lá no quadro como laboratório de língua, mas... pode ser utilizado pra questões diversas... professores... da área de língua e também da área de tradução [...] Então... os laboratórios... que existem hoje eles são... de informática adaptados [...] tá faltando algumas questões, software, equipamentos que complementar e dariam pra ele uma cara de laboratório de língua. Mas ele é usado exclusivamente pra questões linguísticas[...] Ele tá disponível pra os professores do departamento de Letras utilizarem [...] [G2 – B]

[...] tem equipamentos, tem projetores, funciona muito bem, tem ar-condicionado, que isso no CAC também é um luxo assim inacreditável. [G2 – C]

Um dado apontado por alguns entrevistados foi a falta de linha telefônica por um bom tempo. O programa estava crescendo e a busca por informações aumentando, contudo, a falta de um ramal para o Núcleo de Línguas, de certa forma, limitava as informações repassadas e os atendimentos a distância eram realizados principalmente por e-mail. Essa limitação, aliada à falta de estrutura, ocasionava também problemas físicos para os técnicos que atuavam no NucLi.

A gente também conseguiu linha de telefone [...] Segundo o que se dizia, não existia ramal disponível dentro do CAC [...] Então... usava o celular [...] pra poder atender os alunos as vezes, o grupo de WhatsApp... e e-mail, e-mail principalmente. [G2 – A]

A gente não tinha telefone, então o atendimento era só por e-mail. Tinha dia que eu entrava ... e tinha uma porrada de e-mail pra responder [...] Tendinite, dor crônica no pescoço, falta de estrutura de uma cadeira descente. [G3 – B]

O espaço físico teve melhora significativa, conforme abordado acima, porém o problema com disponibilidade de sala de aula continuou. O NucLi possui apenas uma sala própria, que se localiza no Niate CFCH/CCSA²⁰, um prédio mais afastado do CAC. O mais indicado seria que as aulas acontecessem no mesmo local do Núcleo de Línguas.

Utilizava-se principalmente a estrutura do CAC²¹, que não possui uma das melhores. Os cursos emprestavam suas salas, em especial o de Letras. O NLC apoiava o programa. Os miniauditórios e as dependências fora do Centro de Artes e Comunicação também eram utilizadas.

A sala é muito boa, o laboratório... está disponível para a gente. A parte administrativa que também funciona muito bem e tem uma sala de reuniões, então essa parte está ótima. Mas, no momento que você depende da estrutura do CAC, aí a coisa complica [...] Muitas vezes temos que pensar em horários onde tenhamos mais possibilidade de encontrar aulas livres, por exemplo para poder usar [...] Normalmente... as aulas são dadas ali, outras vezes podem ser fora [...] Temos um problema de espaço [...] tem muito curso dentro do CAC e tem poucas salas de aula. [G2 – C]

o curso de Letras mesmo sempre ajudou... eles emprestavam muitas salas. As vezes o NLC emprestava alguma... também [...] ia em outros cursos... ou... usava miniauditórios... ia pegando... emprestada [...] mas quando... não consegue a gente manda pra o... Niate/CFCH. [G3 – B]

[...] tinha um problema muito grande de espaço físico [...] só tinha uma sala da gente mesmo que era no... 3º andar no Niate/CFCH [...] é um problema sério de sala, principalmente no período da manhã. Então... ficava fazendo muito essa logística de como adaptar [...] tinha vários professores e poucos... notebooks... poucos... Datashow... [G3 – C]

[...] O que a gente tinha problema por exemplo, as vezes... queria fazer uma atividade usando a internet [...] não tinha... que funcionava... com estabilidade. [G2 – A]

[...] nós temos uma professora... que ela gostava de dar aula lá [...] Com exceção dela, a maioria dos outros preferiam... no CAC... a questão de logística. [G3 – C]

6.8 POLÍTICA LINGUÍSTICA X INTERNACIONALIZAÇÃO

O Programa Idiomas sem Fronteiras está ligado a algo muito importante nos dias atuais: a internacionalização. É uma política linguística voltada para o ensino de idiomas. Realiza um papel essencial para propiciar a expansão e a conexão das universidades com o mundo.

O programa é muito importante pra fortalecer a internacionalização... você não consegue pensar numa... universidade internacionalizada com sua comunidade [...] com deficiência no ensino.... na fluência de idiomas [...] ele vem fortalecer o ensino

²⁰ Niate CFCH/CCSA – O Núcleo Integrado de Atividade de Ensino (Niate) é um prédio de salas de aulas e laboratórios para o ensino dos cursos de graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

²¹ O programa foi interiorizado para as cidades de Vitória e Caruaru, porém não deu certo na primeira tentativa. De acordo com uma entrevistada, ele durou pouco no Centro Acadêmico de Vitória (CAV), por problemas estruturais e de engajamento dos alunos. No Centro Acadêmico do Agreste (CAA), encontrou apoio local e conseguiu se desenvolver.

de idiomas, é pra toda a comunidade acadêmica [...] E ele vem em forma de módulos [...] Então é muito importante pra esse objetivo de internacionalização... que você precisa prever que a comunidade acadêmica tem interesse em divulgar os seus conhecimentos científicos de forma internacional. E isso seria por meio de diferentes idiomas... A política linguística é um documento de suma importância porque ela [...] tem um valor institucional legal que valida as ações de ensino de línguas em toda a universidade. [G1 – B]

O NucLi só existe por causa dessa política de internacionalização e pra mim é de extrema importância, porque isso dar uma perspectiva ampliada pra pesquisa no Brasil [...] pra o desenvolvimento acadêmico [...] A gente sabe que precisa ter essa esse intercâmbio de ideias de... profissionais de um país pro outro. E de preferência eles voltem pro Brasil e possam contribuir... localmente. Então eu acho essa troca... da internacionalização extremamente importante e o NucLi.... nasceu pra servir a isso [...] ajudar com a internacionalização do aluno da UFPE [...] esses alunos que já se internacionalizaram e voltavam e participavam do NucLi [...]divulgavam, motivavam outros [...] [G2 – A]

O Edital nº 29/2017 de credenciamento de universidades federais para atuação como NucLi-IsF no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras informa algumas atribuições das universidades federais referentes à política linguística:

- Demonstrar, por meio de documentos oficiais, a existência de política de ensino de idiomas (política linguística) no âmbito da universidade, indicando como as ações do Programa IsF, bem como do Centro de Línguas (se houver) da universidade, são reconhecidas como instrumento de internacionalização no âmbito das atividades institucionais, da promoção da carreira dos servidores (docentes e técnicos-administrativos) e da formação dos alunos;
- A política linguística da universidade deve ser apresentada como documento oficial aprovado nas instâncias superiores da universidade ou como minuta, a ser encaminhada como anexo da proposta de credenciamento.

A partir das decisões tomadas pelo programa, a UFPE aprovou a Resolução nº 03/2018, que institui e regulamenta a Política Linguística na instituição.

Esse programa... ele foi e ele é muito importante. Não teve nunca nada igual a ele... em termos de política linguística [...] [G2 – B]

[...] (presidente nacional do programa) fez um acordo com a CAPES e com o MEC e nesse acordo ficou estabelecido via portaria ministerial, que todas as universidades estaduais e federais e institutos precisariam elaborar e publicar a sua resolução de política linguística. Isso aconteceu nacionalmente [...] é uma coisa importantíssima. É um interesse da universidade... mostrar o que... pretende fazer dali a alguns anos com relação ao ensino de línguas e a formação linguística dos alunos e dos servidores... Isso é um marco... fundamental... na formação... de servidores e alunos [...] a gente não tinha... nada no papel. A partir do programa e da portaria do MEC as universidades publicaram isso... nos boletins oficiais e no diário oficial da união [...] Essa política ela é... pública... é um compromisso de cada uma das instituições [...] de tornar o nosso ensino superior... e a formação de nossos alunos melhor. [G2 – B]

Foi só depois do credenciamento que se começou a falar em construção de política linguística, que era uma coisa que se colocou aos olhos do Núcleo Gestor como algo muito importante... pro programa, formulação da política linguística da universidade...

De modo mais amplo das universidades brasileiras... a política linguística é algo ligado a internacionalização... que é o interesse da DRI... [G3 – B]

Por meio dos documentos e dos relatos expostos, constatamos a importância do programa para a política linguística e a internacionalização da UFPE.

Para finalizar este capítulo, é importante salientar as limitações encontradas no período de realização do estudo. A primeira é a escassez de literatura na área, principalmente relacionada à avaliação do Programa Idiomas sem Fronteiras. A segunda está associada à dificuldade de convencer os atores da pesquisa, por meio de encaminhamento de e-mails, a participarem das entrevistas.

Os procedimentos de amostragem proposital utilizados reduzem a possibilidade de generalização dos resultados. Este estudo não pode ser generalizado para outras IES, porém tem a probabilidade de ser replicado na instituição, sob outros recortes, atores e enfoques.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do problema de pesquisa deste estudo: “Como vem ocorrendo o processo de implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras no *campus* Recife da UFPE?”, procurou-se analisar os dispositivos legais do programa nacional e da instituição sobre o tema e extrair a percepção dos atores entrevistados, por meio da análise das suas respostas.

Para isso, foi traçado como objetivo geral avaliar o processo de implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras da Universidade Federal de Pernambuco, *campus* Recife, no período de 2013 a 2019. Assim, percorremos o seu contexto histórico baseado nos documentos e relatos dos atores, identificando as decisões da gestão e como elas foram executadas.

A partir dessas delineações, foram analisados documentos e 8 entrevistas: 2 coordenadores gerais, 3 coordenadores pedagógicos e 3 técnicos administrativos. Utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin e o Modelo de avaliação de programa projetado por Draibe (2001). Com base nesta teoria, elaboramos os objetivos específicos e a hipótese descritiva. Desse modo, destaca-se que a pergunta de pesquisa foi respondida, os objetivos do estudo foram atingidos, e a hipótese foi descrita.

A estratégia de implementação do IsF se caracterizou como uma discricionariedade às Instituições de Ensino Superior, por meio do credenciamento ao programa, havendo no *campus* Recife uma preparação limitada para o processo de implantação. Percebeu-se que ela estava atrelada às orientações e preferências do Núcleo Gestor. Todavia, destaca-se a capacidade institucional da UFPE, considerando a tradição que possui no ensino superior, infraestrutura e recursos humanos.

No tocante ao sistema gerencial e decisório, os coordenadores são nomeados pelo reitor por meio das sugestões do NucLi. Tem uma autonomia limitada, de acordo com o proporcionado pelo Núcleo Gestor, como o catálogo de cursos que é previamente aprovado por ele. Percebeu-se a qualidade no suporte operacional e compromisso dos profissionais envolvidos no programa.

O processo de divulgação e informação teve boa evolução com o aumento da utilização dos meios de comunicação. Todavia, o objetivo de atingir o público-alvo jamais foi alcançado como o NucLi desejava. Salienta-se a importância de estratégias mais eficientes, que atinxissem em maior escala os beneficiários, a partir da acessibilidade das informações.

O processo de seleção dos coordenadores era por indicação e nomeação do reitor, diferente dos professores e alunos, que passavam por processos seletivos, divulgados por meio de edital, para compor o quadro do NucLi. Ressaltamos que no início do programa, alguns

alunos foram selecionados para participar da seletiva e compor o quadro de professores bolsistas.

Os editais foram elaborados por cada instituição, mediante modelo e orientações do Núcleo Gestor. O gerenciamento das inscrições era realizado pela plataforma do MEC. Isto posto, as seleções por meio de processos seletivos com critérios objetivos é um ponto positivo para a execução da política.

A divulgação do programa afeta diretamente a seleção dos beneficiários. Apesar de ter um bom quantitativo de inscritos nas ofertadas, a expectativa era um maior número de matriculados para não haver turmas ociosas.

Não existia uma estratégia de capacitação para atuar no programa. Havia treinamentos semestrais com o Núcleo Gestor para os coordenadores. A formação continuada aos professores era fornecida pelos coordenadores pedagógicos por meio de treinamentos semanais.

O fato de não haver uma capacitação formal pode se dar pelo corpo de implementadores ser formado por professores com experiência (coordenadores gerais e pedagógicos) e técnicos da instituição que passaram a ter a vivência do programa. Apesar do processo de capacitação limitado, os cursos foram implementados de forma satisfatória.

Sobre os processos internos de monitoramento e avaliação, verificou-se a existência pontual de uma estratégia de avaliação, predominando a informalidade. As informações mais importantes vinham das reuniões, das conversas com a equipe e dos diálogos com os beneficiários do programa.

Havia um monitoramento e acompanhamento dos cursos por meio do Núcleo Gestor e pelo Núcleo de Línguas. Os relatórios internos não eram realizados com frequência, mas as informações no sistema eram alimentadas constantemente. A gestão nacional era a responsável por elaborar uma avaliação geral do programa em cada instituição credenciada, com base nas informações fornecidas pelo NucLi.

Verificou-se alto índice de reprovação dos cursos, causado principalmente pela grande evasão ao programa. Não houve uma avaliação formal para explicar a causa. As prováveis justificativas vinham de conversas informais.

No que refere aos sistemas logísticos e operacionais, o programa apresenta normatização específica que regulamenta os recursos financeiros destinados as suas atividades. No tocante às condições materiais, constatou-se que a disponibilização de equipamentos e infraestrutura melhorou significativamente, porém o problema com a disponibilidade de sala de aula permaneceu.

Todos os procedimentos de administração do Idiomas sem Fronteiras na instituição eram organizados pela equipe do NucLi, exceto o gerenciamento dos recursos destinados ao programa, de responsabilidade da coordenação administrativa e financeira do Gabinete do Reitor.

Quanto aos recursos orçamentários, ele foi suficiente para atender ao programa. Houve algumas fragilidades, como a falta de regularidade no pagamento das bolsas institucionais, importante para viabilizar a permanência dos professores bolsistas; e o corte das bolsas Capes, em maio de 2019, uma grande perda para o Idiomas sem Fronteiras.

Destacam-se os recursos orçamentários destinados à execução dos cursos, os processos decisórios, possibilitando certo grau de autonomia aos gestores locais, o comprometimento dos atores implementadores e a percepção positiva dos entrevistados sobre o programa.

Com base nessas considerações, foram elencadas algumas medidas que podem contribuir para o aprimoramento do processo de implementação e dos resultados alcançados pelo programa.

- Criar objetivos e metas tangíveis para o Núcleo de Línguas da UFPE, com a participação dos atores implementadores do programa na instituição, visando à participação destes na tomada de decisão;
- Intensificar os processos de divulgação sobre os Editais de Seleção na instituição, utilizando todos os meios de comunicação disponíveis e solicitar apoio dos Centros para a disseminação das informações, com o intuito de proporcionar visibilidade ao programa;
- Criar uma estratégia de capacitação, destinada aos coordenadores, técnicos e professores, apresentando o conceito e objetivos do programa, as atribuições de cada um dos atores e os procedimentos adotados;
- Definir uma estratégia de avaliação interna, que proporcione a identificação e a correção das falhas;
- Implementar um planejamento estratégico, pontuando ações em curto, médio e longo prazo, para modernizar as práticas de gestão do NucLi;
- Criar, analisar e avaliar os relatórios internos com frequência, para acompanhar a evolução do programa;
- Buscar parcerias externas para financiar ações, cursos e eventos; e
- Criar uma campanha de conscientização com relação ao recurso público, com o objetivo de diminuir a evasão do programa.

Para pesquisas posteriores, com base neste estudo, sugerimos avaliar a implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras em outras instituições credenciadas compostas por Instituições Federais, Faculdades de Tecnologia, institutos federais, Estaduais, Centro Federal de Educação Tecnológica e Municipal.

Desse modo, será possível realizar estudos comparativos da implementação em diferentes contextos, apresentando as semelhanças e diferenças nas abordagens dos processos e sistemas.

REFERÊNCIAS

- ABREU-E-LIMA, D. M. *et al.* O programa Inglês sem Fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do ensino superior brasileiro. In: SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES FILHO, W.B. (Org.). **Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: A construção de uma política linguística para a internacionalização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 19-46.
- ALTBACH, P. G., KNIGHT, J. Visión panorámica de la internacionalización en la educación superior: motivaciones y realidades. **Perfiles educativos**. v. XXVIII, n. 112, p. 13-39, 2006.
- ARRETCHE, M. T. da S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. C. B. de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- AZEVEDO, J. M. L. de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. (Org.). **Gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BORGES, R. A.; GARCIA-FILICE, R. C. A língua inglesa no Programa Ciência sem Fronteiras: paradoxos na política de internacionalização. **Interfaces Brasil/Canadá**. Canoas, v. 16, n. 1, 2016, p. 72–101.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Idiomas sem Fronteiras**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/isf>. 2018. Acesso em: 13 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições Parceiras**. 2017. Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/parceiros/instituicoes-parceiras>. Acesso em: 30 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Nacional do Programa Idiomas sem Fronteiras**. 2017. Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/entenda-isf-botoes/pesquisas-e-relatorios/33-pesquisas-e-relatorios/199-relatorio-nacional>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 105, de 24 de maio de 2012**. Institui o Grupo de Trabalho Inglês Sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/ingles/images/2015/janeiro/DOU_Portaria_2012.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012**. Instituiu o Programa Inglês sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 246, de 27 de março de 2013**, altera a Portaria nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012, para instituir o Núcleo Gestor do Programa Inglês sem Fronteiras. Gabinete do Ministro, Brasília, DF, DOU nº60, 28 mar. 2013. Seção 1, pág. 11. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=28/03/2013>. Acesso em 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 973, de 17 de novembro de 2014**. Instituiu o Programa Idiomas sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/ingles/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 30, de 26 de janeiro de 2016**. Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/2016/janeiro/Portaria_n_30_de_26_de_janeiro_de_2016_DOU.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2017**. Instituiu o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19400907/do1-2017-11-08-portaria-n-220-de-3-de-novembro-de-2017-19400854. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental (PCN)**. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. **Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório nº – CCT, de 2015**. Avaliação de Políticas Públicas: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília: Agência Senado, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **I Encontro Internacional do Idiomas sem Fronteiras: Internacionalização e Multilinguismo na Educação Superior do Brasil**. 2016. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/2016/agosto/Idiomas_sem_Fronteiras.pdf. Acesso em 15 out. 2020.

CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas**. Prefácio Gilvan Muller de Oliveira; tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CALVET, L.-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

COOPER, R. L. **La planificación lingüística y el cambio social**. Traduzido para o espanhol por José M. Perazzo. Cambridge University Press, 1997.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, 37 (5), set./out., 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, C.G.S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. The Theory and Operation of a Modern National Economy. George Washington University. Programa Minerva. 2006.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DORIGON, T. O Programa Idiomas sem Fronteiras Analisado a partir do Ciclo de Políticas. **Brazilian English Language Teaching Journal**. December, 2015, v.6, p. 4–20.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. C.B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-42.

FERREIRA, R. A. Política educacional e poder local: análise das repercussões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na educação de municípios pernambucanos. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2002, n.19, p.99-112.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VAZ, L.G.D. Políticas públicas. Revista nova Atenas de educação e tecnologia. **Revista eletrônica do departamento acadêmico de ciência, saúde, educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho**, v. 10, nº 01, p. 47, jan/jun/2007.

HEIDEMANN, F. G.. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In. HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora da UnB, 2009.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**. Políticas Públicas e Educação, nº 55, 2001.

King, G.; Keohane, R. O.; Verba, S. **Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KNIGHT, J. Cinco verdades a respeito da internacionalização. **Revista Ensino Superior Unicamp**. 2012. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em: 20 fev. 2017.

KNIGHT, J. **Internacionalización de la Educación Superior: Nuevos desarrollos y Consecuencias no intencionadas**. Boletín Iesalc informa de educacion superior - UNESCO. N211, 2010.

LAUS, S. P. **A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2012. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2012.

LIMA, M. L. de O. F. de; MEDEIROS, J. J. Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais. **Revista de Administração Pública**, v. 5, n. 46, set/out., p. 1251-1270. Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas Públicas: perspectivas analíticas. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.

LUNA, J. M. F. D.; SEHNEM, P. R. Erasmus e Ciência sem Fronteiras: considerações iniciais sobre mobilidade estudantil e política linguística. **RBPAE**, v. 29, n. 3, p. 445-462, set./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/47215/29419>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MARTINS, P. de S. O financiamento da educação básica como política pública. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-RBPAE**, v. 26, nº3, set/dez 2010

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 40(1), p. 273-88, 2006.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, A. F.; Pizzio, A.; França, G. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora da PUC Goiás, 2010.

ONO, F. T. P. A ressignificação do global por atitudes locais na implementação do programa inglês sem fronteiras na UFRJ. In: SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES FILHO, W. B. (Org.). **Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 105-124.

PASSONI, T.; GIMENEZ, T. Políticas linguísticas e suas consequências não planejadas: o programa “Inglês Sem Fronteiras” e suas repercussões nos cursos de Letras. **Calidoscópio**. Vol. 14, n. 1, p. 115-126, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/download/cld.2016.141.10/5203>. Acesso em: 25 fev. 2019.

PEREIRA, T.C.A.S. **O ensino de línguas estrangeiras como um fator de inclusão social: o desafio da francofonia no Rio de Janeiro**. (Tese de Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006.

PEREZ, J. R. R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 31, n. 113, p. 1179-1193, 2010.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos da avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. (5), p. 1271-1294, set./out, 2012.

RIBEIRO, I. M.; BRITO, C.C.P. Programa Idiomas sem Fronteiras: Internacionalização e Formação Docente. **Olhares e Trilhas: Revista de Ensino da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, vol.20, n. 3, p. 6-12, set./dez, 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2015.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: Capes: UAB, 2014.

RUDZKI, R. E. J. **The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice**. 1998. Tese (Doutorado em Filosofia) - Escola de Educação, University of Newcastle upon Tyne, United Kingdom, 1998.

SABATIER, P. A. Top-Down and Bottom-Up Approaches to Implementation Research: A critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, v. 1, n. 6, p. 21-48, Jan. 1986.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública, In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. **ENAP**, v. 1, p. 21-42, 2006.

SARMENTO, S.; DUTRA, D. P.; BARBOSA, M. V.; MORAES FILHO, W. ISF e Internacionalização: da teoria à prática. In: SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES, W. M. (org.). **Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 77-104.

SAVEDRA, M. M. G; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Gragoatá**, n32, v1, 2012.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, T. **Inglês para quem?** As implicações do programa Inglês sem Fronteiras no processo de internacionalização da educação superior brasileira. 2018. 126p. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: PUC-Campinas, 2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**: Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

UNESCO. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 2009. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: UNESCO, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Planejamento de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)**. Recife: UFPE, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Planejamento de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)**. Recife: UFPE, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Plano Estratégico Institucional (2013-2027)**. Recife: UFPE, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Plano de Internacionalização da UFPE (2017-2027)**. Recife: UFPE, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Programa de Internacionalização da UFPE (Print)**. Recife: UFPE, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/print>. Acesso em: 30 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **UFPE em números**. Recife: UFPE, 2019. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/ufpe-em-numeros>. Acesso: 06 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução nº 03/2018**. Institui e regulamenta a Política Linguística da UFPE: homologada em 27 de setembro de 2018. Recife, PE: UFPE, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/398575/1248295/Res+2018+03+CONSUNIV.pdf/88ed33a0-7b9b-4c5f-bcef-586faecc640f>. Acesso em: 12 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução nº 04/2014**. Regulamenta a mobilidade estudantil nacional e internacional para os estudantes da Graduação no âmbito da UFPE: homologada em 11 de julho de 2014. Recife, PE: UFPE, 2014. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/398575/434881/Res+2014+04+CCEPE.pdf/9d4acb91-2604-4893-bc59-c591e2b7b510>. Acesso em: 10 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução nº 07/2015**. Estabelece, no âmbito da

Universidade Federal de Pernambuco, as diretrizes gerais para atribuição da Dupla Diplomação aos alunos dos cursos de graduação (regulares e/ou intercambistas): homologada em 02 de julho de 2015. Recife, PE: UFPE, 2015. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/398575/434842/Res+2015+07+CCEPE.pdf/faf19839-313b-4108-9ce7-66a2eeb97913>. Acesso em: 10 out. 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ RG: _____ nascido em ____/____/____ e domiciliado à _____, município de _____.

Declaro que consinto em participar como voluntário (a) da pesquisa do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UFPE, intitulada “PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS: Avaliação da implementação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – *campus* Recife”, sob responsabilidade da pesquisadora Taciana Martins Pereira e orientação do Prof. Dr Marcelo de Almeida Medeiros. O projeto busca avaliar sob o ponto de vista dos subprocessos e sistemas como ocorreu o processo de implementação do Programa IsF no *campus* Recife da UFPE, no período de 2013 a 2019. O estudo pretende contribuir para a atuação dos gestores desse programa, pois os resultados a serem obtidos através da pesquisa proporcionará um maior conhecimento do programa implementado o que trará subsídios para a tomada de decisões, contribuindo para melhorar as respostas das ações planejadas. Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido (a) que: I) o estudo será realizado a partir da aplicação de entrevista semiestruturada que deverá ser respondido por mim (participante da pesquisa); II) que não haverá riscos para minha saúde; III) que posso consultar o pesquisador responsável em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida; IV) que estou livre para a qualquer momento deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso; V) que todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilos e que, estes últimos, só serão utilizados para divulgações em reuniões e revistas científicas sem a minha identificação; VI) as informações fornecidas serão armazenadas em computador pessoal sob responsabilidade do pesquisador, pelo período de mínimo 5 anos; VII) que serei informado de todos os resultados obtidos, independente do fato de mudar meu consentimento em participar da pesquisa; VIII) que não terei quaisquer benefício ou direito financeiro sobre os eventuais resultados decorrente da pesquisa. Dessa forma, consinto em participar da pesquisa em questão.

Recife, ____ de _____ de _____.

Voluntário _____

Taciana Martins Pereira
Fone: (81) 985958620
E-mail: taciana_martins@hotmail.com

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Categoria: Coordenadores Gerais do Programa

- 1- Como se deu o processo de adesão ao Programa Idiomas sem Fronteiras da UFPE, *campus* Recife?
- 2- Quais atores (pessoas, setores, órgãos) foram importantes para a sua implementação?
- 3- Descreva quais as dificuldades enfrentadas e como elas foram superadas?
- 4- Como se organiza a estrutura hierárquica?
- 5- Quais as funções existentes no programa e o perfil de quem as ocupa?
- 6- Como ocorre o processo de definição dos cursos ofertados (testes de proficiência, on-line e presencial)?
- 7- Como funciona os processos de divulgação e informação?
- 8- Como são selecionados os beneficiários do programa?
- 9- Qual o critério utilizado no recrutamento dos professores e técnicos?
- 10- Como se dá o processo de capacitação dos professores, coordenadores e técnicos administrativos?
- 11- Como ocorrem o monitoramento e as avaliações internas?
- 12- Os resultados da avaliação são divulgados?
- 13- Comente sobre os recursos orçamentários e operacionais (infraestrutura e recursos humanos disponíveis). Eles são suficientes para os objetivos propostos?

Categoria: Coordenadores Pedagógicos

- 1- De acordo com seu entendimento, como os gestores implementam as decisões sobre as ações do Programa Idiomas sem Fronteiras, *campus* Recife?
- 2- Qual o seu envolvimento na implementação do curso de sua responsabilidade?
- 3- Como foi feita a construção do plano de curso?
- 4- Como funciona o processo de divulgação e informação?
- 5- Quais os critérios utilizados no seu recrutamento para atuação no programa?
- 6- Como você ficou sabendo do processo seletivo?
- 7- Comente sobre a necessidade de capacitação/treinamento para trabalhar no IsF.
- 8- Quais as dificuldades encontradas para executar suas atividades?
- 9- Como ocorre o processo de avaliações internas?

- 10- Os resultados das avaliações internas são divulgados? De que forma elas interferem na rotina de trabalho?
- 11- Comente sobre os recursos orçamentários e operacionais (infraestrutura e recursos humanos disponíveis). Eles são suficientes para os objetivos propostos?

Categoria: Técnicos Administrativos Educacionais

- 1- De acordo com seu entendimento, como os gestores implementam as decisões sobre as ações do Programa Idiomas sem Fronteiras, *campus* Recife?
- 2- Para fazer parte da equipe do Núcleo de Línguas, foi utilizado algum critério de seleção?
- 3- Como funciona o processo de divulgação e informação?
- 4- Como são selecionados os beneficiários do programa?
- 5- Comente sobre a necessidade de capacitação/treinamento para atuação no NucLi.
- 6- Quais as dificuldades encontradas para executar suas atividades?
- 7- Como ocorre o processo de monitoramento e de avaliações internas?
- 8- Os resultados das avaliações internas são divulgados? De que forma elas interferem na rotina de trabalho?
- 9- Comente sobre os recursos orçamentários e operacionais (infraestrutura e recursos humanos disponíveis). Eles são suficientes para os objetivos propostos?

APÊNDICE C – PRODUTO FINAL

Relatório com Sugestões para aprimorar o Programa Idiomas Sem Fronteiras da UFPE – *campus* Recife

Taciana Martins Pereira

Este relatório apresenta o resultado do estudo de Dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, intitulado “PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS: o caso da Universidade Federal de Pernambuco”. Esta pesquisa avaliou como ocorreu o processo de implementação do Programa IsF na UFPE, *campus* Recife, no período de 2013 a 2019.

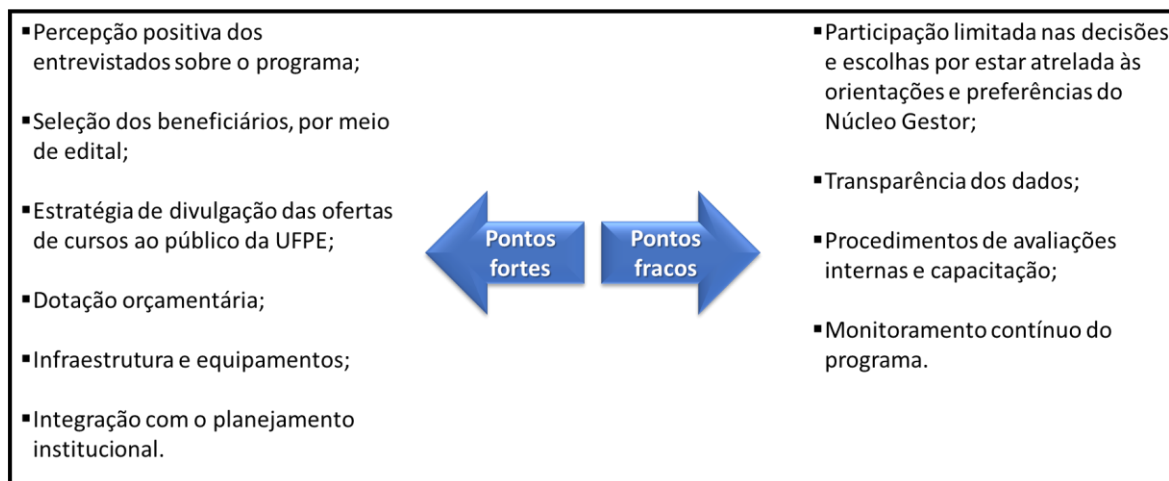
Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com alguns elementos quantitativos, descritiva e exploratória, do tipo estudo de caso, em que o processo de implementação do programa foi avaliado, utilizando-se os dispositivos legais, do governo federal e da instituição, comparando-os com a percepção dos atores entrevistados.

Com base no referencial teórico, que relaciona pesquisas sobre as políticas públicas, política linguística e a internacionalização no contexto da educação superior brasileira e na UFPE, utilizou-se o modelo de avaliação de processos, desenvolvido por Draibe (2001). Após a análise documental, foi realizada a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas com coordenadores gerais, coordenadores pedagógicos e técnicos administrativos do programa na instituição, totalizando oito entrevistados.

Traçou-se o seguinte objetivo geral: avaliar o processo de implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras da Universidade Federal de Pernambuco, *campus* Recife, no período de 2013 a 2019. Desse modo, elaboraram-se os objetivos específicos: identificar as características dos Sistemas ou Subprocessos da implementação do Programa IsF na UFPE – *campus* Recife; descrever a percepção dos coordenadores gerais do programa, coordenadores pedagógicos e os técnicos administrativos educacionais sobre o processo de implementação do IsF na UFPE – *campus* Recife; e apontar os fatores facilitadores e os obstáculos no processo de implementação do IsF na UFPE – *campus* Recife.

Os dados obtidos foram agrupados em categorias temáticas, identificando os seguintes subprocessos: Sistema gerencial e decisório; Processos de divulgação e informação; Processos de seleção; Processos de capacitação; Sistemas logísticos e operacionais; Processos de

monitoramento e avaliação internos. Foram apontados os fatores facilitadores e obstáculos em cada um dos subprocessos e sistemas avaliados, conforme o esquema abaixo:



Com base nessas considerações, foram elencadas algumas medidas que podem contribuir para o aprimoramento do processo de implementação e dos resultados alcançados pelo programa.

- Criar objetivos e metas tangíveis para o Núcleo de Línguas da UFPE, com a participação dos atores implementadores do programa na instituição, visando à participação destes na tomada de decisão;
- Intensificar os processos de divulgação sobre os Editais de Seleção na instituição, utilizando todos os meios de comunicação disponíveis e solicitar apoio dos Centros para a disseminação das informações, com o intuito de proporcionar visibilidade ao programa;
- Criar uma estratégia de capacitação, destinada aos coordenadores, técnicos e professores, apresentando o conceito e objetivos do programa, as atribuições de cada um dos atores e os procedimentos adotados;
- Definir uma estratégia de avaliação interna, que proporcione a identificação e a correção das falhas;
- Implementar um planejamento estratégico, pontuando ações em curto, médio e longo prazo, para modernizar as práticas de gestão do NucLi;
- Criar, analisar e avaliar os relatórios internos com frequência, para acompanhar a evolução do programa.
- Buscar parcerias externas para financiar ações, cursos e eventos.

- Criar uma campanha de conscientização com relação ao recurso público, com o objetivo de diminuir a evasão do programa.

Recife, 03 de junho de 2021.